



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

Guerras Híbridas: do KGB à Crimeia

Felippe Henrique Borges Machado

Orientador: Tenente-general António Luciano Fontes Ramos

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações
Internacionais

Número de palavras: 42.516

Lisboa

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiro, a Nosso Senhor Jesus Cristo pelo dom da vida e pela graça a mim concedida. Também a Nossa Senhora de Fátima, que me fez amar Portugal e escolher este país como segunda casa, e por me acolher em Seu colo nos momentos de aflição e ansiedade. Ao meu anjo da guarda, enviado de Deus, por guardar-me e defender-me de todas as tentações e de todos os perigos do mundo. Aos meus pais, por me darem todo o apoio de que precisei, em especial à minha mãe, Célia Maria Borges Machado, que sempre me auxiliou nessa jornada, escutando com a atenção minhas indagações, sugerindo caminhos para a escrita da tese e me motivando nos momentos de angústia.

Ao meu irmão querido, Rodolpho Fernando Borges Machado, pela paciência em ajudar-me na formatação do meu trabalho e por me fazer rir nos dias de maior tristeza.

À Ilma Resende, amiga e responsável pela minha fluência em inglês, exemplo de retidão moral e de sabedoria e, que desde o princípio dos estudos, me estimulou a estudar em Portugal.

Ao meu amigo Clésio Batista, que me ensinou o verdadeiro sentido de amizade e de amor ao próximo.

À coordenação e aos professores do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, pelo acolhimento em Lisboa e aperfeiçoamento dos meus conhecimentos.

Ao meu orientador, o professor e tenente-general António Fontes Ramos, pela atenção e bondade com que me auxiliou durante todo o mestrado.

Ao padre Mário Rui Leal Pedras, que me acolheu na Paróquia de São Nicolau, confiando em mim quando eu era um ilustre desconhecido.

E a todos os outros amigos – em especial àqueles que fiz em Montes Claros, residência do Opus Dei em Lisboa – que rezaram por mim.

Muito obrigado a todos.

RESUMO

Essa dissertação investiga em que medida o conceito de guerra híbrida é inovador enquanto mecanismo de coação dominante nos novos conflitos modernos, particularmente o modo de fazer guerra da Rússia. Ou seja, a pesquisa busca perceber se as peculiaridades histórico-sociais russas são um fator importante para o uso sistemático e coordenado de métodos híbridos por parte da Federação Russa nas mais recentes guerras de que participou, a saber: a Segunda Guerra na Chechênia, o conflito na Geórgia e a anexação da Crimeia.

Efetuamos, para isso, uma análise das características principais do agir da Rússia que procuramos caracterizar a partir da formação do poder desde Vladimir de Kiev, no século 10, passando mais tarde pela submissão russa ao controle do Império Mongol - que teve uma influência muito significativa no modo russo de enxergar a natureza do estado e do governante e o papel do povo no sistema. Analisamos a autocracia de Ivan, o Terrível e a instauração do czarato, a reforma do Estado por Pedro, o Grande, que buscou controlar toda a sociedade russa, inclusivamente a Igreja Ortodoxa, a partir de uma nova configuração da máquina estatal, da sociedade vigiada da Rússia no século 19 e a criação de um grande serviço de inteligência – a Okhrana, que buscava desmobilizar os diversos movimentos terroristas e revolucionários da época. Por fim, detivemo-nos na análise da Revolução Bolchevique e na ascensão dos comunistas ao poder, em que procuramos também identificar os traços que historicamente enformam o procedimento político estratégico da Rússia.

Os fundamentos científicos que alicerçam o trabalho aqui desenvolvido centram-se em teóricos alinhados ao sistema militar, especialmente Frank G. Hoffman, fundamentando o conceito de guerra híbrida; Evgenny Messner, teórico militar russo, cuja contribuição centra-se no estudo da guerra de subversão no contexto da revolução informacional que surgiu no século 20. Ambos os teóricos dão um significativo contributo ao estudo dos conflitos futuros, nos quais o campo de batalha se torna mais abrangente, englobando também toda a sociedade civil e todos os meios disponíveis ao ator. Procuramos, ainda, suporte nos estudos de George Vernadsky, António Fontes Ramos, Zbigniew Bzerzhinsky, Nikolas Gvosdev, Christopher Marsh, Cristopher Andrew e Marcel van Herper. Portanto, é com base nos estudos desses pesquisadores que esta dissertação se baseia para interpretar as três últimas investidas bélicas da Rússia em territórios da antiga União Soviética: a Chechênia, a Geórgia e a Crimeia.

Palavras-chave: Guerras híbridas; serviços de *intelligence*; Rússia; guerra de subversão; revolução informacional.

ABSTRACT

This dissertation investigates to what extent the concept of hybrid warfare is innovative as a mechanism of coercion prevailing in the new modern conflicts, particularly the way Russia wages war. In other words, this research intends to realize if the Russian historical-social peculiarities are relevant factors to the systematic and coordinated use of hybrid methods by Russian Federation during the most recent wars that it participated in: the Second Chechen War, the conflict in Georgia and the Annexation of Crimea.

In order to accomplish this objective, we have made an analysis of the main characteristics of the Russian way of acting since the 10th century with Vladimir of Kiev, going through the Russian submission to the control of Mongol Empire – which had a very important influence on the way Russia understands the nature of State, the leader and the people in the system. We have also analyzed the autocracy of Ivan, the Terrible, and the building of Tsardom, Peter’s Reform of the State that aimed at controlling all Russian society, including the Orthodox Church through a new shape of the state machine, the surveilled society of Russia during the 19th century and the creation of a huge intelligence service – the Okhrana, which demobilized many terrorists and revolutionaries groups of that time. Lastly, we have limited ourselves to investigate the Bolshevik Revolution and the rise of communists to power. Here we have sought to identify the nuances that historically form the political and strategic procedure of Russia.

The scientific foundations of this work are the studies of military theorists, especially Frank G. Hoffman and his concept of Hybrid Warfare, and Evgenny Messner, Russian military theorist, whose contribution is related to the study of subversion war in the context of informational revolution that emerged in the 20th century. Both military experts are very important to the study of future conflicts, in which the battlefield becomes more comprehensive, involving the whole civil society and all the means available to the agent. We have also based our work on the studies of George Vernadsky, António Fontes Ramos, Zbigniew Bzerzhinsky, Nikolas Gvosdev, Christopher Marsh, Cristopher Andrew and Marcel van Herper. Therefore, based on these researchers, we have written this dissertation to interpret the last three Russia’s war on former territories of the Soviet Union: Chechnya, Georgia and Crimea.

Keywords: Hybrid warfare; intelligence Services; Russia; subversion warfare; international revolution.

A Rússia espalhará seus erros pelo mundo.

Nossa Senhora de Fátima aos três pastorinhos, na Cova da Iria (1917)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
LISTA DE ABREVIACÕES E ACRÔNIMOS	1
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DA RÚSSIA	4
1.1 A formação e a origem do Estado russo.....	4
1.2 A Rússia durante o período mongol.....	10
1.3 As três formas de poder na Rússia e a formação dos Oprichniks	13
1.4 O tempo das dificuldades.....	16
1.5 Pedro, o Grande e o império russo no século XVIII.....	19
1.6 A Rússia no século XIX, o movimento revolucionário, o legado soviético e a ascensão de Putin.....	22
1.7 Reflexões acerca da história da Rússia	26
CAPÍTULO 2: A EVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	35
2.2 Os serviços de segurança e inteligência da Rússia – uma história	40
2.2.1 Ascensão e queda dos <i>Oprichniks</i>	40
2.3 Barclay de Tolly e a fundação da inteligência militar russa	42
2.4 A inteligência russa no século XIX: da Terceira Seção da Chancelaria Especial à formação da Okhrana.....	44
2.5 A espada e o escudo da Revolução: da Vecheka ao KGB.....	48
2.6 A inteligência militar soviética	53
2.7 FSB: a nova nobreza russa ou os chekistas se tornam o estado.....	54

CAPÍTULO 3: A GUERRA HÍBRIDA RUSSA: CHECHÊNIA, GEÓRGIA E CRIMEIA	57
3.1 Os fundamentos da guerra híbrida	57
3.1.1 A teoria da guerra irrestrita	57
3.1.2 A Guerra de Quarta Geração.....	59
3.1.3 A teoria da guerra composta	61
3.1.4 A Estratégia de Defesa Nacional de 2005.....	61
3.2 A Guerra Híbrida de Hoffman	62
3.3 A Guerra Híbrida segundo Evgeny Messner	66
3.4 A Segunda Guerra na Chechênia	70
3.4.1 A Guerra na Geórgia	73
3.4.2 A anexação da Crimeia	76
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90

LISTA DE ABREVIACÕES E ACRÔNIMOS

CEI - Comunidade dos Estados Independentes

CRM - Comitê Revolucionário Militar

FSB - Serviço Federal de Segurança

GRU - Diretório Chefe de Inteligência

GPU - Diretório político do Estado

GUGB - Direção Chefe para a Segurança do Estado

IDF - Forças de Defesa de Israel

KI - Comitê da Informação

MVD - Ministério dos Assuntos Internos

NATO - Organização do Tratado do Atlântico Norte

NKGB - Comissariado do Povo para a Segurança do Estado

NKVD - Comissariado do Povo para as Relações Internas

OGPU - Direção de Política Conjunta do Estado

PDC - Primeiro Diretório Chefe

PSR - Partido Socialista Revolucionário

SDKPiL - Partido da Social Democracia do Reino da Polônia e da Lituânia

SOVNARKOM - Conselho do Comissariado do Povo

SVR - Serviço de Inteligência Estrangeiro

VECHEKA ou CHEKA - Comissão Extraordinária de Todos os Povos para o Combate da Contrarrevolução e da Sabotagem.

UE - União Europeia

VtsIK - Comitê Executivo Central de Todas as Rússias

4GW - Guerra de Quarta Geração

INTRODUÇÃO

A Rússia é, geograficamente, o maior país do mundo. Provido de grandes recursos naturais, o estado de Moscou foi fundado no século X por guerreiros noruegueses, sob a liderança de Rurique. Mas foi Vladimir de Kiev quem converteu o povo russo – uma série de povos de origens diferentes – ao cristianismo. Os seus descendentes, em seguida, ajudaram a alargar as fronteiras do território russo atual, que foi conquistado durante um longo período histórico e seus limites continuam sendo modificados atualmente, como por exemplo, a península da Crimeia, anexada em 2014. Nos últimos anos, estamos testemunhando a reemergência da Rússia no panorama global. Desde a ascensão de Putin ao poder, o Kremlin tem feito uso de uma grande capacidade de recursos e mobilizações disponíveis que, da maneira como são empregados, formam um novo jeito de fazer guerra – o conflito híbrido.

Para desenvolver tais ideias, elegemos como objeto de trabalho o Estado Russo e suas complexidades e o texto consiste em três capítulos, nos quais serão trabalhados: a origem da nação russa e suas peculiaridades, no primeiro; a origem, formação e desenvolvimento dos serviços de segurança e inteligência da Rússia, delineado no segundo capítulo e as guerras híbridas, apresentado no terceiro.

Assumimos para o estudo deste tema um método de análise qualitativa em que partindo do entendimento de “guerra”, procuramos recolher elementos concretos sobre os traços históricos russos para verificar de que forma os mesmos vem sendo usados pela Rússia na conduta das ações recentes na Chechênia, na Geórgia ou na Ucrânia, o que nos levou a um melhor entendimento sobre o conteúdo da chamada “guerra híbrida”. Usamos ainda o método histórico e comparativo para identificar os traços históricos Russos e compará-los às características das formas de coação que a Rússia vem usando nas guerras híbridas, para procurar determinar se este país está particularmente dotado para este tipo de ação.

As questões que embasaram nossa pesquisa estão mensuradas nos seguintes questionamentos: (I) será a “guerra híbrida” um conceito inovador do mecanismo de coação, ou seja, será que esta designação representa um novo fazer de guerra ou é apenas uma aplicação de métodos antigos às circunstâncias atuais? Decorrente disso, (II) será que a “guerra híbrida russa” representa uma originalidade conceptual ou é apenas, ou sobretudo, o aproveitamento de uma oportunidade estribada em peculiaridades histórico-sociais? E, por fim, quais são essas peculiaridades russas que têm sido aproveitadas nos conflitos recentes, começando pela Segunda Guerra na Chechênia, desenvolvidas no conflito com a Geórgia e aperfeiçoadas com a anexação da Crimeia?

No primeiro capítulo, esta tese fundamenta-se no trabalho do historiador russo George Vernadsky, especialmente pelas teorias apresentadas no livro “A History of Russia” (1944), clássico

que trata desde a formação do estado russo, no século X, até o período do estalinismo e nas reflexões acerca da história russa. Esta investigação baseia-se, sobretudo, nos escritos de Fontes Ramos (2017), (“A Reemergência da Rússia: entre carências sociais e ambições estratégicas”), de Bzerzhinsky (1997) (“The Grand Chessboard”) e Gvosdev e Marsh (2014) (“Russian Foreign Policy, Interests, Vectors and Sectors”) em relação aos registros sobre o legado histórico da Rússia, o vácuo geopolítico deixado pela queda da União Soviética e os traços geoestratégicos do regime de Putin.

No segundo capítulo, descrevemos, inicialmente, a evolução do fenômeno da *intelligence* por todo o mundo para, em seguida, investigar os serviços de segurança da Rússia, desde Ivan, o Terrível, até o KGB e o GRU soviéticos. O pesquisador Christopher Andrew e as obras “The Secret World: A History of Intelligence” (2018), “The Sword and the Shield” (1999), “The World Was Going Our Way: The KGB and the Battle for the Third World” (2005), fundamentam este capítulo, destacando-se porém, que os dois últimos livros foram escritos com base nos documentos dos arquivos da inteligência estrangeira da KGB, contrabandeados pelo desertor soviético Vasilli Mitrokhin) e o livro de Allen Dulles - diretor da Agência Central de Inteligência (CIA) entre 1953 e 1961) – “The Craft of Intelligence”. Muito importante para a pesquisa da Cheka, o primeiro serviço de segurança dos bolcheviques foi o livro: “The Cheka: Lenin’s Political Police”, que descreve com detalhes todo o processo de construção da estrutura de inteligência dos soviéticos para reprimir a oposição interna. Foram também importantes os trabalhos de Yevgenia Albats (1993) (KGB: The State within the State) e de John Barron (1974) (“The KGB: the secret work of KGB agents”). A compreensão dos serviços de inteligência russos foram mensurados com a leitura do livro de Ion Mihai Pacepa (2015), o mais alto oficial da inteligência comunista a desertar para o Ocidente e o artigo de Konstantin Preobrazhensky (“GRU: Obscure Part of Russian Intelligence”, 2012), outro ex-funcionário da KGB que recebeu asilo nos Estados Unidos.

No terceiro capítulo, em que analisamos o fenômeno da “guerra híbrida”, a argumentação se baseia nos escritos de Frank G Hoffman (2007), nomeadamente o trabalho “The Rise of Hybrid Wars” (2007) e em Offer Fridman, no livro: “Russian Hybrid Warfare: Resurgence and Politicization” (2018), que explica a teoria do pensador militar russo Evgeny Messner. Explicações auxiliares ou complementares aos termos de Hoffman e Messner foram usadas por traduzir melhor a compreensão da teoria da guerra híbrida, como o trabalho de McCulloh e Johnson (2013) (“Hybrid Warfare”). Na última parte do terceiro capítulo, em que são analisadas três conflitos híbridos empreendidos pela Rússia – as guerras na Chechênia e na Geórgia e a anexação da Crimeia, as obras: “Putin’s Wars: The Rise of Russian New Imperialism”, do escritor holandês Marcel van Herper e a tese de Stephen Dayspring – Toward a Theory of Hybrid Warfare – apresentada na Escola Naval de Monterey, na Califórnia, foram muito importantes para auxiliarem a proposta de análise.

CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DA RÚSSIA

1.1 A formação e a origem do Estado russo

Os russos são um povo eslavo, pertencente à família eslavônica, por sua vez originária dos povos indo-europeus. Incluem-se nesta família os checos, os poloneses, os sérvios e os búlgaros. A linguagem dos eslavos tem características em comum com o lituano, o grego, o alemão, o iraniano e outras línguas arianas. Nos séculos VII e IX, os russos foram controlados pelos noruegueses (VERNADSKY, 1944, p.2-3).

Com o tempo, porém, surgiram diferenças culturais e linguísticas entre os eslavos que os dividiram ao longo do processo histórico. Essas diferenças levaram esses povos a três principais ramos dentro desta família, quais sejam: os grandes russos – a maioria, compondo 65% do total, os pequenos russos – ucranianos (25%) e os russos brancos – ou bielorrusos (10%) (VERNADSKY, 1944, p.3).

A Rússia pertence a uma unidade geográfica denominada Eurásia que é dividida em quatro zonas distintas. Na primeira, ao longo da costa do Oceano Ártico, encontra-se a tundra. Na segunda, logo abaixo desta, estão florestas profundamente densas. A terceira, ao sul das florestas, é geralmente constituída por estepes, isto é, planícies vastas que abrangem um significativo espaço geográfico; e na quarta, um território mais ao sul, está a zona desértica da área aral-cáspia e mongol. Toda esta grande área referida foi ocupada pelos russos ao longo do processo histórico sob um único estado. E no período de sete séculos – nomeadamente entre os séculos III e IX – os russos ocuparam apenas o extremo canto ocidental da Eurásia – localizado ao norte do Mar Negro (VERNADSKY, 1944, p.5-8).

O povo russo conseguiu unir este grande território pelo domínio das florestas ao norte das estepes ao sul, alterando o caráter natural da Eurásia primitiva. À medida que cresciam os costumes agrícolas e as áreas de cultivo nas estepes e nas florestas, estas duas zonas foram se tornando cada vez mais indistintas uma da outra. Sobre a Eurásia surgiram novos comércios e indústrias. A terra negra começou a produzir suas riquezas e minerais foram descobertos; e, à medida que se criavam novas linhas de comunicação, as regiões mais remotas do território eram ocupadas pelo comércio e pelo negócio. A partir destas atividades, os russos foram capazes de controlar toda aquele gigantesco território da Eurásia (VERNADSKY, 1944, p.9).

Politicamente, o povo russo herdou a natureza peculiar dos turcos mongóis. Culturalmente, os russos foram moldados pelos bizantinos. Analisando esses aspectos, verifica-se que o grande marco no desenvolvimento cultural da Rússia se dá quando sua população é convertida ao cristianismo. Os principais elementos da civilização bizantina – isto é, a literatura e a arte – entraram na Rússia através

dos ensinamentos da Igreja. Isso estabeleceu a base comum entre a Rússia – Eurásia - e os europeus. No entanto, a partir da cisão entre as igrejas romanas e bizantinas, os russos tenderam a se separar dos povos ocidentais (VERNADSKY, 1944, p.10).

Os primeiros habitantes das estepes do sul da Rússia foram os citas, um povo linguisticamente iraniano, com características turco-mongóis. O seu aparecimento em território russo aconteceu no século VII a.C. Guerreiros e dominadores dos cavalos, os citas eram vizinhos dos turco-mongóis da Altai e Mongólia e faziam comércio com a China, a leste, e a Grécia, ao sul. O vívido contato com a civilização grega surgiu porque o litoral norte do Mar Negro foi ocupado por colônias gregas na Foz do Rio Bug, Chersonesus – próximo à atual cidade de Sevastopol - Panticapaeum e muitas outras. O intercâmbio de bens entre os citas e esses outros povos permitiu aos primeiros ter o poder e controle sobre as estepes do sul e o norte arborizado (VERNADSKY, 1944, p.14-15).

No século IV a. C apareceram os sármatas, um outro povo iraniano que começou a pressionar os citas. Com isso, eles conseguiram, no final do século II a.C, ocupar os litorais do Mar Negro. Entre os sármatas, a tribo mais forte era a dos alanos, originalmente nômade, mas que ali se fixou e veio a dominar diversas tribos eslavas do Leste. A tribo eslava mais forte era os “Antas”, plural de “As” ou “Os”, como eram chamados os alanos caucasianos. Um clã dos antas tinha o nome de Rukhs-As, que na tradução significa “os alanos brilhantes”. E é desta designação que surgem os nomes “Rússia” e “russos” (VERNADSKY, 1944, p.16).

O sistema religioso dos eslavos era um conjunto de crenças envolvendo ancestrais do clã e forças naturais. Mais tarde, desenvolveu-se um sistema mais elaborado por causa das influências nórdica e iraniana. O exercício de poder, por sua vez, não é unânime: algumas fontes dizem que havia uma democracia pública entre os alanos, ao passo que outras investigações identificam o surgimento de autoridade pessoal e uma classe aristocrática enriquecida pelos espólios de guerra (VERNADSKY, 1944, p.17).

No século III depois de Cristo, tribos godas alemãs substituíram a dominação sármata nos estepes do sul da Rússia. Os alemães absorveram os costumes e a cultura do povo que expulsou. Quando parecia que os teutônicos subjugariam totalmente os eslavos – no final do século IV depois de Cristo – os hunos, uma tribo turco-mongol, invadiram do oriente e destruíram o poder dos godos (VERNADSKY, 1944, p.17).

Ao mesmo tempo, nas florestas dos Montes Urais, estavam chegando tribos finlandesas. Parte do ramo Ural dos povos Ural Altai, essas tribos moravam nas florestas e tinham como atividade a caça e a pesca. Os finlandeses, no entanto, incapazes de formar um forte poder militar, não resistiriam à pressão da colonização eslava. Já nas bacias dos rios Nieman e Duína Ocidental, viviam em tribos isoladas comunidades lituanas de origem indo-europeia e socialmente baseadas na dominação absoluta do chefe familiar sobre membros e servos (VERNADSKY, 1944, p.19).

Os povos antas, por sua vez, ocuparam a região dos rios Bus e Donets. Também ocuparam as áreas do Baixo Don, a Crimeia e o Norte do Cáucaso. E logo a seguir ao desmoronamento do império húnico, alguns grupos dos antas passaram pela Bessarábia. Ao longo do século VI, os antas também se juntaram aos ancestrais dos servos e dos croatas – também eslavos – para devastar posses bizantinas ao sul do Danúbio. Durante todo o século VII, os eslavos conseguiram ocupar a maior parte da península balcânica, desde o Egeu até o Adriático (VERNADSKY, 1944, p.19-20).

Na metade do século VII, um novo povo chamado cazare – surgido da mistura de turcos e tribos huno-búlgaras e aborígenes caucasianos - conseguiu criar um estado estável. O poder cazare subjuguou vários povos, como as tribos búlgaras, os magiares – que viviam na região da Panônia e que hoje é a Hungria, bem como os alanos e os eslavos do baixo Don e da área de Azov. No auge do seu domínio, o estado cazare estendia-se do Mar Cáspio e o baixo Volga até o Dniepre e o Mar Negro. A autoridade formal, seja em assuntos estatais seja em questões religiosas, era o chefe kagan – o grande khan, ao passo que o chefe do exército era conhecido como Beg (VERNADSKY, 1944, p.21-22). O povo cazare desenvolveu um comércio próspero entre o Extremo Oriente e o Mar Negro e entre o sul árabe e o norte eslavo. O kagan – por motivos políticos, escolheu o judaísmo, uma religião neutra naquele momento (VERNADSKY, 1944, p.22).

No ano de 737 depois de Cristo, os árabes derrotaram os cazaes e varreram o norte caucasiano, alcançando o norte do rio Don. 20 mil eslavos foram transportados para a Síria como prisioneiros. Os alanos e os eslavos não confiavam mais na capacidade de proteção dos cazaes e, por esta razão, procuraram um novo aliado: os noruegueses ou vikings, um povo conhecido por sua habilidade de marinheiro, pirata, comerciante e explorador (VERNADSKY, 1944, p.22-23).

Os suecos chegaram ao litoral oriental Báltico entre os séculos VI e VII; alcançaram o alto Volga e o rio Oka. Assim, ao final do século VII, já haviam ocupado o entorno de Yaroslavl, Rostov e Suzdal. Partilhavam com os eslavos de Novgorod e Smolensk o controle de tribos nativas finlandesas. Logo em seguida, os suecos conquistaram a região de Donets, onde havia o controle dos magiares sobre os antas. Impondo uma derrota a estes, os antas aclamaram os suecos como libertadores. Este fato chamou a atenção dos alanos e dos eslavos do baixo Don e do Cáucaso do Norte, que pediram aos suecos proteção depois da vitória dos árabes sobre os cazaes em 737 (VERNADSKY, 1944, p.23).

Em 825 houve outra investida árabe em território cazare. Os suecos – que absorveram a cultura nativa e adotaram o nome As e Rus – aproveitaram-se do vácuo de poder deixado pelos cazaes após a derrota e proclamaram a independência. O comandante sueco-russo assumiu o título de kagan russo e estabeleceu novos quartéis-generais. O primeiro caganato russo tomou para si o comércio internacional desenvolvido pelos cazaes e búlgaros do Volga (VERNADSKY, 1944, p.24).

A emancipação política dos russos e sua competição pela rota comercial e econômica eram vistas como ameaças pelos cazares, que procuraram ajuda do imperador bizantino para que fosse construída uma fortaleza – a de Sarkel – de modo a controlar as rotas russas a oriente e a cortar as relações entre os rus de Taman e o norte da Rússia. Com isso, os cazares foram bem-sucedidos em controlar a área de Kiev e frear a concorrência russa. Sentindo-se cercados, os russos mandaram um enviado para Constantinopla. No entanto, o imperador tratou mal o emissário e por este motivo o kagan ficou ressentido. No ano 840, os russos fizeram uma incursão a Amantis, cidade bizantina no litoral sul do Mar Negro (VERNADSKY, 1944, p.25).

Em virtude do rompimento das relações comerciais entre os russos Taman e as áreas de produção do norte, houve uma grave crise econômica no estado. Os russos decidiram enviar uma poderosa força expedicionária para reestabelecer as rotas de comércio. Por causa da escassez de tropas norueguesas, foram chamados os “varangues”, liderados por Rurique, aventureiro nórdico e pirata. Este chamado, portanto, é considerado como o “começo da história russa”, que surge em 852 (VERNADSKY, 1944, p.26).

Por volta de 858, um grupo de guerreiros de Rurique conseguiu chegar em Kiev e fazer um acordo com os magiares. Lá, organizou-se um ataque à Constantinopla com o auxílio dos russos de Taman. No entanto, esta força foi incapaz de derrotar os bizantinos e o patriarca da cidade, Fócio, logo em seguida, decidiu enviar missionários após a retirada dos russos. Por esta razão, muitos russos foram batizados e em 867 aceitaram o bispo (VERNADSKY, 1944, p.26).

Rurique nomeou seu sucessor em 873: Oleg, um norueguês de nascença. Cinco anos depois, Oleg fez um ataque a Kiev, liderando uma poderosa força militar e matando os líderes do Rus sueco. Após isso, Oleg declarou-se governante independente e fez surgir um novo estado, a Rússia de Kiev, de caráter militar e comercial. Este estado controlava o canal de Dniepre e intermediava o norte da floresta e as estepes do sul e bizâncio. Os russos também tentaram manter a rota comercial com os árabes. Na primeira metade do século X, os russos fizeram alianças comerciais com os gregos e lançaram campanhas militares contra os bizantinos para manter os direitos dos comerciantes russos (VERNADSKY, 1944, p.26-27).

No entanto, a influência bizantina sobre os russos cresceu tanto, seja no campo cultural, seja espiritual, que na metade do século X um número considerável de russos converteu-se ao cristianismo. A princesa Olga também passou pelo processo de conversão e foi recebida pela corte bizantina, no palácio de Constantinopla, sendo reconhecida como líder dos russos (VERNADSKY, p.27-28).

Foi com o filho de Olga, Esvetoslau, que a Rússia de Kiev começou a se expandir. Entre 964 e 972, o novo líder de Kiev passou a maior parte do tempo fora da capital. A primeira campanha de Esvetoslau colidiu com os cazares. Em 965, ele já tinha destruído o império e capturado os chefes cazares (VERNADSKY, 1944, p.28). Em 967, Esvetoslau venceu os búlgaros e ocupou a cidade de

Pereyaslavets no Danúbio. Terminadas as suas campanhas, o líder de Kiev mandava em um território de grandes proporções, comparável somente ao Império Húnico dos séculos IV e V. (VERNADSKY, 1944, p.29).

O império de Esvetoslau começou a ruir quando uma nova força apareceu ao sul da Rússia – os pechengues, tribo turca. Esses povos se aproveitaram da ausência do líder russo e cercaram Kiev. Isto obrigou Esvetoslau a voltar do Danúbio para socorrer sua mãe e os cidadãos de Stlada. Kiev foi libertada. Mas após a morte de Olga e as revoltas que aconteciam no Danúbio, Esvetoslau enfrentou grandes problemas: foi abandonado pelos gregos, antigos aliados, e foi derrotado pelo imperador de bizâncio, João de Tzimiskes. Em 971, os bizantinos o obrigaram a aceitar a paz com a condição de deixar a Bulgária. Quando voltava para Kiev, Esvetoslau foi morto pelos pechengues (VERNADSKY, 1944, p.30).

No final do século X, o povo russo já havia ocupado toda a grande área do Golfo Finlandês e o Lago Ladoga ao norte, o baixo Danúbio, o Mar Negro, o Mar Azov e o Mar Cáspio ao sul. Os limites de leste a oeste iam dos rios Oka e Don até os rios Tisza e Maresh. No entanto, por causa dos conflitos que caracterizaram o período entre os séculos X e XIII, os russos acabaram por perder territórios. No final do século XIII, a fronteira sul do povo russo ia da Moldávia até o baixo Oka e nordeste ao Viatok (VERNADSKY, 1944, p.31).

Com a morte de Esvetoslau, várias tribos nômades, como os pechengues e os cumanos, começaram a lutar de maneira igual contra as forças de Kiev. Por isso, os combates foram longos e não apresentaram um vencedor definitivo (VERNADSKY, 1944, p.32). Vladimir, filho de Esvetoslau, tornou-se o líder de Kiev em 980. E o evento mais importante de seu reino foi a sua conversão ao cristianismo e a consequente introdução da religião cristã como oficial da casa principesca e do povo russo. No meio do islamismo dos búlgaros, do judaísmo dos cazares, do catolicismo dos alemães, Vladimir escolheu o cristianismo ortodoxo (VERNADSKY, 1944, p.33-34).

Antes de a Rússia se converter oficialmente ao cristianismo, Vladimir realizou uma incursão a Bizâncio e cercou a cidade grega de Chersonesus. O imperador bizantino concordou em dar a mão de sua filha, a princesa Ana, a Vladimir. Quando retornou da cidade grega, Vladimir organizou um batizado geral dos seus subordinados em 989 d.C (VERNADSKY, 1944, p.34).

Após a morte de Vladimir, seus filhos dividiram-se para ver quem ficaria com o poder do pai. O filho Sviatopolk, genro de Boleslav, o Bravo, rei polonês e católico, em princípio, saiu vitorioso ao recorrer a assassinos. Mas seu irmão Iaroslau, com a ajuda de mercenários e varangos, e da ala dos cristãos ortodoxos, derrotou, em 1019, Sviatopolk, o qual era apoiado pelo catolicismo romeno e por Boleslau, rei polonês e seu sogro. O conflito familiar, no entanto, não cessou com a morte de Sviatopolk. Logo a seguir, Iaroslau começou um combate com seu irmão Mstislau. A disputa entre os dois ocasionou a divisão do estado russo ao longo da linha do rio Dniepre. Mas em 1036, Mstislau

morreu e seu irmão, Iaroslau, tornou-se chefe das duas partes da Rússia. No mesmo ano, os pechengues que tinham avançado sobre Kiev foram completamente derrotados (VERNADSKY, 1944, p.35).

Sob Iasrolau organizaram-se as primeiras leis regulamentando a forma de vida da Rússia. Esse conjunto de leis ficou conhecido como “leis russas”. Esse código civil teve influência eslavônica, normanda, bizantina e romana. Foram definidos os poderes e os direitos de propriedade da igreja. Kiev transformou-se em uma cidade imperial, igual a Constantinopla. Em 1051, neste reino, surgiu o primeiro metropolita de origem russa da igreja russa, chamado Hilarion (VERNADSKY, 1944, p.36). Com a morte de Iaroslau, em 1054, a Rússia foi dividida em principados que passaram a ser governados por seus filhos. Entre os séculos XI e XIII, a história da Rússia foi marcada pelo conflito intenso entre esses príncipes, que por vezes se aliavam a estrangeiros, como húngaros, poloneses ou cumanos (VERNADSKY, 1944, p.37).

Com a morte de Vladimir Monômaco, em 1125, o reino de Kiev deixou de ser uma unidade nacional e cultural. Surgiram vários centros locais, como os principados da Galícia, Novgorod ao norte e o principado de Vladimir Susdália e Kiev ao sul. Kiev também passou por fortes provações quando foi tomada por André Bogolubski em 1169 e dos saques que os cruzados fizeram à Constantinopla, em 1204. Kiev tinha sido fortemente influenciada pelos gregos. Bizâncio enviava metropolitans que chefiavam a igreja russa e tentavam forjar alianças com príncipes russos e também passou a inserir príncipes russos na própria política bizantina (VERNADSKY, 1944, p.37).

No século XIII, quando os cumanos - uma tribo nômade da estepe que frequentemente atacava os principados russos – enfraqueceram-se; os principados russos confrontaram-se com novos inimigos que estavam aparecendo, como os alemães, os suecos e lituanos a nordeste e os mongóis a sudeste (VERNADSKY, 1944, p.38).

No período pré-mongol, a organização política dos principados russos combinou elementos monárquico, aristocrático e democrático. Esses três poderes se manifestaram em todos os principados, no entanto, a importância relativa de cada um foi diferente de lugar para lugar. No elemento monárquico, o príncipe era a autoridade responsável por resolver judicialmente litígios entre seus subordinados e também por defender a cidade dos inimigos externos. O elemento aristocrático manifestava-se na figura do conselho do príncipe, que era composto pelos altos oficiais da *Drushina*. O conselho discutia as questões mais valiosas ao governo e participava do processo de legislação. Já o elemento democrático aparecia no *vieche*, uma reunião popular da qual participavam os homens adultos da população da cidade. Para que tomasse uma decisão, o *vieche* deveria chegar a uma unanimidade (VERNADSKY, 1944, p.40-41). O *vieche* era especialmente poderoso na cidade de Novgorod, no norte da Rússia. O elemento aristocrático amadureceu no sudeste russo, isto é, na

Galícia e Volya e o monárquico se desenvolveu sobretudo nos principados do noroeste da Rússia, particularmente na figura de Andrei Bogolubsky (VERNADSKY, 1944, p.41).

Socialmente, a sociedade russa estava dividida entre homens livres e escravos, sendo estes homens prisioneiros de guerra ou pessoas que se vendiam a si mesmas por necessidade econômica. E havia também uma classe intermediária – os *zakupy* – metade escravos e metade livres, que trabalhavam em troca de dinheiro emprestado. Entre os homens livres, não havia uma classe fixa e impenetrável. Na verdade, era relativamente fácil passar para outro grupo. A sociedade livre era composta por membros da Igreja, como padres e monges; pelos boiars, os oficiais do exército, o príncipe e os grandes donos de terra; pelos comerciantes e artesãos e, por fim, pelos camponeses. Essa estrutura social, no entanto, quebrou paulatinamente entre os séculos X e XII, quando a figura do indivíduo tornou-se mais destacada, com base na propriedade privada, na agricultura e no comércio exterior (VERNADSKY, 1944, p.42). A igreja russa tomou forma definitiva em 1037 e a capital da Rússia tornou-se um grande centro cultural e espiritual. Foi no Mosteiro das Caves de Kiev que surgiu a primeira história da Rússia, tratada a partir de uma unidade cultural e racial dos russos e da sua relação com o mundo cristão ortodoxo (VERNADSKY, 1944, p.43).

No campo das letras, além da literatura produzida pela influência da igreja ortodoxa, surgiu também a literatura dos leigos, uma escrita de origem aristocrático-militar – chamada *drushina* – que descrevia, na maioria das vezes, os feitos épicos de príncipes e guerreiros (VERNADSKY, 1944, p.43-44).

1.2 A Rússia durante o período mongol

A invasão mongol na Rússia começou no século 13 e dividiu o povo russo em duas partes: uma seção oriental e outra ocidental. Como consequência das ruínas causadas pela invasão, os russos começaram a progredir sobre as estepes. No século XIV, os russos conseguiram chegar ao Mar Negro entre os rios Dniestre e o sul do rio Bug (VERNADSKY, 1944, p.46).

A preponderância mongol sobre a Rússia começou no final do século XII. Em 1115, nasceu Temuckin, o “gênio bárbaro”, em uma família nobre e que mais tarde tornou-se líder dos mongóis, sendo eleito Khan do seu grupo e nomeado Genghis, o imperador celestial. A aristocracia mongol, neste momento, ambicionava criar um estado forte sobre as estepes russas. Também se deu a organização de um poderoso e rígido exército. E em 1206, o Kumultai – o encontro dos sábios – oficializou a guerra e nomeou Genghis Khan como mestre de todo o povo mongol (VERNADSKY, 1944, p.47).

Após obter um estrondoso sucesso a leste – em 1215 os mongóis haviam conquistado Pequim – Genghis Khan virou-se para oeste. Os mongóis depois começaram o conflito na Corásmia – um

reino muçulmano onde estavam a Pérsia, o Afeganistão e o Turquestão. A força mongol, em seguida, atravessou o Cáucaso, as estepes do Don e as terras dos cumanos. Os príncipes russos vieram ajudar os cumanos no combate aos mongóis, que recuaram. Em 1227, com a morte de Genghis Khan, nomearam seu filho como sucessor. Em 1235, dez anos depois da primeira investida mongol a outros territórios, reuniu-se novamente o Kumultai, que decidiu o avanço de tropas mongóis em três direções: China, Pérsia e Rússia (VERNADSKY, 1944, p.48).

O encarregado de chefiar a expedição à Rússia foi Batu, neto de Genghis Khan. Já o controle militar pertencia a Subutai, um talentoso líder mongol. Batu primeiro avançou sua tropa contra os búlgaros. Atravessou o Volga em 1237 e em 1240, os mongóis conquistaram Kiev. Depois de ocuparem a capital da Rússia, os mongóis, divididos em duas forças, avançaram sobre a Polônia – derrotando os poloneses e os alemães – e desceram para o sul, onde iniciaram o processo de invasão da Hungria. A segunda força, liderada por Batu e Subutai, derrotou os magiares húngaros. Quando as tropas de Batu estavam em Klosterneuburg, chegou a notícia que o Khan Ugedey havia morrido. E o avanço dos mongóis teve que ser suspenso (VERNADSKY, 1944, p.49).

A campanha de Batu durou de 1237 a 1241. Os mongóis retornaram às estepes com um domínio sobre as estepes do sul e as florestas do norte russos, além do baixo Danúbio; na prática, a Hungria ficou sob jugo mongol somente por um ano, ao passo que a Bulgária e a Moldávia foram adicionadas ao Império Mongol durante um século. A leste, os mongóis conseguiram conquistar o norte da China e o exército do sul dominou a Transcaucásia. Já no século XIII, o império mongol ia do Oceano Pacífico até o Mar Adriático (VERNADSKY, 1944, p.49-50).

O império mongol passou a ser dividido em *urlus* e principados dos descendentes de Genghis Khan. E a Rússia, em particular, fazia parte do *urlus* de Djiuchi. O centro era a cidade de Sara, no Baixo Volga, que estava localizada entre a estepe e as zonas desérticas. Conhecida como “horda dourada” devido à sua riqueza e poder, os descendentes de Djiuchi desenvolveram um próspero relacionamento diplomático com Egito e Bizâncio e mantiveram um comércio exuberante na Europa por intermédio de colônias genovesas estabelecidas na Crimeia (VERNADSKY, 1944, p.50).

Na Rússia, os Khans sempre tiveram como preocupação proteger estas importantes rotas comerciais e a manutenção da ordem interna. Em termos de religião, os khans adotaram uma “política de tolerância” perante a igreja ortodoxa. Na verdade, os ortodoxos eram protegidos pelos mongóis. Um filho de Batu que governou a “Horda Dourada” era cristão, mas outros filhos eram xamanistas e muçulmanos. Institucionalmente, no entanto, os príncipes russos eram obrigados a reconhecer a completa submissão aos khans. Na verdade, para serem coroados, os russos deveriam viajar a Caracórum, na Mongólia. Por isso, considera-se que os príncipes da Rússia eram agentes do khan (VERNADSKY, 1944, p.51).

Príncipes russos eram favoráveis a esta política de submissão às autoridades mongóis. Por causa disso, foi possível que eles defendessem terras russas de forças ocidentais e que fortalecessem a própria autoridade. Um dos mais importantes defensores desta política foi Alexandre Nevsky, morto em 1263 e canonizado pela Igreja Ortodoxa russa. Nevsky foi responsável por conter o avanço dos suecos, lituanos e alemães sobre os territórios do noroeste da Rússia. Outros príncipes russos, no entanto, buscaram ajuda do papa para se livrarem da dominação mongol, como aconteceu com o príncipe da Galícia, Daniel (1201-1264) que foi derrotado por não receber ajuda militar. Até o século XIV, o império mongol dominava tanto a Rússia Oriental como a Ocidental (VERNADSKY, 1944, p.51-52).

Na metade do século XIV, o poder do império mongol começou a enfraquecer. Moscou surgiu como centro principal dos diversos principados do norte e oriente da Rússia. Ao mesmo tempo, floresceu um outro centro, a oeste, sob a forma de um estado lituano. O Grão-Duque lituano aproveitou-se do poder em decadência dos mongóis para absorver os principados russos a oeste do rio Dniepre e também até o Mar Negro. E no final do século XIV, a Lituânia, sob influência polonesa, converteu-se ao catolicismo e unificou-se, um pouco depois, à Polônia (VERNADSKY, 1944, p.53).

Na metade do século XIV, houve uma série de dissensões e revoltas na Rússia. Quando a Horda se enfraqueceu, o Grão-Duque de Moscou, que tinha se fortalecido, combateu em Kulikov, na parte alta do rio Don e lá derrotou Marri, o dono do trono do khan. Assumiu Tokhtamysh, um vassalo do conquistador turco-mongol Timur. Por causa da proteção deste ao novo Khan, Tokhtamysh avançou sobre Moscou. O Grão Duque de Moscou, Dmitri Donskoi, decidiu recusar o combate e seguiu para o norte da Rússia. Por esta razão, Moscou foi pilhada em 1382 e submetida novamente à Horda (p.54). A Horda desmoronou-se por completo quando o Grão Duque de Moscou, Basil, deixou de ser vassalo (VERNADSKY, 1944, p.54-55).

A influência mongol referente à organização e à administração do poder foi significativa. Este elemento surgiu durante o período da dominação tártara. A cultura mongol sobre a política russa foi fundamentada no princípio da total submissão do indivíduo ao grupo – ao clã, em primeira instância, e através deste, a todo o estado. Os indivíduos formavam um conjunto único de doação – em termos de serviço e obrigação – perante o estado. Era um sistema peculiar de socialismo (VERNADSKY, 1944, p.56).

Os príncipes russos também absorveram a ideia da autoridade e do poder do Khan, que era autocrático e impiedoso. Assim que os tártaros caíram, os monarcas russos viam-se como absolutos, sendo o povo uma parte submissa aos seus desejos. As propriedades dentro das fronteiras do território, por exemplo, pertenciam exclusivamente ao príncipe. As pessoas faziam apenas uso temporário daquele terreno. Moscou, além disso, herdou dos tártaros o sistema de taxaço, de serviços postais e também a organização militar (VERNADSKY, 1944, p.56).

O poder do Grão Duque de Moscou cresceu consideravelmente ao longo do tempo, levando à criação da monarquia de Moscou. Nos séculos XIV e XV, as terras russas estavam divididas entre principados. Cada príncipe tinha uma autoridade limitada sobre o território, porque era preciso dividir o poder com nobres e mosteiros. Embora esta organização parecesse com o modo feudal do Ocidente, na Rússia o príncipe foi adquirindo cada vez mais relevância sobre o restante das autoridades. Em relação ao direito civil, as ideias mongóis tiveram lenta assimilação por parte dos russos. No noroeste da Rússia, nas cidades de Novgorod e Pskov, a influência do antigo “direito russo” - que foi criado sob influência de Roma e Bizâncio - ainda era proeminente (VERNADSKY, 1944, p.57).

1.3 As três formas de poder na Rússia e a formação dos Oprichniks

Na metade do século XVI, o povo russo começou a avançar a leste e ao sul do Mar Negro. A expansão se deu ao longo dos rios Don e Volga e os russos conquistaram o baixo e meio Volga. O estado de Moscou anexou a Pequena Rússia no século XVII, os cossacos seguiram para o leste do Volga e as fronteiras a sudeste da Rússia foram delimitadas seja pelo esforço do estado seja pelo processo de migração – as pessoas fugiam da servidão, dos impostos e, mais tarde, da perseguição religiosa. Entre a metade do século XVI e a metade do século XVII, os russos ocuparam uma grande área da Sibéria à Camecháteca (VERNADSKY, 1944, p.60). Ainda na segunda metade do século XV, sob a liderança do Grão Duque de Moscou, Ivan III, a Rússia anexou a maioria das cidades e principados do norte da Rússia – Novgorod, Tver e os pequenos principados no alto Oka. A influência de Moscou tornou-se tão grande sob Ivan III que avançou até para o mundo islâmico (VERNADSKY, 1944, p.61).

No século XVI, sob Ivan IV, mais conhecido como “Ivan, o Terrível”, Moscou derrotou o Reino de Cazã e anexou-o por completo em 1552. E dois anos mais tarde, em 1554, Moscou conseguiu anexar realmente a Sibéria. A leste, a Rússia começou a sua expansão em terras lituanas, que eram reivindicadas pelos descendentes de Vladimir, o Santo (VERNADSKY, 1944, p.61). A luta entre Moscou e Lituânia foi longa e ferrenha. E como consequência desta disputa, a Polônia aproveitou-se da situação lituana e anexou o Estado Lituano sob um único rei, mas com leis, impostos e exércitos próprios de cada unidade. A união polaca-lituana tornou-se o principal inimigo de Moscou a oeste (VERNADSKY, 1944, p.62). Ainda sob Ivan IV, a Rússia começou uma guerra com a Suécia e os estados bálticos. Em 1583, Moscou foi obrigada a concluir a paz com a Polônia e a Lituânia. A paz foi extremamente desvantajosa para Moscou, pois o governo perdeu as terras conquistadas da Lituânia – com exceção de Smolensk – e os ganhos na área do báltico. A Suécia, por sua vez, recebeu uma grande área báltica que era da Rússia (VERNADSKY, 1944, p.62-63).

Na metade do século XV, surgiu ao sul da Rússia os cossacos, colonos que se aproveitaram do enfraquecimento do estado turco-mongol para se estabelecer ali. Os cossacos se ocupavam de trabalhos pacíficos, mas também começaram a preparar uma defesa militar e o saque de caravanas comerciais. Gradualmente, formaram-se em grupos fortes, que deram origem a dois estados cossacos, sendo cada um repúblicas. O chefe do grupo era eleito pelo anfitrião. Os cossacos do Don chamavam o seu chefe de Ataman e os cossacos do Zaporog o conheciam por Hetman. O chefe cossaco não tinha um poder independente. Na verdade, ele era o chefe do executivo do conselho popular cossaco, chamado de Círculo ou Rada. O chefe devia prestar contas da administração ao círculo. E este, por sua vez, escolhia um assessor do Ataman e o chanceler do Anfitrião. O Rada era a maior autoridade judicial da república cossaca e tinha poder ilimitado sobre toda a população do estado (VERNADSKY, 1944, p.64).

Por não haver diferenças de classes nem propriedade privada da terra – a qual pertencia somente ao anfitrião - as repúblicas cossacas atraíram uma série de pessoas de classes baixas da Polônia e de Moscou, sobretudo quando este estado instituiu a servidão na metade do século XVI. Mas no século XVII, as classes começaram a se formar nas repúblicas cossacas com base na propriedade da terra. Havia aqueles detentores de casa – os velhos colonos do Don – e havia aqueles que não tinham propriedades – os “*golytba*” ou sem abrigo. Também neste mesmo século, o estado cossaco foi perdendo sua independência quando, em 1614, o anfitrião tornou-se vassalo de Moscou (VERNADSKY, 1944, p.64)

Nos territórios russos sob domínio do Grão Ducado e do Reino da Lituânia, foi desenvolvida uma sociedade aristocrática. O líder era o Grão Duque lituano e seu poder era contrabalançado pelo Rada, o conselho aristocrático dos boiars, os nobres hereditários dos grandes estados feudais. Os mais altos cargos do governo – que eram liderados pelos nobres – eram o comandante das tropas, o chanceler e o controlador financeiro. Junto do Rada havia também uma outra assembleia conhecida como *Seim*, composta por grandes e pequenos proprietários de terra e representantes das cidades. Mesmo assim, a influência sobre o *Seim* era dos nobres. O código de leis que definia a estrutura social do estado russo-lituano era conhecido como estatutos lituanos, preparados na primeira metade do século XVI. Os seus princípios favoreciam, na forma da lei, as altas classes (VERNADSKY, 1944, p.65).

O tipo de organização política que se desenvolveu em Moscou nos séculos XVI e XVII fundamentou as bases da política russa nos séculos XVIII e XIX. Moscou absorveu, além do conceito de poder absoluto dos mongóis, a forte união entre Igreja e Estado, fruto da raiz bizantina e da santificação do estado pela igreja. E a coroação do czar Iva IV, o Terrível, em 1547, manifestou esta característica. No século XVI, os líderes de Moscou começaram uma luta com as três altas classes da sociedade: as antigas famílias – sendo algumas relacionadas intimamente com os príncipes de Moscou;

os descendentes dos outros príncipes que não os da dinastia de Moscou. E os boiars, os príncipes independentes trazidos para Moscou e que estavam insatisfeitos com a perda de poder político (VERNADSKY, 1944, p.66).

A oposição ao czar, portanto, era significativa. Os boiars, por exemplo, além de serem proprietários de grandes terras, controlavam um número considerável de apoiadores armados. A iminente eclosão de um conflito sangrento levou o czar Ivan IV a tomar a ofensiva, uma guarda imperial - os *Oprichniks* - composta por uma multidão de servos fiéis e leais a ele. Com esta atitude, o czar esmagou dos seus subordinados a revolta dos boiars. Concluiu-se aqui, a autocracia dos czares de Moscou, combinado com um forte contato com o povo, isto é, o poder central do Estado estava ligado à independência da comuna ou da administração local. O autogoverno local tinha duas principais funções: financeira e judicial. Mas de tempos em tempos, o czar chamava em Moscou o congresso popular – *Zemsky Sobor* – para discutir questões de todo o estado (VERNADSKY, 1944, p.66-67).

O século XVI foi um momento de grandes mudanças sociais na Rússia. Primeiro, começou o declínio da antiga aristocracia da terra, conhecida também como boiars; os *pomiestchiks* surgiram como os novos proprietários de terra; e os camponeses tiveram sua liberdade restringida. E a *Oprichnina* constitui-se como o fator que liga todo este novo sistema (VERNADSKY, 1944, p.67) Ivan IV, depois de voltar para Moscou, demandou certas condições para seu retorno ao poder, e uma delas era a criação de guarda separada e doméstica de uso exclusivo do czar. Os “*oprichniks*” eram novos cortesãos usados por Ivan, o Terrível, para reprimir os boiars considerados traidores (VERNADSKY, 1944, p.68).

Ivan IV tinha constante medo de conspirações. Em janeiro de 1565, ele anunciou que pretendia dividir o reino de Moscou em duas partes: a oprichnina – que deriva de *oprish* e significa separado -, que estaria sob seu controle pessoal, e o *zemschina* (de *zemlia*, terra), governado pelos boiars. Embora esta divisão não tenha de facto ocorrida, o decreto real criou a *oprichnina* com o objetivo de erradicar a traição e executar os traidores. Os oprichniks, a guarda imperial, eram formados por servos leais ao czar e, além de fazer a coleta e a análise de inteligência, foram o primeiro serviço de segurança organizado da Rússia (ANDREW, 2018, p.152).

Ao mesmo tempo em que conduzia execuções e perseguições, Ivan aproveitou o momento para introduzir reformas econômicas, apropriando-se de todas as cidades e condados onde príncipes e boiars tinham estados ancestrais. Além de deportar os “traidores” para zonas da fronteira, o czar distribuiu as terras aos *oprichniks*. Desta forma, Ivan IV destruiu a antiga ordem social e governamental da Rússia, trocando-a pela nova ordem dos cortesãos (VERNADSKY, 1944, p.68).

Os *oprichniks* obtiveram grande sucesso na sua investida contra os antigos príncipes. Internamente, esta guarda privada do czar adquiriu grande poder. Com a substituição da antiga classe

de terra por outra, começaram a surgir camponeses, que no século XVI eram homens livres. No entanto, paulatinamente, a liberdade de migração dos homens do campo foi sendo restringida. Após a morte de Ivan IV, foi instituída a servidão e os camponeses passaram para a classe de servos e foram obrigados a se fixarem nas terras (VERNADSKY, 1944, p.49-50).

Ainda no século XVI, a igreja russa separou-se em duas partes: a lituana estabeleceu um distrito metropolitano em Kiev, independente de Moscou, mas dependente do patriarca de Constantinopla. E a parte de Moscou manteve-se como distrito próprio, que em 1448 se tornaria autônomo. Além disso, a igreja ortodoxa russa passou, ainda no século XVI, por uma agitação interna intensa, seja pela disputa sobre a propriedade da igreja, seja pela relação entre a igreja e o estado. Resolvida a questão da propriedade – que terminou com a vitória da visão de que a igreja tinha o direito de ter riqueza, posse e uma estreita relação com o estado – a doutrina da igreja da época, de acordo com o metropolita Macários, insistia que Moscou tivesse um patriarca. Nesse sentido, este estado teria dois chefes após a instituição do czarado, em 1547, com a coroação de Ivan IV: o czar e o patriarca. O patriarcado só foi instituído em Moscou em 1589, quando Jeremias, o patriarca de Constantinopla, concordou em fundá-lo (VERNADSKY, 1944, p.70).

1.4 O tempo das dificuldades

No século XVII, o contexto social russo era de grande insatisfação, entre as classes alta e baixa, perante as reformas econômicas de Ivan IV. Os boiares estavam descontentes com a diminuição da sua influência política e social, enquanto os camponeses estavam inconformados com a instituição da servidão. Esta forte tensão e este ambiente de grande descontentamento é conhecido na história russa como “tempo das dificuldades”. Com a morte de Teodoro, filho de Ivan IV, acabou a velha dinastia e começou a especulação política. Em 1598, o *Zemsky Sobor* elegeu o novo czar, Boris Godunov (VERNADSKY, 1944, p.76). Sem ter a autoridade do antigo czar, os boiares acharam melhor encontrar um outro candidato ao trono, que era Dimitri, provável filho de Ivan IV. Ele tinha o apoio dos católicos poloneses e conseguiu organizar um exército e derrotar Moscou. No entanto, as revoltas permaneceram. Quando Dimitri morreu, entrou um de mesmo nome, mas que era apoiado pelas classes baixas (VERNADSKY, 1944, p.77).

O ambiente de conflito piorou e a revolta social apresentou duas fases. A primeira constituía-se de camponeses e escravos com o objetivo de aniquilar os mais ricos do estado. O chefe do movimento era um escravo fugitivo, chamado Bolotnikov. O exército russo conseguiu derrotar as forças do escravo. Já a segunda fase foi conduzida pelos cossacos, que tomaram metade do estado de Moscou. O czar abdicou e o falso Dimitri foi morto. Em meio à anarquia, os poloneses se aproveitaram

e tomaram Moscou. O patriarca morreu de fome e, por esta razão, surgiu na Rússia uma forte reação religiosa e nacionalista (VERNADSKY, 1944, p.77-78).

A Rússia se organizou a partir da convocação do exército entre os cidadãos do Volga e do norte da Rússia. Sob a liderança do príncipe Pozhansky, os russos conseguiram o apoio dos cossacos e em 1612 foram capazes de derrotar os poloneses. Em 1613 foi chamado o *Zemsky Sobor*, que elegeu Miguel Romanov, um jovem boiаре, como novo czar da Rússia. Desta forma, foi possível suprimir as revoltas, contando sempre com o apoio das classes médias da sociedade (VERNADSKY, 1944, p.78).

Após o turbulento período do “tempo das dificuldades”, o governo decidiu ordenar a questão da terra. Desde o século XVI, os camponeses estavam proibidos de se mudarem para outras terras. E esta política permaneceu até o século XVII. Em virtude disso, houve um aumento da migração de camponeses em direção ao Don ou à Rússia Oriental, que era um local pouco povoado. Estevão Razin, ataman dos *golytba* do Don, soube tirar proveito desta situação e começar uma revolta de grandes proporções. Liderados por Razin, um gigantesco número de cossacos do Don, chegou ao Mar Cáspio descendo pelo Volga e atacou posses persas, saqueando aldeias. Considerando forte o suficiente para atacar Moscou, Razin foi tomando todas as cidades sobre o Volga, como Tsanitsyn, Astrakhan, Sartov e Samara. Os cossacos recrutaram camponeses e se juntaram a tribos não russas. Razin e suas tropas foram derrotados em Simirsk. Foi capturado pelos cossacos detentores de casa e entregue a Moscou em 1671, quando foi executado (VERNADSKY, 1944, p.79).

O *Zemsky Sobor*, desde o começo do século XVII, passou a ter grande relevância seja na política externa da Rússia, seja na sua política interna. Os seus poderes eram determinados pelo costume e não pela lei. O *Zemsky Sobor* teve grande importância, por exemplo, na elaboração do novo código de leis (1648-1649), que foi trabalhado sob o czar Alexei Michaelovich e absorveu os estatutos lituanos e o direito bizantino. Este código foi a base das relações russas por quase dois séculos, até ser substituído pelas leis de 1832 (VERNADSKY, 1944, p.81).

No século XVII, o desenvolvimento econômico da Rússia aperfeiçoou-se. No período medieval, a Rússia comercializava sobretudo com a Europa Central através da Liga Hanseática. Mas após a metade do século XVI, o estado de Moscou começou a se relacionar com países da Europa Ocidental, por causa do contato com estrangeiros, sobretudo ingleses, holandeses e suecos. Os pioneiros do comércio marítimo com Moscou foram os ingleses, recebidos por Ivan, o Terrível. Com o surgimento de uma nova cidade na foz do rio Dvina, Arcângelo, e com a criação da Companhia Muscovi, a Inglaterra comercializava livremente com a Rússia por causa dos privilégios que o czar russo da época garantiu à companhia. Mas no século XVII, o governo russo extinguiu os privilégios dos estrangeiros e garantiu aos mercadores russos o uso exclusivo deste benefício (VERNADSKY, 1944, p.81-82). O desenvolvimento da indústria da Rússia também se deve, em grande medida, a empreendimentos estrangeiros, que começaram também no século XVII.

Finalizado o “tempo das dificuldades”, com a eleição do czar Miguel Romanov, a Rússia continuou a luta com os seus inimigos externos: os suecos e os poloneses. A paz com a Suécia foi concluída em 1617. À Rússia foi devolvida a cidade de Novgorod e a Suécia manteve a Ingria no golfo da Finlândia. A Rússia estabeleceu uma contenda temporária com a Polónia. No entanto, eclodiu uma outra guerra nos anos 1631 e 1632. Os dois estados eram igualmente fortes, mas a Polónia passava por dificuldades e enfraquecimentos desde a união com a Lituânia, em 1569. As terras russas anexadas pelo reino polonês eram compostas por ucranianos ortodoxos, que sob jugo polaco-lituano, passaram a ser perseguidos religiosamente. Em 1596, a igreja ortodoxa tornou-se ilegal. Isso gerou uma revolta social liderada pelos cossacos *zaporog*. Passado algum tempo, os cossacos foram obrigados a concluir a paz com a Polónia, que lhes garantiu certos privilégios, mas que manteve os camponeses em estado de servidão (VERNADSKY, 1944, p.83).

Por esta razão, houve um grande fluxo de camponeses ucranianos em direção às fronteiras sul do Estado de Moscou. O conselho (rada) dos cossacos decidiu, então, em 1654, oferecer sua fidelidade ao czar de Moscou. Os cossacos juraram obediência ao czar e este, mais tarde, concordou em reconhecer a autonomia ucraniana. A união da Rússia e da Ucrânia foi muito importante porque conferiu a Moscou a superioridade sobre os poloneses. A Polónia iniciou uma nova guerra com a Rússia. E a paz só foi reafirmada em 1667. Moscou abandonou as reivindicações na Lituânia, manteve Smolensk e adquiriu a cidade de Kiev (VERNADSKY, 1944, p.83-84).

Na relação Igreja e Estado, houve uma grande crise personificada na figura do patriarca Nikon. Quando eleito, Nikon estabeleceu algumas condições para a sua atuação como tal: as políticas do estado e da igreja deviam ser coordenadas. O czar e a assembleia aceitaram as suas condições. Enquanto isso na Ucrânia – um distrito metropolitano do patriarca de Constantinopla – o metropolita, Pedro Mogila, fez algumas modificações no rito da igreja para torná-la mais parecida com o ritual da igreja grega. Nikon e o czar russo, na tentativa de aproximar a Ucrânia sobre a esfera de autoridade de Moscou, decidiram também modificar o rito russo. Em 1654 o conselho da igreja em Moscou aprovou as reformas rituais (VERNADSKY, 1944, p.85-86). As massas dos fiéis russos, no entanto, indignaram-se com as modificações porque iam de encontro à ideia da “Terceira Roma”, que dominou o imaginário russo desde o século XV. As autoridades, então, começaram a reprimir a oposição. Pouco tempo depois, o patriarca Nikon foi destituído pelo “Grande Sobor” por causa de sua excessiva interferência em assuntos estatais. Mas as suas reformas no rito da igreja foram mantidas. (VERNADSKY, 1944, p.87).

Por causa deste cisma entre os aderentes do “nikonianismo” e os “velhos ritualistas” (VERNADSKY, 1944, p.88), a igreja ortodoxa perdeu grande parte dos seus líderes. As igrejas e os mosteiros do estado de Moscou passaram a receber monges e padres ucranianos, os quais levaram consigo a cultura da igreja católica importada da Polónia. Por esta razão, os diplomatas e oficiais

russos - que tinham estado em contato durante muitos anos com os poloneses, receberam a influência católica. E em 1686 Rússia e Polônia fizeram uma aliança militar-diplomática contra os turcos e tártaros.

O isolamento de Moscou estava quebrado. A influência polaca abriu o caminho para a entrada da influência de potências da Europa Central e Ocidental. No final do século XVII, vários líderes políticos russos já tinham contato com estrangeiros. Com a morte do czar Alexei – que se casou duas vezes – a corte russa esteve em conflito entre os apoiantes da família do primeiro casamento – os Miloslavkys – e a família do segundo casamento – os Naryshkins. Ambas as partes tentavam assegurar o apoio dos *Streltzy*, o poderoso regimento de infantaria criado por Ivan, o Terrível. Depois de muita turbulência, assumiu o trono Pedro – com a ajuda dos *Streltzy* (VERNADSKY, 1944, p.91).

1.5 Pedro, o Grande e o império russo no século XVIII

No século XVIII, sob a liderança de Pedro, o Grande, a Rússia tornou-se um estado seguidor do padrão europeu, seja na administração, no judiciário, seja no exército e na conformação das classes sociais. Além disso, foram introduzidas novas técnicas que permitiram o aperfeiçoamento da indústria e do comércio do país. Foi também no século XVIII – e no século a seguir – que todos os ramos do povo russo foram unidos sob um único estado. Com a europeização da Rússia, surgiram novas ideias políticas, religiosas e sociais que trouxeram ou ajudaram a aprofundar desordens internas, como a gradual perda de influência da igreja ortodoxa sobre a sociedade russa (VERNADSKY, 1944, p.92).

A preocupação principal de Pedro era sobretudo com o bem do estado russo, e não com o bem do povo russo. Por isso que, quando as suas reformas sofreram forte oposição, Pedro recorreu à força. O czar começou por um exército de primeira classe e melhorou a chancelaria do estado. O primeiro grande desafio de Pedro, o Grande, aconteceu na captura de Azov. Para combater os turcos, Pedro criou a Extraordinária Embaixada dos Russos para angariar apoio e fazer alianças com as principais cortes da Europa. A Embaixada foi importante porque colocou em contato, com a Europa, russos de grande talento. No ano de 1700, a Rússia estabelece um tratado de paz com a Turquia, anexa Azov e em seguida envia seu exército para combater a Suécia (VERNADSKY, 1944, p.95). Após a conquista da Ingria, Pedro fundou a cidade de São Petersburgo, em 1703. Por causa das construções que o czar empreendia, começou a haver uma forte demanda de suprimentos para o exército, o que forçou uma série de sacrifícios da população russa. Em consequência disso, surgiram várias revoltas dentro da sociedade. E o governo teve muita dificuldade em reprimir, mas o fez graças à nova organização do exército, que combinou a nova técnica europeia com a velha organização moscovita (VERNADSKY, 1944, p.96, 98-99).

Mas as ameaças externas continuavam. Em 1710, com a Turquia declarando novamente guerra à Rússia, o governo e suas tropas, inferiores militarmente, tiveram que aceitar a devolução da cidade de Azov. Depois de longos anos em guerra com a Suécia, em 30 de agosto de 1721, os suecos foram forçados a assinar a paz com a Rússia pelo Tratado de Nystadt. A Suécia cedeu a Ingria, a Estônia e a Letônia aos russos. São Petersburgo foi assegurada e a Rússia ganhou fácil acesso aos litorais do Mar Báltico (VERNADSKY, 1994, p.98).

Além da instituição de uma rígida disciplina no exército – que se baseava nos regimentos dos guardas, compostos somente por nobres – Pedro também introduziu a reforma na organização do estado. Em 1716, foram publicados os Estatutos do Exército, seguindo os modelos alemão e sueco. As regras do procedimento militar não se limitavam ao ambiente das forças, mas também eram aplicadas a ofensas civis e criminais em geral (VERNADSKY, 1944, p.99).

Pedro, transferindo a nova capital da Rússia para São Petersburgo, regulou o estado com base na submissão de todas as classes aos interesses estatais. Cada indivíduo tinha uma função naquele sistema: a nobreza era obrigada a se alistar no serviço militar; as classes manufatureiras e mercantis deviam prestar a assistência econômica; e os trabalhadores e camponeses forneciam recrutas e todo tipo de provisões ao exército, seja para a construção de novas cidades, seja para o levantamento de indústrias. Dentro do sistema, o czar Pedro era o chefe e primeiro servo do Estado (VERNADSKY, 1944, p.99).

Naturalmente, as classes alta e baixa caíram em descontentamento. A igreja ortodoxa também ficou insatisfeita porque Pedro, influenciado pelo protestantismo, chegou à conclusão de que a independência da igreja era danosa ao estado e ela, por isso, deveria estar subordinada ao imperador. Nesse sentido, Pedro, reorganizando a administração do estado, introduziu um colégio clerical para o governo da igreja russa. Mais tarde este colégio foi renomeado para Sínodo Sagrado, mas o objetivo era o mesmo. Assim, o mais alto órgão do governo da igreja tornou-se uma agência burocrática submissa ao imperador (VERNADSKY, 1944, p.100). Pedro ainda limitou o número de sacerdotes e criou leis antimonásticas.

Entre a morte de Pedro e a coroação de Catarina II, não houve grandes momentos significativos na política externa russa. Mas foi o período mais importante para a política externa russa no Oriente, cujas bases foram estabelecidas por Pedro, o Grande (VERNADSKY, 1944, p.103). O estadista Ivan Kirilov foi importante neste momento, durante o reinado da imperatriz Ana, porque planejou a expedição que levou à extensão do domínio russo ao sul dos Urais e à fundação da cidade de Orsk (VERNADSKY, 1944, p.105).

A política externa do reino de Catarina II – de 1762 a 1796 – deu atenção especial às questões polonesas e turcas. Em primeiro lugar, a Polônia, no século XVIII, detinha grande parte das terras russas ocidentais. Na partição da Polônia entre Prússia e Áustria, a Rússia tomou Polotsk, Vitebsk e

Mogilev, que eram povoados por russos brancos. Quase 20 anos mais tarde, com a centralização do estado polonês e a criação de uma nova constituição, a Polônia passou a desconsiderar povos não polacos sob seu comando. A imperatriz Catarina II, por demanda da nobreza polaca, interveio e assim se deu a segunda partição da Polônia, no ano de 1793. Desta vez, os russos anexaram parte considerável das terras russas ocidentais, como Minsk, Volhynia e Podoia. Na terceira partição da Polônia, em 1795, a Rússia tomou a Curlândia, a Lituânia e a parte ocidental de Volhynia, todos territórios ocupados por ucranianos, lituanos e letões (VERNADSKY, 1944, p.108).

O segundo problema enfrentado por Catarina II era o desejo russo em estender seus territórios ao litoral do Mar Negro (VERNADSKY, 1944, p.107). A libertação daquela zona traria benefícios políticos e econômicos à Rússia. As guerras com a Turquia traziam muitos custos, sobretudo porque as campanhas aconteciam em lugares distantes na Crimeia e na Moldávia (VERNADSKY, 1944, p.109). A guerra com a Turquia empreendida pela imperatriz Elisabete não rendeu bons frutos. Em 1768, a Turquia, aproveitando-se do envolvimento da Rússia na questão polonesa, declarou guerra aos russos, sob o comando de Catarina II. Dois anos depois, em 1770, a Rússia teve um sucesso considerável nas frentes militares. Não conseguindo destruir totalmente a Turquia, a paz foi concluída somente em 1774, sob os termos do Tratado de Küçük-Kainarji (VERNADSKY, 1944, p.110).

Este tratado é muito importante porque, por meio dele, a Rússia devolveu a Moldávia e a Valáquia e abandonou as Ilhas Egeias. A Turquia, por sua vez, ganhou a foz do Bug e do Dniepre no litoral noroeste do Mar Negro e também a foz do Don e o estreito de Kerch. Os tártaros crimeios e de Azov foram reconhecidos como independentes e os comerciantes russos e turcos acordaram privilégios especiais. A Rússia se estabeleceu por completo no Mar Negro, tanto do ponto de vista militar quanto diplomático. Em 1775, o Estado ainda destruiu a fortaleza dos cossacos zaporog e tomou a Crimeia em 1783 (VERNADSKY, 1944, p.111).

Catarina II, seguindo a tradição de Pedro, o Grande, fortaleceu o papel do estado tanto interna quanto externamente. Levada ao poder com a ajuda dos Oficiais das Guardas – uma espécie de guarda pretoriana – Catarina enxergava o governo como a força motriz da educação e do desenvolvimento russo. Acreditava também que o estado deveria ser o árbitro dos conflitos entre as várias classes (VERNADSKY, 1944, p.111). E para manter-se no poder, a imperatriz soube reconciliar com a nobreza, a quem ela garantiu privilégios pessoais. A servidão, no entanto, permaneceu e não foi resolvida. Foi nesse contexto que surgiu uma oposição à Catarina II.

1.6 A Rússia no século XIX, o movimento revolucionário, o legado soviético e a ascensão de Putin

No século XIX, a Rússia apresentou um grande desenvolvimento econômico e social. Sua população, no começo deste século, era de 70 milhões. As causas para esse grande crescimento populacional se deveram sobretudo à anexação de novas terras e também ao crescimento natural tanto da população rural quanto urbana. A indústria e as áreas agrícolas cultivadas adquiriram nova importância. Além disso, o comércio, no século XIX, progrediu, com o aumento considerável do número do volume de negócios em comparação ao século XVIII (VERNADSKY, 1944, p.115-116).

Somado a isso, os sistemas de transporte – fluvial, ferroviário – e de comunicação começaram a surgir e a aperfeiçoar e começou a se formar uma estrutura social peculiar, sob a qual o sistema econômico era regulado em função das necessidades do estado, sobretudo para a manutenção do exército regular permanente. O tesouro do estado russo era o maior patrão da indústria russa e um dos maiores compradores do mercado interno. Durante o século XVIII até a metade do século XIX, quase 50% da economia russa era baseada no trabalho servil (VERNADSKY, 1944, p.117-118). Os servos, no tempo de Pedro, o Grande, passaram para a categoria social de escravos. Por esta razão, os donos de terra tinham completa autoridade sobre seus escravos, que eram considerados imóveis e não tinham personalidade jurídica (VERNADSKY, 1944, p.119).

O czar Alexandre I introduziu os “assentamentos militares”, que militarizaram a vida do camponês. O comando militar tinha autoridade tanto sobre a instrução militar quanto sobre a casa do homem do campo. Os camponeses estavam submetidos a uma rígida disciplina em tempo de paz. A vida na zona rural, por isso, era muito difícil e várias revoltas surgiram em oposição a esta política. O governo conseguiu reprimi-las com grande crueldade. Os assentamentos militares existiram ainda por todo o reino de Nicolau I e finalmente foi abolido por Alexandre II, eles foram a maior “expressão da tendência geral do governo russo, nos séculos XVIII e XIX, em direção ao socialismo de estado” (VERNADSKY, 1944, p.120).

Além das reformas estruturais e sociais da Rússia no século XIX – como o manifesto de Alexandre I que garantiu a posse da terra a indivíduos de todas as classes, com exceção dos servos - espiritualmente a Igreja russa foi perdendo a sua importância na vida da sociedade. Pedro, o Grande, foi o responsável por iniciar o processo de secularização da Rússia. E as classes oficiais eram cada vez mais devotas do Iluminismo francês. A Igreja, em suma, tornou-se subserviente ao estado, um departamento estatal, cuja autoridade moral deixou de ser valorizada, não só pela elite, mas também pelas classes camponesa e comercial (VERNADSKY, 1944, p.123). Por causa disso, surgiu um grupo significativo de seitas na Rússia, que começou a penetrar as altas classes da sociedade russa. A Igreja

teve seus direitos de propriedade limitados, vários mosteiros foram fechados e os dissidentes ortodoxos enfrentaram novas perseguições (VERNADSKY, 1944, p.125).

Mas também foi no século XIX que houve as primeiras tentativas de limitar a servidão, começando com o imperador Paulo. O czar também decidiu limitar o poder da nobreza para transferir a responsabilidade coletiva pela sua liderança pessoal, além de definir as leis de sucessão ao trono (VERNADSKY, 1944, p.135). Com o assassinato de Paulo, em 1801, assumiu seu filho Alexandre I, cuja política externa foi marcada por duros conflitos com Napoleão Bonaparte e pela organização da Santa Aliança – união política fundamentada na unidade religiosa dos estados - que pôs fim ao império francês e reordenou a Europa (VERNADSKY, 1944, p.138-139).

O estado russo no século XIX foi totalmente reorganizado, com a criação de ministérios para a administração pública e a organização de governos representativos nas questões legislativas – a Duma do Estado (VERNADSKY, 1944, p.142). Em resposta ao senado e para advertir a nobreza, Alexandre I começou o processo de emancipação dos servos. A insatisfação contra Alexandre elevou-se demasiadamente de modo que quase houve uma revolução. A repressão do estado russo conduziu à oposição política de jovens da Rússia que, reunidos em sociedades secretas, visavam modificar as relações internas russas com base em ideias revolucionárias.

Com a morte do imperador Alexandre I e a crise na sucessão ao trono, os revoltosos decidiram que o dia marcado para o juramento da lealdade a Nicolau I seria o momento certo para a revolta. Os “dezembristas”, como ficaram conhecidos os homens da insurreição, foram reprimidos pelo governo e o czar Nicolau I conseguiu assegurar seu controle. Os revoltosos foram presos, investigados - entre eles vários membros das famílias nobres da Rússia - alguns exilados para a Sibéria ou condenados a trabalho forçado e alguns enforcados. Nicolau I, similarmente a Pedro, o Grande, era guiado pela ideia de um estado policial e regulado, sob uma rígida disciplina tanto em questões civis quanto militares (VERNADSKY, 1944, p.149).

Nicolau I ajudou a limitar mais a servidão pelas leis de 1827 – proibindo a compra de camponeses sem uma certa quantidade de terra – e de 1833, que proibia a separação de famílias pela venda. Este czar também promoveu as reformas nas finanças e na economia para conter a alta inflação. Nicolau I também reafirmou o princípio da autocracia, reprimindo qualquer expressão de liberalismo, limitando a imprensa, supervisionando as universidades e criando a Terceira Divisão Especial da Chancelaria Imperial – a gendarmaria (VERNADSKY, 1944, p.151).

Externamente, a política de Nicolau I manteve os princípios da sua política interna, a partir do uso da repressão e oposição a todo movimento revolucionário, interferindo na Polônia, Hungria e se opondo aos revolucionários de 1848 em França. Com a Turquia, a Rússia conseguiu fazer a paz pelo Tratado de Unkiar-Skelessi, em que o estado russo se tornou protetor do estado turco (VERNADSKY, 1944, p.153). Com o fim da Guerra da Crimeia, a Rússia viu-se obrigada a concluir a paz, sob a forma

do Tratado de Paris, que foi extremamente desfavorável aos russos. A Rússia perdeu o direito de ter frotas no Mar Negro, os Estreitos de Bósforo e Dardanelos foram fechados a embarcações militares de todas as nações e, por fim, os russos perderam o direito de proteção exclusiva sobre os povos ortodoxos na Turquia (VERNADSKY, 1944, p.156).

O resultado do Tratado de Paris foi catastrófico para a Rússia. Seu prestígio militar foi destruído, a grande influência russa sobre assuntos europeus acabou e, conseqüentemente, a autoestima nacional caiu. O sucessor de Nicolau I, Alexandre II, executou uma série de reformas internas de suma importância para a sociedade russa, como a abolição da servidão, em 3 de março de 1861 (VERNADSKY, 1944, p.158). Esse ambicioso projeto de reforma mudou toda a velha ordem, que modificou completamente a natureza do Estado. Alexandre II também deu início às reformas no Zemstvo, nas cidades, nas cortes e no serviço militar, que se tornou universal para todas as classes (VERNADSKY, 1944, p.162).

Mas as mudanças promovidas por Alexandre II, que tiveram grande alcance social e administrativo, sofreram forte oposição política, sobretudo por causa do fervor revolucionário que tomou conta do país. A nobreza, por sua vez, achava que perdera muitos privilégios, ou seja, uma parte do poder governante. Sob Alexandre II, também cresceram os indivíduos sem classe definida, filhos de camponeses, mercadores e de pessoas do clérigo, chamados de “*raznochintsi*”. Rapidamente, essas pessoas formaram uma nova classe social, a “*intelligentsia*”, intelectuais, em geral, ligados à universidade e à publicação de papéis e revistas (VERNADSKY, 1944, p.169). Os líderes da “*intelligentsia*” desejavam profundas mudanças sociais. Com a intensificação das atividades revolucionárias, a partir da década de 1870, que se intensificaram com a propaganda do movimento, aumentou também a repressão do governo. Os revolucionários começaram a fazer uso do terrorismo como meio de desestabilizar o governo e a sociedade. E no dia 13 de março de 1881, o imperador Alexandre II foi assassinado por um grupo revolucionário.

Com o homicídio de Alexandre II, assumiu seu filho Alexandre III, que parou o desenvolvimento de uma constituição iniciada por seu pai. O novo czar enfatizou o princípio da infalibilidade da autocracia e continuou a repressão aos movimentos liberal e revolucionário. O governo russo começou uma série de iniciativas para fortalecer o poder governamental em todas as direções onde a opinião pública podia se manifestar (VERNADSKY, 1944, p.173-174). Em 1881, foi criada a Okhrana, a polícia política responsável para lidar com os revolucionários. Em 1889, o governo estabeleceu a função do “capitão da terra”, encarregado de supervisionar os camponeses e, anos antes, em 1884, o governo reorganizou as universidades na tentativa de controlar a educação. A imprensa também continuou a ser censurada.

Nicolau II, filho de Alexandre II, continuou a mesma política do pai. Na verdade, a política interna russa entre 1881 a 1905 permaneceu inalterada, mas o rumo dos eventos reais tomava outras

dimensões. Depois do fracasso da guerra com o Japão, a Rússia já estava em um estado completo de revolução, sobretudo por causa da ação de organizações políticas ilegais e agências clandestinas (VERNADSKY, 1944, p.183). Socialistas, comunistas e liberais tinham, cada grupo, propostas para a derrubada do governo. A primeira revolução russa, de 1905, fracassou. Só 12 anos mais tarde, em 1917, que os bolcheviques, liderados por Vladimir Lênin, finalmente conseguiram destruir o império russo.

Os revolucionários marxistas que tomaram o poder na Rússia criaram o primeiro estado no mundo fundamentado no “socialismo científico”. Seis semanas depois da Revolução Bolchevique – no dia 20 de dezembro de 1917 – foi fundada a VeCheka ou Cheka, a primeira agência de segurança e inteligência soviética (LEGGET, 1981). O líder dessa organização era um antigo revolucionário, chamado Felix Dzerzhinsky, que havia passado vários anos nas prisões czaristas. Seu conhecimento em inteligência derivava não somente da Okhrana, o predecessor da VeCheka, mas também da experiência em organizar ações revolucionárias clandestinas. A Vecheka era uma organização dedicada à ação contrarrevolucionária. No entanto, ainda no começo, ela começou a dar os primeiros passos na coleta de inteligência. A Cheka foi o principal instrumento do regime bolchevique para reprimir toda a oposição a ele (ANDREW, 2001).

Mesmo com a morte de Vladimir Lênin, o poder centralizado do novo líder, Joseph Stálin, continuou a partir do uso do aparato de segurança. Stálin trocou várias vezes os chefes de segurança, que, na maioria dos casos, foram mortos ou morreram de maneira suspeita. Num período de pouco mais de 30 anos, a Vecheka, mudou de nome oito vezes, mas sua função de reprimir e garantir a segurança da fronteira do estado manteve-se. Paulatinamente a KGB, seu último nome, ganhou mais poder (ANDREW, 2001).

Depois da Segunda Mundial, a União Soviética transformou-se numa superpotência global, com um forte aparato militar e nuclear. Nos primeiros anos da Guerra Fria, a URSS esteve envolvida num conflito direto contra os Estados Unidos, o “principal adversário” (ANDREW, 2001, p.162) de acordo com o jargão da KGB. Capaz de fazer sentir suas ações em toda parte do mundo, seja por meio da força, seja por meio da propaganda e do uso de agentes de influência, os soviéticos espalhavam seu poder também pelo chamado Terceiro Mundo. O início do processo de descolonização, que tinha começado em 1947 com a independência da Índia, deu ao sucessor de Stálin – Nikita Krushev – um novo ânimo para a ideia de Vladimir Lênin: derrubar a “ordem internacional burguesa” (ANDREW, 2005, p.1) por meio do combate dos povos colonizados. E o serviço de inteligência soviético foi crucial para empreender esta política.

Todos os seguintes líderes soviéticos que sucederam Nikita Krushev – Leonid Brezhnev, Yuri Andropov e Mikhail Gorbachev – mantiveram a base do poder na KGB. O próprio Yuri Andropov foi, durante muitos anos, antes de se fazer como secretário-geral do Partido Comunista, chefe da

inteligência soviética. O último ditador soviético, Gorbachev, até tentou se desfazer do poder da KGB, mas não conseguiu (ALBATS, 1994, p. 22). A queda do Muro de Berlim, em 1989 e o fim da União Soviética, em 1991, pareceram acabar com o mando dos chekistas na Rússia. A realidade, no entanto, mostra o contrário. Ainda segundo Albats, o poder da KGB cresceu com o fim do regime comunista na Rússia.

O povo russo, depois de muitos anos sob um regime ditatorial, colocou suas esperanças no democrata Boris Yeltsin, que, chegando ao poder, governou com muitas dificuldades por causa da crise econômica. O novo líder russo fez uma desastrosa guerra na Chechênia, influenciado pelos homens da segurança – i.e, KGB, e terminou seu mandato entregando o cargo para um homem desconhecido do mundo ocidental, mas influente nos meios dos serviços de inteligência. Vladimir Putin, funcionário da inteligência soviética, foi eleito presidente da Rússia no ano de 2000 prometendo recuperar a economia russa, acabar com a desastrosa guerra na Chechênia e elevar o orgulho ferido russo por meio da concentração de poder e do controle da sociedade.

Percebe-se, portanto, pela análise histórica-comparativa, que a Rússia, desde sua fundação como estado, tem algumas características que a torna especial entre as nações, porque o poder estatal sempre teve uma grande relevância para o desenvolvimento. Ao passo que o povo é uma parte do sistema e deve lealdade completa ao líder. A limitação do poder na Rússia raramente foi adotada durante toda a história da Rússia. O czar, o ditador soviético ou o democrata sempre usaram e abusaram do seu grande poder para alcançar os seus fins, não se importando com a liberdade do indivíduo.

1.7 Reflexões acerca da história da Rússia

A Rússia, desde o colapso soviético, conseguiu se reerguer e assumir um papel de liderança cada vez mais firme e, por isso, eleva-se como um dos maiores competidores geopolíticos dos Estados Unidos para estabelecer um sistema de governo único na segunda metade do século XXI (CHANDLER, 2008). Com a queda do bloco comunista, enquanto uma parte da elite julgava que esse acontecimento representava o início da liberdade do povo russo, a outra parte russa considerou que o desaparecimento do império soviético significava “uma catástrofe geopolítica” (RAMOS, 2017, p.3). Mas era questão de tempo que a Rússia retornaria à sua ação imperialista para se manter na condição de superpotência, sobretudo porque os russos não abdicaram do armamento que lhes garante o status conferido a poucas nações do mundo.

Mas, além disso, do ponto de vista histórico, sempre que o império russo colapsou, este foi novamente reerguido logo a seguir. Após a Revolução de Outubro de 1917, aquele vasto território comandado pelos czares foi imediatamente desagregado. A Ucrânia tornou-se independente, logo em

seguida a Federação Transcaucasiana, depois a Bielorrússia, e, por fim, os territórios bálticos e áreas da Finlândia, Turquia e Geórgia. Os revolucionários bolcheviques passaram a controlar um território que correspondia ao do Principado de Moscovo no século XV. Embora publicamente apoiassem a autonomia desses países e áreas, os comunistas, por meio da pressão militar e da promoção de golpes de estado, rapidamente estabeleceram repúblicas soviéticas provisórias nesses territórios e, em 1921, reuniram novamente todos na forma de repúblicas governadas por partidos comunistas e subordinados a Moscovo (RAMOS, 2017).

Seria possível prever a reemergência da Rússia atendendo ao seu passado histórico? Vários autores defendem a necessidade de se ter em conta fatores geoestratégicos e legados históricos profundamente enraizados na história da Rússia para melhor entender o seu comportamento. A população russa se estabeleceu majoritariamente a ocidente, onde o ar é mais úmido e temperado, que tem origem no Atlântico e penetra ao longo da planície europeia. Em comparação com o Norte, onde 65% do solo é permanentemente gelado, a zona à volta de Moscovo é mais habitável e produtiva. Por esta razão, desde o tempo medieval, a densidade populacional da Rússia concentrou-se entre São Petersburgo, Krasnodar e Omsk e também numa estreita faixa ao longo do Transiberiano até Vadivostoque (RAMOS, 2017).

Consequentemente, o chamado núcleo histórico e populacional da Rússia é extremamente vulnerável por estar concentrado numa zona de planície sem qualquer obstáculo natural. Os cavaleiros teutônicos, as hordas mongóis, Napoleão Bonaparte e Hitler conseguiram avançar pela planície até chegarem a Moscovo. O sentido de vulnerabilidade desenvolvido pelos russos é, portanto, uma preocupação geoestratégica histórica e a prioridade histórica essencial do estado russo é garantir a sua segurança. Como resposta a este condicionante geográfico, os governantes da Rússia sempre buscaram expandir e conquistar território com o objetivo de obter fronteiras seguras e profundas (RAMOS, 2017).

Outro traço sempre recorrente no agir da Rússia nas questões políticas é o sentimento de estar rodeada e cercada por uma periferia hostil, resumido no famoso dito do czar Alexandre III: “A Rússia só tem dois verdadeiros amigos no mundo, o seu exército e a sua marinha” (RAMOS, 2017, p.6). Por fim, outra condicionante estratégica resultante da geografia do território russo é a dificuldade de acesso ao mar livre. A Rússia tem apenas quatro regiões portuárias e todas com saídas ao mar condicionadas. A primeira, a Península de Cola, no Ártico, tem sua navegação em direção a águas livres limitada a uma parte do ano por causa do congelamento das águas. A segunda, que fica a leste, é Vladivostoque e é condicionada pelo arco das Ilhas Curilas. Já a terceira, nomeadamente o porto de Kaliningrado, depende dos estreitos da Dinamarca. E a quarta, que dá acesso ao Mar Negro por meio da Península da Crimeia, cuja saída para o Mar Mediterrâneo é controlada fisicamente pelos Estreitos de Bósforo (RAMOS, 2017).

Além das características geoestratégicas que influenciam na tomada de decisão dos governantes russos, parece necessário identificar os acontecimentos históricos que ajudaram a formar o rumo e a definir as opções e consequentes interesses da Rússia: “A história lega ao atual governo uma variedade de opções em termos de como moldar a orientação internacional do país. Em alguma medida, as escolhas abertas à Rússia hoje estão enraizadas nos legados das decisões passadas” (GVOSDEV; MARSH, 2014, p.20).

O crescimento do império russo, a partir do principado de Moscovo, foi influenciado, nesse sentido, tanto pelo contexto geográfico quanto pelo resultado de opções deliberadas que, conjuntamente, produziram um legado histórico único. Quais seriam, portanto, os legados mais importantes do período pré-soviético? Conforme o estudo da história da Rússia que foi desenvolvido ao longo deste capítulo, a escolha do cristianismo ortodoxo pelo príncipe Vladimir de Kiev, no século X, nomeadamente no ano de 988, constitui, sem dúvida, como a primeira herança mais relevante para o desenvolvimento da orientação política russa. Adotando a fé de Roma Oriental (Bizantina), centralizada em Constantinopla, a Rússia optou por não fazer parte nem do enorme mundo islâmico – do Marrocos às Filipinas -, e tampouco seria um membro pleno da civilização romano-germânica que formaria a Europa Ocidental. Segundo o imaginário russo, Moscou transformar-se-ia, após a queda de Roma e Constantinopla, na Terceira Roma (GVOSDEV; MARSH, 2014) (RAMOS, 2017). O segundo legado mais importante da história russa aconteceu no ano de 1249. Quando as forças do Império Mongol invadiram as terras russas, os príncipes russos procuraram-se acomodar ao domínio do novo conquistador asiático. Os principados da Rússia, portanto, tornaram-se as províncias mais ao sul do vasto império iniciado por Genghis Khan e centrado, primeiro, em Caracórum, na Mongólia, e segundo em Pequim, na China. Ao mesmo tempo, Alexandre Nevsky, o Grão Príncipe de toda a Rússia, decidiu resistir às forças invasoras vindas do Ocidente – os suecos e os Cavaleiros Teutônicos, uma ordem de cruzados católicos germânicos que convertiam os pagãos e os ortodoxos. A escolha de Nevsky, negando ajuda do papa e submetendo a Rússia aos khans mongóis, deixou ligações históricas profundas com o mundo asiático (GVOSDEV; MARSH, 2014).

O terceiro legado são as conquistas – empreendidas por Ivan, o Terrível - dos canatos de Cazã, Astrakhan e Sibir, anos de 1552, 1556 e 1582, respectivamente. Logo após o recuo do domínio mongol, o Principado de Moscovo iniciou o processo de unificação das terras do Rus num estado, ainda inicialmente definido como reino cristão-ortodoxo e eslavo do leste europeu. Pela conquista de Cazã e Astrakhan, a Rússia não só passou a controlar toda a bacia hidrográfica do rio Volga, como também obteve acesso ao Mar Cáspio. A Rússia, em pouco tempo, transformou-se de um pequeno estado na periferia oriental da Europa para um emergente império com números significativos de súditos cristãos e não cristãos. Já a conquista de Sibir, iniciou o avanço russo ao longo da Sibéria, que

alcançou o Oceano Pacífico e garantiu à Rússia fronteiras diretas com os impérios otomano, persa e chinês (GVOSDEV; MARSH, 2014).

O quarto legado histórico se passou no período conhecido como “tempo das dificuldades” (1605-1612), quando o estado russo sofreu um colapso e uma parte considerável de seu território foi ocupada pela Polônia e Suécia. A desordem social e política na Rússia era tão grave que forças polonesas conseguiram, por um breve momento, conquistar Moscovo. As invasões estrangeiras mostraram aos governantes russos que a Rússia era muito inferior do ponto de vista tecnológico, militar e econômico face aos países mais desenvolvidos da Europa (GVOSDEV; MARSH, 2014). Esse momento deixou outra característica inserida à política russa: que a fraqueza leva inevitavelmente à derrota (RAMOS, 2017).

O Tratado de Pereislav de 1654 fornece o quinto legado histórico. Por meio desse tratado – assinado entre os cossacos da Ucrânia e o czar da Rússia – o poder do estado russo retornou a Kiev. A comunidade lituana-polaca, a primeira potência da Europa Oriental e à época a maior ameaça aos russos, começou a se desintegrar e Moscovo começou a projetar o seu poder sobre a Europa Central. Culturalmente, a Rússia recebeu influências de padres e acadêmicos ucranianos já ocidentalizados, acelerando o processo de ocidentalização da Rússia (GVOSDEV; MARSH, 2014).

O sexto legado histórico decorre do Tratado de Nystad, de 1721. Embora a Rússia tenha começado a se ocidentalizar no século XVII por obra do czar Alexei (1645-1676), foi seu filho Pedro, o Grande, que modificou profundamente a sociedade e instituições russas com base nos modelos alemães e escandinavos. Um dos principais desejos do czar Pedro era obter portos nos Mares Negro e Báltico. Para isso, precisava enfrentar a Suécia, a qual foi derrotada, no Mar do Norte, pela nova e poderosa força naval e militar russa. Pelo Tratado, os suecos tiveram que ceder os estados bálticos ao império russo. A nova capital da Rússia foi transferida para São Petersburgo - uma nova cidade construída ao estilo europeu – e o Império emergiu como uma grande potência e um membro vitalício do sistema de estado da Europa. O processo de ocidentalização da Rússia prosseguiu com Catarina, a Grande, que reinou entre 1762 e 1796. Catarina alargou as fronteiras do estado russo para oeste e sul e aumentou ainda mais o prestígio desse estado entre seus pares europeus. A Rússia, portanto, deixou de estar na periferia da Europa (GVOSDEV; MARSH, 2014).

O Tratado de Kuçuk Kaynarca deixou o sétimo legado histórico ao desenvolvimento da Rússia. O Tratado, do ano de 1774, colocou um fim ao conflito entre os impérios russos e otomanos. Sua importância se dá por ter fundamentado as bases para o estabelecimento de um poder russo na bacia do Mar Negro, porque anexou o Canato da Crimeia, garantiu acesso às embarcações mercantes no Mar Mediterrâneo oriental através dos Estreitos de Dardanelos e permitiu à Rússia interceder pelas comunidades cristãs do leste do Império Otomano e Oriente Próximo. Esse Tratado iniciou o interesse russo em direção ao Oriente Médio (GVOSDEV; MARSH, 2014) (RAMOS, 2017).

A conquista e captura da cidade de Tashkent, em 1865, constitui o oitavo legado histórico. A queda dessa importante cidade centro-asiática deu início ao agressivo avanço da Rússia rumo à Ásia Central bem como a sua emergência no sul da Ásia. O império do czar alcançou a barreira do Himalaia. E a construção do porto de Vladivostok (1859) representou também a afirmação do poder russo perante a China, a sua determinação como primeira potência na Ásia e a garantia da sua presença no Pacífico (GVOSDEV; MARSH, 2014) (RAMOS, 2017).

Por fim, o legado deixado pelos soviéticos é de suma importância, porque herdou aos russos “traços geopolíticos notáveis, como a ascensão da União Soviética o clube nuclear em paridade com os Estados Unidos e ao estatuto de liderança de um dos blocos do mundo bipolar” (RAMOS, 2017, p.7). Por meio sobretudo do Partido Comunista e do serviço de segurança do estado, a KGB, ambos fundamentados pelo fervor revolucionário – a base legítima da política soviética -, a URSS formou uma enorme rede de países, colaboradores e grupos aliados em confronto direto com o principal inimigo, os Estados Unidos (RAMOS, 2017).

A desintegração da União Soviética, em 1991, criou na região da Eurásia um “buraco negro”, segundo Zbigniew Brzezinski. Como sucessor do estado soviético, emergiu a Federação Russa. O colapso do bloco comunista criou uma grande confusão na mente dos russos e uma desorganização geopolítica, visto que as fronteiras da Rússia no Cáucaso tinham sido diminuídas ao que era no começo da década de 1800, na Ásia Central ao território da metade da década de 1800 e a Ocidente – de maneira mais dramática – a aproximadamente às fronteiras do século XVII (BZERZINSKY, 1998). Mais preocupante ainda para a Rússia era a crescente perda de influência que exercia sobre os territórios recém-independentes, sobretudo em relação à Ucrânia, aos países bálticos e aos territórios do Cáucaso. O fim do Pacto de Varsóvia representava uma aproximação cada vez mais presente da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e da União Europeia (BZERZINSKY, 1998).

Em termos geográficos, a Rússia ficou sem fácil acesso ao mundo externo e vulnerável aos conflitos dos seus vizinhos por todas as direções, com exceção dos territórios inabitados do Norte, que pareciam ser as únicas áreas geopoliticamente seguras. Além disso, internamente a Rússia estava perturbada seja do ponto de vista econômico, seja sob a ótica identitária. Segundo Brzezinski:

“Por toda sua história, o estado russo foi simultaneamente um instrumento de expansão territorial e desenvolvimento econômico. Também foi um estado que deliberadamente concebeu não ser um instrumento puramente nacional, na tradição da Europa Ocidental, mas definiu-se como o executor de uma missão especial supranacional, com a ‘ideia russa’ variadamente definida em termos religiosos, geopolíticos ou ideológicos” (BZERZINSKY, p.96, 1998).

O colapso do bloco soviético, representou também a humilhação da sua vocação imperial que fez parte do seu imaginário ao longo de toda sua história. Geopoliticamente, a elite da Rússia estava desorientada e precisava encontrar rapidamente uma nova estratégia para refazer a grandeza da Rússia e a projeção do seu poder. O Governo de Yeltsin, primariamente, buscou uma “parceria estratégica madura” com os Estados Unidos que lhe (re)afirmasse essa aura e que resultou em apoio financeiro e conduziu ao Acordo de Redução de Armas Estratégicas. Mas a própria estratégia não era realista, porque pressupunha a partilha igualitária do poder mundial com a América num momento em que a Rússia estava internamente desgastada. As reformas econômicas promovidas por Yeltsin – extinguindo a economia planificada - e o programa de privatização não foram suficientes para sanar as deficiências da economia russa. A inflação subiu e o rublo desvalorizou-se drasticamente. A democracia não havia levado prosperidade ao povo russo. Pobre, fraca e impotente e não disposta a ceder às conquistas de Stálin, sobretudo no Báltico, a Rússia ressentia a gravitação da NATO em torno dos países do antigo Pacto de Varsóvia e entendia esse “cerco” como uma ameaça. Portanto, a “parceria estratégica” com o Ocidente não era nada viável. Como afirma Bzerzinsky: “a elite russa tinha feito apenas um rompimento parcial com o passado. Quase todos os líderes ‘democratas’ eram não apenas produtos do sistema soviético, mas também membros sêniores da sua elite governante” (BZERZINSKY, 1998). Além disso, as principais instituições soviéticas permaneciam intactas: a imortal KGB mudara de nome, mas mantinha as mesmas funções repressivas do tempo soviético. Como a Rússia iria gerir a mudança de mentalidade imperial para uma mentalidade nacional, como desejava o Ocidente, com a mesma elite que comandou e reprimiu o povo russo de 1917 a 1991? As seguintes estratégias de projeção do poder russo nas relações internacionais mostram que os donos da Rússia não iriam abdicar tão cedo da tentação imperial.

Em relação às antigas repúblicas soviéticas, Yeltsin lançou a estratégia do “estrangeiro próximo”, que enfatizava a construção de uma estrutura de tomada de decisões centralizada em Moscovo no antigo espaço geopolítico ocupado pela URSS. Além da cooperação e integração econômica regional que o projeto visava, o seu conteúdo tinha conotações claramente imperialistas. Em 1995, Yelstin emitiu o documento oficial da política russa frente à Comunidade dos Estados Independentes, codificando os objetivos russos: a Rússia teria um papel dominante naquela entidade; Moscovo reforçava a criação de um comando militar comum; as fronteiras externas dos países da CEI estariam submetidas a um controle central (localizado em Moscovo); as ações de *peacekeeping* dentro da entidade seriam de responsabilidade única das forças russas; e que a política externa comum da CEI deveria ser feita dentro de instituições na capital da Rússia, e não em Minsk (BZERZINSKY, 1998). A oposição a este projeto foi muito grande, sobretudo dos ucranianos, que sempre trataram as propostas de integração da Rússia como táticas imperiais. A Ucrânia não estava disposta a perder a

sua soberania nacional. Estaria a Rússia ficando cada vez mais isolada da Europa e do Ocidente? Qual seria, então, o próximo passo a ser tomado pelos russos? (BZERZINSKY, 1998).

Em 1996, Yeltsin substituiu o seu ministro dos negócios estrangeiros – liberal, aos olhos do Ocidente – por Yevgeny Primakov, um antigo oficial da velha KGB. A Rússia começou a, publicamente, aproximar-se da China e ambos os países iniciaram o processo de capitalização do ressentimento em relação aos Estados Unidos como única potência global. Em maio de 1996, russos e chineses assinaram um tratado sobre o aprofundamento da confiança militar nas regiões fronteiriças entre China, Rússia, Quirguistão e Tadjiquistão. Esse tratado deu origem ao Acordo de Cooperação de Xangai, de 2001, o “esboço de uma linha política de contrabalança aos Estados Unidos” e o estabelecimento de uma postura euro-asiática, que “constitui a tarefa primária de Putin” (RAMOS, 2017, p.21).

A ascensão de Vladimir Putin ao poder é um dos grandes mistérios do final do século XX. Pouco se sabe da sua vida biográfica, que está certamente muito bem detalhada nos arquivos secretos da KGB. Era um agente desta organização e trabalhou, durante algum tempo, na Alemanha Oriental. Por isso, é fluente em alemão. Para fazer carreira nos serviços de segurança soviéticos, era preciso ser obrigatoriamente membro do Partido Comunista. Quando o Muro de Berlim caiu, Putin foi chamado de volta à Rússia e ficou na reserva. Mas de acordo com o próprio Putin, “não existe isso de ex KGB”. Em 1998, Yeltsin nomeou-o como chefe do Serviço Nacional de Segurança (FSB) da Federação Russa. No verão de 1999, Yeltsin e seu círculo mais próximo – Tatyana Dyachenko, a filha do presidente, Bóris Berezóvsky, o homem mais rico da Rússia e conselheiro de Tatyana e Valentin Yumashev, um membro do Conselho de Segurança e futuro esposo da filha do presidente Yeltsin – estavam cada vez mais isolados e odiados por ajudarem a pilhar o país (SATTEr, 2016). Yeltsin, no dia 5 de agosto daquele ano, nomeou Putin como primeiro-ministro interino e anunciou que desejava ver o ex-chefe da segurança do estado concorrendo à presidência (RAMOS, 2017).

Entre os dias 4 e 16 de setembro de 1999, quatro prédios de apartamentos explodiram em Moscovo, Buinaksk e Volgodonsk. Imediatamente, todas as controvérsias envolvendo os escândalos de corrupção e privatização foram esquecidas. O recém-nomeado primeiro-ministro, Putin, jurou vingança contra os terroristas responsáveis por aqueles atos que vitimaram centenas de pessoas. Putin e toda a elite russa culpavam os chechenos. A população russa, empobrecida e devastada pelas guerras nos territórios independentes, mudou de sentimento e foi favorável à intervenção na Chechênia. Logo em seguida, forças russas já estavam combatendo os separatistas chechenos no Daguestão. As explosões permanecem até hoje um mistério e nunca foram resolvidas judicialmente. No entanto, as evidências apontam que os verdadeiros culpados pelos atos terroristas foram a própria liderança do Kremlin e a FSB (SATTEr, 2016). Putin, que antes das explosões tinha uma popularidade muito

baixa, foi eleito com 53% dos votos nas eleições de março de 2000 e emergiu como o líder que iria reerguer o orgulho perdido da Rússia (RAMOS, 2017).

A ascensão de Putin “trouxe ao poder uma nova rede homogênea, disciplinada e poderosa de apoios do novo presidente, uma forte determinação centralizadora e uma visão estratégica de longo prazo que iriam deixar profundas marcas” (RAMOS, 2017, p.21). O novo conceito de segurança nacional da Federação Russa, de 10 de janeiro de 2000, quando Putin ainda era presidente interino, estabeleceu alguns aspectos importantes: o comprometimento à criação de um mundo multipolar, a linha mestra da orientação estratégica do país; a afirmação da Rússia como centro influente das decisões mundiais tendo em conta o seu potencial econômico, militar e técnico e sua situação única no continente euro-asiático; e a visão de que a NATO representa uma séria ameaça que pode “levar à desestabilização da situação estratégica mundial” (RAMOS, 2017, p.23). E nota ainda como ameaças específicas as bases militares e os contingentes da NATO próximos das fronteiras russas; a escalada de conflitos perto destas e o enfraquecimento do processo de integração dos países da CEI. O novo conceito de segurança também alargou o uso das forças nucleares e convencionais e baixou o patamar de emprego nuclear em eventuais agressões menores, passando a ser “primeiro uso” quando a utilização estava limitada a situações de respostas nucleares, isto é, de “segundo uso” (RAMOS, 2017, p.23). Todas essas mudanças conceituais tiveram um significado profundo acerca da nova estratégia que a Rússia tomaria na primeira década da presidência de Putin.

Basicamente, o mundo multipolar desejado por Putin se assenta em três eixos: (1) a afirmação do eurasianismo como conceito aglutinador e unitário do espaço geoestratégico, enfatizando a cultura e a civilização específica euro-asiática em contraste à fragmentação religiosa, étnica ou nacionalista que eventualmente pode surgir; (2) o estabelecimento de alianças alternativas por meio de mecanismos “indutores de multipolaridade” como a institucionalização dos BRICS, o grupo que compreende, além da Rússia, o Brasil, a Índia, China e África do Sul; e (3), a exploração das vulnerabilidades ocidentais, fazendo uso de todo o arsenal disponível: alianças internacionais, meios econômicos, transporte e comercialização do gás e do petróleo e apoio a forças políticas que levam à desagregação, ataques cibernéticos, desinformação e guerra psicológica (RAMOS, 2017).

Putin, centralizando o poder internamente e expandindo a influência russa a nível externo, foi capaz de subir o status do estado russo ao nível de grande potência e recuperar a sua dignidade perdida com o fim da União Soviética, recorrendo sobretudo à cultura e à civilização daquele gigante território euro-asiático. Por meio também do estabelecimento de diferentes alianças e do enquadramento de um inimigo comum – os Estados Unidos e a NATO - Putin conseguiu afirmar o poder externo russo: apareceu como apaziguador na Síria e impediu que a Ucrânia assinasse o Acordo de Associação com a União Europeia. Portanto, toda essa conjuntura de contestação da Rússia a nível internacional

resume a sua atuação no mundo desde a ascensão de Putin e, certamente, o futuro da nova ordem mundial será influenciado pela forte atuação desse grande agente de poder, o estado russo.

CAPÍTULO 2: A EVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Para compreender o fenômeno da inteligência¹, é preciso perceber a sua evolução e o seu desenvolvimento ao longo da história. A atividade conhecida como inteligência remonta a tempos muito antigos e bíblicos. Podemos mesmo considerar que os primeiros esforços de inteligência estiveram associados à procura de esclarecimento face à crença no sobrenatural (DULLES, 1963). Em Números 14, Deus pede a Moisés, após este liderar a fuga dos hebreus do Egito, que envie espiões à Canaã para que esta terra seja reconhecida. Seguindo as instruções do Senhor, Moisés escolheu um homem de cada uma das 12 tribos de Israel, para cumprir aquela missão (ANDREW, 2018).

Quando voltaram de Canaã, os encarregados da tarefa informaram que naquela terra jorrava leite e mel e que seus homens todos tinham grandes estaturas. Dos 12 líderes da tribo, apenas Josué e Calebe tiveram fé e, uma vez que Deus estava com Israel, nada tinham a temer. Os outros 10 murmuraram e fizeram avaliações de inteligência pessimistas e distorcidas em relação às suas forças e às do inimigo e dissuadiram o povo israelita de seguir em frente. Por causa disso, Deus ficou enfurecido, mandou a peste aos 10 espiões, que morreram, e fez o povo de Israel perambular durante 40 anos no Deserto. Com a morte de Moisés e o fim da perambulação pelo deserto, Josué, o novo líder dos israelitas, ouviu de Deus que já era o momento para alcançar a Terra Prometida. A conquista de Canaã foi precedida pela espionagem. Foram enviados dois espiões à cidade de Jericó antes da campanha militar que derrotou os reis que ocupavam a Terra Prometida (ANDREW, 2018).

O Velho Testamento contém ainda outras várias referências a espiões e coletas de informação. No Êxodo, por exemplo, a fuga dos israelitas do Egito se iniciou por meio de um engano (*deception*) quando Moisés pediu ao faraó que o povo de Israel pudesse fazer uma peregrinação religiosa de três dias, ocultando que isso fosse uma saída permanente das terras egípcias. No Novo Testamento também há passagens que relatam espionagem, embora em quantidade muito menor do que no Velho, mas que são referências de grande valor para o entendimento da Semana Santa. Desde o episódio em que os escribas e os sacerdotes enviam espiões para manter Jesus sob vigilância e lhe fazer perguntas que dessem pretexto à Sua prisão, até o segredo com que Jesus fez os arranjos para a Última Ceia, que só foi revelada aos discípulos no dia da refeição. Por isso, Judas Iscariotes, um agente pago das

1 Manteremos nesta Dissertação a designação de “Inteligência”, com o mesmo significado da palavra “Informações” em Portugal, ou “intelligence” nas línguas anglo saxónicas. Ou seja, para designar o produto obtido pela ação de um Serviço expressamente encarregue de obter dados que através de um processo específico transforma em conhecimento mais objetivado. O termo é também usado para designar o próprio Serviço, sendo para isso usados os vocábulos “Serviço de Inteligência”.

autoridades judaicas para revelar onde estava Jesus Cristo, só soube alertar aos sacerdotes depois do Senhor ensinar aos seus discípulos como deveriam celebrá-Lo na Eucaristia (ANDREW, 2018).

Na Grécia Antiga, as atividades do mundo secreto da inteligência são muito bem relatadas nas aventuras de Odisseu (Ulisses), a principal personagem de *Ilíada* e *Odisseia*. Nessa, Homero trata da Guerra de Tróia e da exímia habilidade de Odisseu em enganar os adversários através da trapaça. Não é por mera coincidência que este guerreiro era também chamado de “o astuto”. A passagem mais conhecida é a do “Cavalo de Tróia”, o plano mais ambicioso de Odisseu, que destruiu a cidade dos troianos e fez acabar a guerra depois de 10 anos. Outra operação de engodo aconteceu durante a era de ouro de Atenas, quando da invasão da Grécia pelo império persa de Xerxes, na Batalha de Salamis. Em suma, os persas foram ludibriados por Síciro, um escravo que tinha fugido da frota grega e levava consigo informações importantes. Os persas acreditaram em Síciro, que era, na verdade, um agente duplo leal a Temístocles, o líder grego que o tinha escolhido para atrair o inimigo para o pequeno estreito entre a ilha de Salamis e o continente da Grécia. As grandes frotas de Xerxes foram derrotadas pelas pequenas, porém mais ágeis, frotas gregas (ANDREW, 2018).

Apesar de existirem vários outros relatos de inteligência, os gregos antigos nunca demonstraram grande interesse pela coleta e análise de informações típicas de um serviço secreto. O método usado para ganhar uma batalha ou ser bem-sucedido em qualquer campanha militar era feito por meio de videntes ou oráculos, que obtinham orientação divina fazendo sacrifícios de animais e interpretando sonhos. Por não coletar inteligência de Esparta, a democracia ateniense sucumbiu depois da Guerra do Peloponeso (ANDREW, 2018).

A natureza sobrenatural da inteligência foi-se paulatinamente tornando mais humana e secular quando os sacerdotes gregos começaram a ter uma rede de informantes. Além disso, os sacerdotes, por causa de seu status, estavam sempre em contato com várias pessoas importantes que lhes confiavam informações. Príncipes e homens poderosos podiam ser favorecidos pela corrupção do clero, que trocava informação por dinheiro (DULLES, 1963).

Foi na China antiga e no subcontinente indiano que a inteligência foi discutida enquanto atividade central na condução da guerra e da paz. Tanto no livro “Arte da Guerra”, do general chinês Sun Tzu, quanto no manual de estadismo “*Artashastra*” atribuído a Kautilya, um conselheiro sênior do fundador da dinastia Máuria no norte da Índia (ANDREW, 2018), constam atributos da inteligência como elementos essenciais à estratégia de luta. Os dois rejeitam os oráculos e videntes. No capítulo “Do emprego de agentes secretos” de *Arte da Guerra*, Sun Tzu estabelece os princípios básicos da espionagem que são praticados até hoje. Além de analisar as várias formas de usar espíões, o general chinês também foi o primeiro a recomendar por escrito um serviço de inteligência organizado (DULLES, 1963). O *Artashastra*, produzido na mesma época do livro “Arte da Guerra”, discute detalhadamente o uso e as principais atividades secretas de uma rede de espíões interna e externa,

comandado pelo rei e distribuída aos seus conselheiros sêniores. Por isso, esse documento esboçou o primeiro estado de vigilância completamente organizado do mundo. Dessa forma, a China Antiga e a Índia estiveram bem à frente tanto de Roma, que também recorria a oráculos, quanto da Grécia em relação ao mundo secreto da espionagem (ANDREW, 2018).

Durante a Idade Média, a inteligência não passou por grandes desenvolvimento e inovações por causa, sobretudo, da situação política fragmentada e da dificuldade em mobilizar forças e organizar a logística. Levavam-se semanas ou até meses para se reunir um exército. A inteligência de determinado grupo poderia até ser correta num determinado momento, no entanto, não era suficiente para fazer derrotar um inimigo em evolução indeterminada por causa das limitações acima mencionadas. Em virtude da falta de um serviço de inteligência alargado, os governantes europeus deixaram Bizâncio à sua sorte e a ser enfraquecido seja por mongóis, turco otomanos ou até por eles mesmos. Os europeus sabiam pouco dos bizantinos, bem como dos eslavos e do mundo islâmico (DULLES, 1963).

No século XV, os italianos fizeram uma grande contribuição à coleta e análise da inteligência quando criaram embaixadas permanentes no exterior. Os enviados das cidades-estados italianas conseguiam obter informações e efetuar análise de alta qualidade com capacidade para que se pudesse formular uma real inteligência estratégica. No século seguinte, a maioria dos países europeus passou a seguir o modelo italiano. A partir do surgimento das guerras religiosas e do nacionalismo, apareceram também especialistas em inteligência, isto é, ministros e secretários que dedicaram a sua vida a coletar e interpretar informações. Ao mesmo tempo, começou a tomar forma uma divisão entre inteligência interna e externas. Em Inglaterra, o Secretário de Estado Francis Walsingham e chefe de espionagem da rainha Elizabete foi o responsável por criar a primeira agência de inteligência profissional do mundo, que contava com um especialista em análise de criptografias, que além de quebrar os códigos interceptados das correspondências internas e externas, inventou códigos seguros para a coroa britânica (DULLES, 1963).

No final do século XVIII e início do século XIX, em virtude das dissidências internas, dos conflitos e dos movimentos revolucionários que ameaçavam tanto a estabilidade doméstica dos poderes autocráticos e imperiais quanto a ordem internacional das potências, a distinção entre os serviços de segurança internos e a inteligência estrangeira ficou mais visível, com o poder de repressão concentrado na mão de forças policiais. Já na Primeira Guerra Mundial, a inteligência estrangeira estava sob o comando do Estado-maior das forças armadas na maioria dos países europeus e, era naturalmente, o serviço mais forte do país. Durante a guerra, uma série de inovações tecnológicas, como o uso do rádio para as comunicações, possibilitou a coleta de inteligência de grande significado tático e estratégico através da interceptação de sinais e a quebra de códigos (DULLES, 1963).

Durante a Segunda Guerra Mundial, houve uma proliferação de serviços de inteligência, bem como uma crescente complexidade da sua estrutura interna. As poderosas agências das grandes ditaduras – Japão, Itália, União Soviética e Alemanha – eram usadas, além do uso primário de coleta e análise de informação, como instrumento para a expansão do poder no exterior. Do lado dos Aliados, os serviços passaram a ter uma forte cooperação mútua, nunca antes vista na história (DULLES, 1963).

Durante toda a Guerra Fria, os estados comunistas tinham como estratégia a penetração secreta dos estados livres. As agências de inteligência eram usadas para explorar as fraquezas e as vulnerabilidades das forças de segurança e militar dos países alvos, sempre por meio do uso de aparatos secretos. Exemplos de sucesso da inteligência comunista são Cuba e Checoslováquia, que antes de sucumbirem à ideologia marxista, já tinham tido suas agências de defesa penetradas secretamente por agentes da espionagem (DULLES, 1963).

Os comunistas tinham um forte aparato de subversão, a começar pela existência, em todos os cantos do mundo, de partidos marxistas, os quais respondiam ao centro, Moscovo. Em todos os partidos, havia sempre um núcleo pequeno, mas extremamente devoto e dedicado à causa. As agências de inteligência, como a KGB, usavam esses militantes como ponta de lança para a ação secreta. As organizações de frente, tais como a Federação Mundial dos Sindicatos, e outros movimentos pela juventude ou pelas mulheres ajudavam a suplementar o trabalho feito dentro dos partidos. Por meio da KGB, que tinha todos os recursos disponíveis, Moscovo guiava e manipulava todos esses “ativos” comunistas ou pró-comunistas, seja para fazer a coleta de inteligência, seja para promover atividades subversivas (DULLES, 1963).

As guerras limitadas e “guerras por procuração”, que aconteceram na Coreia e no Vietname do Norte; a guerra de guerrilha no Vietname do Sul, a guerra civil na China e o abusivo controlo das suas zonas de ocupação militar, que se verificaram nos países satélites da União Soviética e da Coreia do Norte, são exemplos do “alcance das táticas comunistas” desenvolvidas dentro do aparato de inteligência. Particularidades sobre a inteligência soviética ainda desenvolvidas posteriormente neste trabalho (DULLES, 1963).

Internamente, a KGB constituía de facto a base mais sólida do poder soviético, o instrumento regulador da “ditadura do proletariado”. Pelas informações de que dispunha, e pela sua capacidade operativa, era o aparato de segurança, e não o Partido, que no fundo controlava tudo na vida do cidadão soviético: as artes, a ciência, a religião, a educação, a polícia e as forças armadas. A KGB era o meio repressor dos comportamentos considerados incorretos, das minorias étnicas da União Soviética, a polícia que mantinha toda a vigilância sobre cada cidadão soviético e também estrangeiro (BARRON, 1974).

Sendo a KGB um fenômeno único na história da inteligência, não é possível compará-la a qualquer outra agência de espionagem do mundo, porque as funções da agência eram usadas basicamente não apenas para a coleta e a análise de inteligência, mas também para expandir o poder daquela sociedade totalitária e tirânica, suprimindo as liberdades domésticas dos seus próprios cidadãos e controlando até mesmo a vida sexual das pessoas. Era um poder onnipresente, inconcebível de surgir numa sociedade aberta. Nos Estados Unidos, por exemplo, as organizações de inteligência estão limitadas pela Constituição e pela Declaração dos Direitos Americanos e lhes é negado o direito de desenvolver estados policiais. A CIA – a Agência Central de Inteligência Americana – presta contas ao presidente do país, aos subcomitês do congresso e ao orçamento, o que faz dela a “agência de inteligência mais vigiada do mundo” (DULLES, 1963, p.243), diferentemente do que acontece com a KGB, hoje chamada de FSB, o serviço federal de segurança da Rússia, que não deve, na prática, satisfação a nenhum órgão governamental, a não ser a si mesmo (eventualmente ao Presidente), e cujo orçamento é um dos maiores segredos de estado daquele país (BOROGAN, SOLDATOV, 2010).

Como ensina Christopher Andrew (ANDREW, 2018, p. 1), a história da inteligência não é linear e sofre de amnésia histórica, sobretudo porque é uma profissão de extrema importância, mas que não tem uma literatura séria. Nesse sentido, é mais difícil absorver as lições históricas da inteligência do que qualquer outro ofício por causa da ausência dos registros de sua experiência passada. Os serviços de inteligência ocidentais da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, sabiam pouco, senão nada, da atuação das agências durante a Primeira Guerra. E hoje dá-se pouca importância, sobretudo na historiografia, à atuação dos serviços de inteligência durante a Guerra Fria. Os principais livros sobre esse período, quando tratam da política externa soviética, raramente dissertam sobre a KGB, a agência mais poderosa da União Soviética que teve um papel dominante sobre a política e o desenvolvimento geral dos principais acontecimentos mundiais. O mesmo erro não pode ser cometido para compreender a história atual da Rússia e das suas guerras híbridas. É nesse sentido que, a seguir, será feita uma investigação acerca dos serviços de segurança russos, desde Ivan, o Terrível, até a FSB de Vladimir Putin, porque essa análise pode revelar um contínuo histórico, uma lógica de operacionalidade sistemática que nos ajude a conhecer as capacidades dessa organização existentes hoje em dia e a melhor entender as opções atuais e previsíveis no exercício do poder pela Rússia.

2.2 Os serviços de segurança e inteligência da Rússia – uma história

2.2.1 Ascensão e queda dos *Oprichniks*

O primeiro serviço de segurança organizado da Rússia surgiu no século 16, no reino de Ivan IV, o Terrível. O governante russo temia constantemente conspirações contra seu governo por parte dos boiars, os nobres da Rússia. Em dezembro de 1564, ele deixou o Kremlin e estabeleceu-se em *Alexandrovskaya Sloboda*, distante 100 km a noroeste de Moscou. De lá, acusou os boiars, outros nobres e a corte da Rússia de alta traição. Com o objetivo de identificar e eliminar os traidores, Ivan, o Terrível, criou uma nova guarda imperial, os *oprichniki*. Desta forma, o czar tinha um poder ilimitado para extirpar a falta de lealdade ao seu governo (ANDREW, 2018).

Os *oprichniki* eram cavaleiros vestidos de preto, montados em cavalos de igual cor e carregavam, cada um, a cabeça de um cão presa à sela, que simbolicamente significava farejar e atacar a traição. Os guardas também levavam consigo uma vassoura para varrer a traição. O ditador soviético Joseph Stálin louvava a crueldade que Ivan IV usava, através dos *oprichniki*, para reprimir a oposição, e lamentava que o czar não tivesse matado nobres suficientes para poupar a Rússia dos “Tempos das Dificuldades” (ANDREW, 2018).

O chefe dos *oprichniki* era Maliuta Skuratov que, dentre todos os líderes de inteligência da história da Rússia, não teve rivais quanto ao prazer em mutilar e torturar suas vítimas. Stálin, novamente, admirava mais Skuratov do que os seus próprios chefes de inteligência. Ninguém nos círculos mais próximos de Ivan tinha a certeza de que seria poupado, com a exceção de Skuratov. Até mesmo o tutor de infância de Ivan IV - o príncipe Ivan Petrovich Cheliadnin-Fedorov - foi vigiado pelos espiões do czar em 1568 e acusado, em seguida, de planejar a derrubada do chefe de Moscovo. Ivan IV e os *oprichniki* assassinaram à facada Cheliadnin-Fedorov. No ano seguinte, em 1569, Ivan, o Terrível obrigou o seu primo, Vladimir de Staritsa, a beber veneno após rumores que ele tentava tomar o trono (ANDREW, 2018).

O auge do terror dos *oprichniki* aconteceu em 1570 com o massacre de Novgorod, a terceira maior cidade da Rússia e suspeita de traição coletiva por Ivan. Antes de começar a matança, os *oprichniki*, por ordem do czar, foram enviados à cidade, disfarçados, com o objetivo de espionar e reconhecer os principais alvos de pilhagem e execução, sobretudo mosteiros e igrejas. Vários monges foram torturados e mortos (ANDREW, 2018).

Ivan IV e seu conselheiro, Ivan Mikhailovich Viskovaty, o primeiro chefe da diplomacia russa, foram também os responsáveis pelo estabelecimento da inteligência russa no estrangeiro. Como não havia uma divisão clara, na época, entre inteligência e diplomacia, Viskovaty era, portanto, também chefe do serviço de inteligência russo no exterior. Mas Viskovaty tinha dois grandes problemas:

primeiro, a Rússia não tinha embaixadas permanentes e seus embaixadores eram enviados para o exterior para tarefas específicas e, assim que a missão acabasse, com ou sem sucesso, estavam de volta ao país de origem. O fluxo de informação derivado desta atividade, portanto, não era captado pelos russos. O segundo problema era que a Rússia não tinha a indústria da impressão de livros, que havia provocado uma revolução no Ocidente. O conhecimento de países estrangeiros, por meio de fontes abertas, estava muito limitado. O primeiro contato diplomático da Rússia com a Europa Ocidental deu-se, por acaso, com a Inglaterra, quando o explorador-mercador Richard Chancellor, que tencionava ir à China, acabou se perdendo e a parar no Mar Branco, no lugar onde se construiria o futuro porto de Arcângelo (ANDREW, 2018).

A frota inglesa foi convidada para conhecer Moscovo. Após o retorno de Chancellor à Inglaterra, foi fundada, em Londres, a Companhia de Moscou, criada para o comércio com a Rússia. Os ingleses passaram a fornecer armas e munições para as guerras de Ivan. Em 1555, Ivan ordenou a construção da embaixada inglesa dentro dos muros do Kremlin e concedeu vários privilégios à Companhia de Moscou. O primeiro embaixador russo na Inglaterra foi a Londres para uma missão temporária com o objetivo de fundamentar a relação comercial que se iniciou com Chancellor. Por esta e outras razões, a Rússia não estava muito bem informada acerca das mudanças políticas e religiosas que se passavam na Inglaterra. Anthony Jenkinson, o sucessor de Chancellor, pelo contrário, já era o estrangeiro mais influente na corte de Ivan, porque estabeleceu uma permanente embaixada e uma missão comercial em Moscou. Os governantes da Inglaterra perceberam que as informações tanto de Chancellor quanto de Jenkinson eram uma fonte valiosa de inteligência, seja militar, política ou comercial -, e, por isso, foram mantidas em segredo até à morte de Ivan IV (ANDREW, 2018).

A coleta de inteligência e também a diplomacia russa sofreu um grande revés quando o seu chefe, Viskovaty, foi acusado de conspirar com a Lituânia e pedir aos turcos otomanos e ao khan da Crimeia que invadissem a Rússia. Tudo não passava de uma falsa acusação do czar Ivan, o Terrível, que pediu a morte do diplomata, sendo antes torturado por Skuratov. Em 1572, Ivan aboliu formalmente o serviço de segurança depois de seus agentes não conseguirem defender Moscou de um ataque tártaro (ANDREW, 2018).

Ivan IV, ao morrer, foi sucedido por seu filho mais novo, o czar Teodoro I. No entanto, o poder verdadeiro era exercido por um conselho regencial, no qual prevaleceu a figura de Boris Godunov, que tinha sido um agente *oprichnik* e era genro do sanguinário Maliuta Skuratov. Godunov tinha uma grande riqueza, conquistada às custas das suas vítimas, e durante seu governo construiu uma rede de informantes que vigiava e matava seus principais rivais. O diplomata inglês que foi enviado à Rússia para resolver as disputas da Companhia da Rússia sentia-se permanentemente vigiado pelos homens de Godunov (ANDREW, 2018).

Com a morte de Teodoro I, Godunov assumiu como czar. Sua rede de espões e informantes cresceu, embora não se saiba os números exatos. Os servos delatavam os seus mestres e até mesmo os escravos eram usados como informantes. No entanto, este sistema de inteligência e segurança foi incapaz de proteger o filho de Godunov, Teodoro Borisovich Godunov, coroado czar Teodoro II, de manter o poder. O exército amotinou e juntou-se ao “falso Dimitri”. Teodoro II foi assassinado junto com sua mãe, a filha de Skuratov, e a Rússia entrou nos “Tempos das Dificuldades” (ANDREW, 2018).

2.3 Barclay de Tolly e a fundação da inteligência militar russa

Alguns dias antes da invasão do exército francês ao território russo – a maior força invasora já reunida de todos os tempos – a França de Napoleão não tinha informações atualizadas sobre a Rússia e a posição das suas forças militares. Mesmo assim, o imperador francês decidiu começar o ataque. Os russos, pelo contrário, obtiveram grande sucesso em adquirir inteligência da França. Em janeiro de 1810, o czar Alexandre I nomeou como ministro da defesa Mikhail Barclay de Tolly, um comandante de origem escocesa que nasceu na região do Báltico e que sabia da importância da inteligência em primeira mão nas campanhas militares. Por causa disso, de Tolly é considerado pelo próprio estado russo como fundador da inteligência militar da Rússia (ANDREW, 2018). O primeiro serviço de Barclay de Tolly enquanto ministro da defesa foi criar uma Chancelaria Especial que funcionasse como um serviço de inteligência baseado na nomeação de adidos militares. A operação para o estabelecimento da Chancelaria era considerada altamente secreta pela Rússia. Possivelmente, Napoleão nunca ouviu falar disso. Ainda no começo do século 19, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia criou o Comitê de Criptografia envolvendo os principais criptógrafos russos com o objetivo de “reportar ao ministério e ao czar a introdução de um novo sistema de criptogramas, a eliminação progressiva de cifras desatualizadas e a operação de codificação e de descriptografia” (ANDREW, 2018, p.353). Os russos conseguiram quebrar a criptografia da correspondência do rei da Prússia e, antes da invasão francesa, também da embaixada britânica em São Petersburgo.

Nos cinco anos de aliança entre a França e a Rússia, a inteligência que o czar obtinha dos franceses era muito superior à que estes obtinham dos russos. A inteligência russa era baseada sobretudo por agentes e informantes em Paris. O adido militar mais bem-sucedido da Chancelaria Especial estabelecida por Barclay de Tolly foi Alexander Chernyshev, que estava instalado em Paris e era o representante pessoal do czar na corte de Napoleão. A rede de contato de Chernyshev abrangia a corte e a administração imperial. Da rede de agentes pagos, o homem mais importante trabalhava no Ministério da Guerra. Este agente, de codinome ‘Miguel’ passava mensalmente a Chernyshev informações acerca dos movimentos e das atividades de cada regimento do exército francês. A

inteligência era repassada para São Petersburgo. Barclay de Tolly sabia detalhadamente o desdobramento² das forças de Napoleão a oeste e informava ao czar, indicando-lhe a possibilidade e previsibilidade de uma invasão da França à Rússia. Chernyshev, antes de deixar Paris, em 1811, também informou aos decisores russos que a estratégia de Napoleão na Rússia seria efetuada por meio de grandes batalhas e vitórias rápidas e, por isso, recomendou que o exército russo usasse forças rápidas para acossar a “Grande Armée” (ANDREW, 2018, p.355).

O conde Carl von Nesselrode, que era vice diretor da embaixada russa em Paris, também conduzia uma paralela rede de inteligência russa. Nesselrode, ignorando o embaixador, enviava os seus relatórios ao czar por meio de Mikhail Speransky. O documento mais importante obtido por Nesselrode, via agente pago, foi o memorando secreto apresentado a Napoleão sobre a futura política externa francesa (ANDREW, 2018, p.355). O principal informante de Nesselrode em Paris era Charles Maurice de Talleyrand-Périgord, um importante diplomata francês desleal a Napoleão, que traía o imperador francês, trocando inteligência por dinheiro para manter a sua vida luxuosa e extravagante. Talleyrand traiu seu chefe levando informações tanto para o czar Alexandre quanto para o príncipe Klemens von Metternich, embaixador austríaco em Paris e futuro chanceler da Áustria (ANDREW, 2018).

De todos os países da Europa, inclusive das potências envolvidas nas guerras napoleônicas, o serviço de inteligência estrangeiro da Rússia, na véspera da invasão de Napoleão, era o melhor da Europa. A rede de agente de Chernyshev e Nesselrode era muito superior à rede da Grã-Bretanha, a qual não tinha nem mesmo uma embaixada em Paris. O centro de descifragem de São Petersburgo era também o mais eficiente, melhor que o Ramo de Decifrar dos britânicos. E Napoleão não acreditava que os russos pudessem quebrar a criptografia francesa (ANDREW, 2018, p.357).

Pelo menos desde o verão de 1810, o czar e os seus principais conselheiros sabiam, por meio da inteligência, que Napoleão já estava preparando uma grande invasão à Rússia. A maioria das forças francesas preparadas para invadir o território russo iam atuar a partir da Prússia ou iam atravessar áreas prussianas. Cristoph Lieven, a partir de sua missão em Berlim, passava os detalhes dos movimentos das tropas de Napoleão. Dessa forma, o czar, o chefe da inteligência militar russa, Barclay de Tolly e o comandante das forças russas, o príncipe Mikhail Kutuzov, conseguiram antecipar as ações do exército napoleônico e desgastá-lo por meio da estratégia de atrito e pressão da cavalaria cossaca (ANDREW, 2018). Comparado ao imperador francês, o czar Alexandre tinha um

2 A palavra “Desdobramento” será usada nesta Dissertação no sentido de termo “Deployment” como “o movimento de forças para dentro e fora de uma área operacional”. Conforme o Dictionary of Military and Associated Terms, DOD, Jan, 2020, disponível em <https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/dictionary.pdf>, acessado em 6 de Abril 2020

melhor entendimento acerca da inteligência, seja buscando informações da Grande Armée, seja procurando opiniões estrangeiras das forças russas (ANDREW, 2018).

A inteligência russa também foi de suma importância para a ofensiva final de 1814 que levou à queda de Paris e a derrubada de Napoleão, sobretudo por causa da interceptação dos despachos secretos franceses por meio da cavalaria russa. A principal carta capturada pelos cossacos era de Napoleão e informava que a deslocação das forças francesas se direcionavam para Marne com o objetivo de mover o inimigo para longe de Paris. Outro despacho secreto francês obtido pelos russos trazia informações sobre a baixa moral do exército napoleônico. Logo a seguir à captura desta mensagem, Alexandre chamou seus comandantes para que decidissem um plano militar (ANDREW, 2018, p.359-360). Dos líderes das grandes potências, o czar Alexandre I era aquele que mais entendia a necessidade de se dotar de um eficiente serviço de inteligência com um eficaz sistema de descryptografia e ele conseguiu manter essa capacidade secreta, da qual Napoleão nem sequer suspeitava.

2.4 A inteligência russa no século XIX: da Terceira Seção da Chancelaria Especial à formação da Okhrana

O século XIX foi bastante agitado em termos políticos. Surgiram muitas sociedades secretas com ideias explicitamente revolucionárias que visavam modificar a ordem social. Sobretudo depois do Congresso de Viena – que restaurou as fronteiras europeias desde que o império de Napoleão as alterou -, os líderes das nações vencedoras das guerras napoleônicas temiam muito qualquer agitação revolucionária que aparecesse dentro ou fora de seus territórios. Por isso, em julho de 1826, o czar russo emitiu um decreto autorizando a criação da Terceira Seção da chancelaria encarregada de ser a polícia política, sob o comando do general Alexander Kristoforovich von Bechendorff (ANDREW, 2018, p.374).

A Terceira Seção, desde o início, já tinha uma grande rede de informantes, composta por 5000 pessoas, que fazia uma severa vigilância não somente sobre os opositores, mas também sobre outras forças policiais, as quais viam a Seção criada pelo czar como uma ameaça. Além disso, o serviço de inteligência tinha a tarefa de abrir, em escala industrial, as cartas que circulavam por todo o império russo. O czar Nicolau I, aterrorizado também por sociedades secretas que não tinham muita relevância, condicionou as avaliações da inteligência russa. A Rússia tornou-se uma sociedade vigiada. Estrangeiros ocidentais que visitavam o país eram frequentemente tratados como potenciais ou até mesmo espões e subversivos. Esta era a realidade russa sob a Terceira Seção da chancelaria, realidade que tornaria muito mais abrangente e repressiva um século mais tarde com os soviéticos (ANDREW, 2018, p.377).

O período entre 1880 e 1914 é conhecido como a “era de ouro dos assassinatos” na Europa. Os ataques que deram nome a este período foram perpetrados sobretudo por anarquistas. Morreram, entre esses anos, 150 pessoas e aproximadamente 500 ficaram feridas.. Entre as vítimas estavam líderes de estado, como o czar Alexandre II da Rússia, a imperatriz Elisabete da Áustria, o rei Humberto I da Itália, o rei Carlos I de Portugal e seu filho herdeiro, o rei George I da Grécia, o presidente Carnot da França, o presidente William McKinley dos Estados Unidos e os primeiros-ministros Antonio Cánovas del Castillo de Espanha e Pyotr Stolypin da Rússia (ANDREW, 2018, p.428-429). Na Rússia, o início do terrorismo como arma política surgiu em 1878, com a formação do grupo secreto *Narodnaya Volya*, que significa, na tradução, o Desejo do Povo. Foi o primeiro grupo a fazer deliberadamente uso da violência para espalhar o terror na população civil e no governo com o objetivo de abalar a estrutura social e alcançar determinados objetivos políticos (ANDREW, 2018).

O primeiro atentado cometido pelo *Narodnaya Volya* aconteceu em 1880 e visava assassinar o czar Alexandre II. A ação se fez por meio de explosivos que atingiram o Palácio do Inverno e matou 15 pessoas, tendo o alvo principal – o czar – saído ileso. O grupo, no entanto, não desistiu do seu objetivo e, em março de 1881, alguns membros terroristas lançaram duas bombas em direção à carruagem do líder russo que finalmente mataram (ANDREW, 2018, p.425). A Terceira Seção de Inteligência da Chancelaria Imperial, criada por Nicolau I, falhou ao não prevenir do atentado para assassinar o czar e, por isso, foi substituída pelo Departamento da Polícia do Estado, que funcionava sob a alçada do Ministério do Interior. Este Ministério já dispunha de um Departamento Especial do Departamento da Polícia e territorialmente compreendia uma rede de Seções de Segurança. O novo Departamento foi formado em 1881 sob o nome de *Okhrannoe Otdelenie*, que é coloquialmente conhecido como *Okhrana*. O departamento e respectivas seções eram compostos por 11 mil homens dos Corpos Especiais dos Gendarmes responsáveis por serem o braço executivo da polícia política do czar (LEGGET, 1981, p.xxiii).

Em suma, a *Okhrana* foi criada como agência de segurança e de inteligência muito maior que sua fracassada antecessora, a Terceira Seção. O quartel-general da *Okhrana* ficava em São Petersburgo e conduzia uma vasta rede de agentes e informantes que no final do século, já compreendia 20 mil pessoas (ANDREW, 2018, p.425).

A principal atividade da *Okhrana*, após o assassinato de Alexandre II, era monitorizar e desbaratar as atividades dos grupos terroristas e revolucionários. O principal núcleo da polícia czarista, o Departamento Especial, lidava com os grupos que almejavam fazer uma revolução na Rússia. Dentre as oito seções, a segunda era encarregada de monitorar os revolucionários socialistas e a terceira os sociais democratas, isto é, os mencheviques e os bolcheviques. A seção de segurança tinha equipamentos de vigilância e contava com um grupo de investigadores (LEGGET, 1981, p.xxiii).

Com base nessa capacidade, a organização teve muito sucesso. Em dois anos, a *Okhrana* conseguiu desmobilizar as operações do grupo *Narodnaya Volya* (ANDREW, 2018, p.426).

Externamente, com o objetivo de desmobilizar as ações dos dissidentes políticos, a *Okhrana* também criou a sua inteligência estrangeira, a *Zagranichnaya Agentura* (Agência Estrangeira), que era baseada na embaixada russa em Paris, o principal centro dos emigrados. A sua atuação também se estendia a outros países da Europa Ocidental, aos Bálcãs, o Oriente Próximo e à América do Norte. O objetivo da inteligência estrangeira era monitorizar, infiltrar e neutralizar a ação dos grupos emigrados (LEGGET, 1981, p.xxiii). A atuação dessa agência estrangeira começou de maneira modesta em 1882, mas em 1884 já estava totalmente operacional sob a chefia de Pyotr Rachkovsky, o mais importante dos oficiais da inteligência estrangeira da *Okhrana* (ANDREW, 2018, p.426).

A *Okhrana* conseguiu infiltrar-se no conselho interno dos bolcheviques, por meio do seu agente, Román Malinovksi com a finalidade de desfazer a unidade do partido social-democrata, a qual já era muito fraca. Malinovski era membro do Comitê Central Bolchevique e tenente-chefe de Vladimir Lênin na Rússia. Enquanto líder dos deputados bolcheviques na Duma, o agente da *Okhrana* soube sabotar a aliança com os mencheviques, como os chefes da polícia czarista queriam. Dessa forma, a penetração da *Okhrana* no partido bolchevique era tão grande que ela conseguiu influenciar não só os membros, mas também as táticas, a estrutura e as atividades dos comunistas (LEGGET, 1981, p.xxiv).

De acordo com o historiador Cristopher Andrew, a *Okhrana* foi “antes, da Primeira Guerra Mundial, o mais ativo serviço de inteligência europeu, tanto interno quanto externamente, único tanto na extensão dos seus poderes quanto no escopo das suas atividades” (ANDREW, 2018, p.436). A Rússia foi o único país dos estados europeus que reagiu às ameaças de segurança, criando serviços de inteligência especializados, ao contrário de França, por exemplo, que aumentou as responsabilidades das forças policiais do século XIX (ANDREW, 2018, p.426). A *Okhrana* era, em si mesma, dotada de autonomia legal porque, no caso do que eram considerados “crimes políticos”, ela tinha a autoridade e o direito de efetuar buscas, apreensões e exilar pessoas indesejadas. Foi a polícia czarista responsável pela condenação de Alexander Ulyanov, irmão mais velho de Vladimir Ulyanov – Lênin – e a sua subsequente execução por tentativa de assassinato do czar Alexandre III. Ainda segundo Andrew (ANDREW, 2018, p.436), a *Okhrana*, em 1901, já havia mandado 4113 russos para o exílio por causa de crimes políticos, dos quais 180 foram condenados a trabalhos forçados (ANDREW, 2001, p.28).

As duas atividades de inteligência mais bem sucedidas da *Okhrana* foram a penetração de agentes e as chamadas “medidas ativas”. Não há outro serviço que tenha, como o fez a polícia imperial do czar, tentando convencer investidores ocidentais a colocarem dinheiro na Rússia apesar dos riscos. A *Okhrana* conseguiu subornar todos os jornais franceses, com exceção do “L’Humanité”, para que

apoiassem os empréstimos ao governo russos. Antes da Primeira Guerra Mundial, 25% dos investimentos estrangeiros da França estavam na Rússia. Sem as ações da inteligência imperial, isso não seria possível (ANDREW, 1989, p.51).

Além disso, a *Okhrana* tinha grande habilidade em produzir documentos forjados. Por causa do forte antissemitismo presente na Rússia no final do século XIX e no começo do século XX, quando o estado patrocinava *pogroms* e encorajava certas formas de discriminações, a polícia czarista também tinha a sua parte na repressão aos judeus. O chefe da Agência Estrangeira, Pyotr Rachkovsky, foi o responsável por fabricar o famigerado documento “Os Protocolos do Sábio do Sião”, que implicava aos judeus um plano de dominação mundial. A falsificação foi, mais tarde, amplamente usada por nazistas e também por jihadistas islâmicos para justificar os seus sentimentos antissemitas (ANDREW, 2018, p.436-437).

Referente à penetração de agentes, a *Okhrana* obteve um estrondoso sucesso. No início do século XX, a Rússia voltou a sofrer com o flagelo dos assassinatos políticos e atentados terroristas depois de 20 anos de relativa estabilidade. Em fevereiro de 1901, o ministro da educação russo, N. P. Bogolepov, foi morto a tiro pelo estudante universitário Peter Karpovich, que tinha apoio do Partido Socialista Revolucionário (PSR). Um dos fundadores desse partido criou, pouco depois, a Organização de Combate, responsável por fazer ataques terroristas e braço armado do PSR. O seu primeiro alvo foi o ministro do interior, chefe maior da *Okhrana*, S. N. Sipiagin. Um dos membros do Comitê Central e da Organização de Combate do Partido Socialista Revolucionário era Evno Azef, também agente pago pela *Okhrana* que informava aos seus chefes da polícia imperial os planos de assassinato a personalidades importantes da elite e do governo russos e prevenia muitos homicídios (ANDREW, 2018, p.437-438).

Logo após a sua fundação, a *Okhrana* criou uma forte rede de informantes e de *agents provocateurs* com influência sobre grupos revolucionários no exterior. Em 1896, os agentes da polícia no estrangeiro explodiram, em Genebra, os trabalhos impressos dos populistas do Desejo do Povo, de modo que revolucionários marxistas foram culpados por aqueles actos terroristas (ANDREW, 1989). No ano seguinte, em 1897, semelhante situação aconteceu, quando os populistas tiveram novamente o seu local de impressão destruído pela Agência Estrangeira em Paris. O chefe da inteligência russa no exterior, Rachovsky, pagou pessoalmente o principal homem da propaganda populista, Lev Tikhomirov, para escrever panfletos acusando os marxistas pelo atentado em França. Por fim, a operação mais bem sucedida contra os populistas emigrados em território francês aconteceu quando um agente da *Okhrana*, infiltrado na hierarquia, recebeu dinheiro para construir uma fábrica de bombas, próxima de Paris. Rachovsky relatou o problema ao embaixador da Rússia instalado em Paris, o qual desconhecia em absoluto a conspiração, e este chamou imediatamente a polícia francesa.

O uso dessas “medidas ativas” pela Agência Estrangeira convenceu os media e o público franceses de que “grupos nihilistas russos” representavam uma grande ameaça (ANDREW, 2018, p.428).

Além disso, a Okhrana também teve um grande êxito em se infiltrar no Partido Marxista Operário Social Democrata. A polícia imperial do czar tinha agentes importantes dentro do Partido que reportavam, por exemplo, às viagens de Vladimir Lênin e vigiavam o revolucionário Josef Dzugasvilli, conhecido sob o pseudônimo de Stálin. No entanto, o objetivo principal da agência era evitar a todo custo a unificação dos socialistas russos, bolcheviques e mencheviques, pois tal agregação significaria, segundo os chefes da *Okhrana*, um movimento socialista mais enfraquecido e, por isso, melhor para a segurança da Rússia (ANDREW, 2018, p.440). Dos cinco membros do Comitê do Partido Bolchevique em São Petersburgo, entre 1908 e 1909, quatro eram agentes da Agência Imperial (ANDREW, 1989).

Por fim, Román Malinovski, um dos seis bolcheviques eleitos para a Duma em 1912, foi o agente mais importante da *Okhrana*. Recrutado em 1910, Malinovski veio a se tornar presidente da fração bolchevique no parlamento em 1913. Além de estar em direto contato com o líder dos marxistas – Lênin – e participar do processo de tomada de decisão dos bolcheviques, Malinovski também conseguia influenciar Lênin a tomar certas atitudes favoráveis à polícia czarista, como a nomeação de um agente da *Okhrana*, Miron Chernomazov, como editor do principal jornal dos comunistas russos, o Pravda (ANDREW, 2018, p.441). Quando os arquivos da Okhrana foram abertos após a Revolução de Fevereiro de 1917, Lênin recusou-se, num primeiro momento, a acreditar que Roman Malinovski era um traidor (ANDREW, 1989).

2.5 A espada e o escudo da Revolução: da Vecheka ao KGB

Uma das primeiras medidas que o Governo Provisório tomou, após a conquista do poder em fevereiro de 1917, foi abolir o Departamento de Polícia, a gendarmaria e todo o aparato de segurança da *Okhrana*, símbolos da repressão czarista. Em troca, o novo governo estabeleceu uma polícia baseada em milícias rurais que garantiam a lei, a ordem e as propriedades. Essa polícia, no entanto, era descentralizada e inexperiente. O exército também estava totalmente desmoralizado e enfraquecido pela falta de disciplina. Em suma, o governo não tinha nem autoridade nem comando na capital. Ao passo que nas províncias, reinava a anarquia (LEGGET, 1981).

Liderados por Lênin, os bolcheviques souberam aproveitar o vácuo de autoridade que os líderes do Governo Provisório não conseguiram preencher. Seis meses depois de abolida a *Okhrana*, os bolcheviques, que chegaram ao poder por meio de um golpe de estado e insurreição armada, criaram uma outra polícia política, que recebeu o nome de Comissão Extraordinária de todos os

Russos para o Combate da Contrarrevolução e Sabotagem, conhecida coloquialmente como *Vecheka* ou *Cheka*, estabelecida na cidade de Petrogrado no dia 20 de dezembro de 1917 (LEGGET, 1981).

O predecessor da *Vecheka* era o Comitê Revolucionário Militar (CRM) que legou as funções de segurança à sua sucessora. O CRM era originalmente um órgão do Comitê Executivo do Soviete de Deputados Operários e Soldados de Petrogrado e desde 29 de outubro de 1917 afiliado direto do Comitê Executivo Central de todos os Russos (*VTsIK*) do Segundo Congresso dos Sovietes (LEGGET, 1981).

O CRM foi o quartel-general dos bolcheviques para a organização, centro para a coordenação da insurreição armada e o mecanismo para o golpe de estado. Instituído em 16 de outubro de 1917 no plenário do Soviete de Petrogrado, o Comitê Revolucionário Militar ia incorporar os representantes dos sindicatos, dos comitês das fábricas, a milícia dos trabalhadores e cooperar com as unidades da guarnição de Petrogrado. O presidente chefe do Comitê era León Trótsky (LEGGET, 1981, p.2). Com o objetivo de preparar a insurreição, foram colocados comissários do CRM na maioria das áreas militares de Petrogrado. O Comitê também contava com a Guarda Vermelha, a força paramilitar - obediente ao Partido Bolchevique -, formada por trabalhadores de fábrica organizados em destacamentos armados. A convulsão das noites de 24 e 25 de outubro deu a vitória aos bolcheviques, que, pela estratégia de Trótsky, conquistaram a superioridade militar. A tomada de poder, escreveu mais tarde Lênin, “foi tão fácil quanto levantar uma pena” (LEGGET, 1981, p.4).

Após o golpe de outubro, o Comitê Revolucionário Militar tornou-se o instrumento principal para a consolidação do poder, garantindo a segurança interna do regime bolchevique. Gradualmente, o Comitê chefe foi se expandindo para as províncias por meio de uma rede de outros comitês criados à sua imagem e semelhança. Para cumprir sua função de salvaguardar a ordem revolucionária, combater a contrarrevolução e proteger o *Sovnarkom* – o Conselho do Comissariado do Povo - e o Soviete de Petrogrado, o Comitê desenvolveu uma série de comissões auxiliares: a Comissão de Investigação Militar, a Comissão Fiscalizadora da Imprensa, a Comissão para a Verificação de Credenciais do Pessoal de Smolny, a Comissão para Reorganizar a Segurança de Petrogrado e a Comissão para Combater a Contrarrevolução e Sabotagem (LEGGET, 1981, p.7).

O Comitê Militar Revolucionário, no entanto, funcionou por pouco tempo porque era, originalmente, um aparato provisório. Por isso, no final de novembro de 1917, as responsabilidades do Comitê foram sendo transferidas para os Comissariados. Já as suas funções de segurança passaram a ser exercidas pelo Comitê Executivo Central de Todas as Rússias (*VtsIK*), sob um departamento de contrarrevolução. O MRC foi, portanto, dissolvido e surgiu um vácuo de poder. Foi então que nasceu a *Vecheka*, sendo seu autor o experiente revolucionário Félix Dzerzhinsky, a quem o *Sovnarkom* recorreu para criar uma organização que lidasse com as greves dos serviços públicos que tomavam conta de Petrogrado (LEGGET, 1981).

Atestando a continuidade entre o Comitê Militar Revolucionário e a *Vecheka*, Dzerzhinsky escreveu mais tarde: “A Comissão Extraordinária de todos os Russos (*Vecheka*) foi formada no momento em que dissolveram o Comitê Revolucionário Militar de Petrogrado e quando nenhuma agência estava disponível para assumir responsabilidade para lutar contra a contrarrevolução, a sabotagem e a especulação” ((LEGGET apud DZERZHINSKY, 1981, p.20). A *Vecheka* estava sob supervisão do *Sovnarkom* e, por isso, tinha muita autonomia e flexibilidade que lhe dava muito poder e efetividade (LEGGET, 1981, p.22).

Dzerzhinsky foi escolhido para ser o primeiro chefe da *Vecheka*, porque era um revolucionário profissional e experiente em questões de segurança. Embora não fosse russo – nasceu em Vilna e era de origem lituano-polonesa. Ele juntou-se ao Partido Social Democrata da Lituânia em 1895, uma organização marxista fundada naquele ano. Quando foi libertado da prisão durante a Revolução de Fevereiro de 1917, Dzerzhinsky já tinha passado 15 anos da sua vida ou atrás das grades ou no exílio. Entre 1900 e 1912, ele foi um dos principais iniciadores da atividade clandestina do *SDKPiL*, o Partido da Social Democracia do Reino da Polônia e da Lituânia, “entrando e escapando da Polônia governada pelo czar, produzindo, contrabandeando e distribuindo literatura revolucionária, organizando greves e demonstrações” (LEGGET, 1981, p.25-26).

Apesar de estar sempre em contato com os marxistas russos como delegado da social democracia – dos poloneses, ele era o mais próximo dos soviéticos – Dzerzhinsky só foi eleito para o Comitê Central do Partido Bolchevique em 1917, logo após sair da prisão. No Comitê Revolucionário Militar, Dzerzhinsky teve um papel muito importante. Mas foi na *Vecheka* que ele encontrou o seu verdadeiro ofício: com base em sua experiência – derivada sobretudo do contato com os *agents provocateurs* e a penetração de agentes da *Okhrana* – ajudou a construir esta organização, recrutando o pessoal, treinando os funcionários, ajudando a conduzir as operações, na interrogação dos suspeitos e na investigação das conspirações (LEGGET, 1981).

Foi sob Dzerzhinsky, o primeiro chekista – como são chamados os agentes da inteligência soviética e da Rússia atual – que a *Cheka* iria ganhar o símbolo da espada e do escudo: este para defender a revolução e aquela para derrotar seus inimigos. As prioridades originais da *Vecheka* eram domésticas: um órgão de repressão dos contrarrevolucionários e “inimigos de classe”. Mas nos primeiros dias de sua fundação, a inteligência soviética já tinha dado os primeiros passos para a coleta de informação no estrangeiro e a tarefa do primeiro agente, recrutado pessoalmente por Dzerzhinsky, era viajar à Finlândia, disfarçado de jornalista e homem de negócios, com o objetivo de reportar tudo sobre a indústria, o sistema bancário e os círculos nacionalistas daquele país, em especial sobre o general czarista Karl Mannerheim, o líder das forças finlandesas (ANDREW, 2001).

Passadas as exigências da Revolução de Outubro e da Guerra Civil Russa, a *Vecheka* cresceu cada vez mais. Composta por 31 mil homens, entre as suas divisões estavam o departamento de

vigilância política para controlar a população soviética e o Departamento Especial para o controle das forças armadas. Os chekistas também vigiavam os transportes e a comunicação, combatiam a religião e reprimiam os dissidentes (BARRON, 1974). O método mais eficaz que os agentes da inteligência bolchevique usava era o terror. Durante a guerra civil, as execuções sob responsabilidade deste órgão chegaram a 250 mil vítimas e podem ter superado o número de mortes em campo de batalha (ANDREW, 2001, p.28). Foi também a Cheka que fundou o sistema de campos de concentração e de trabalho (BARRON, 1974). Durante a Guerra Civil, a inteligência doméstica desempenhou um papel mais importante no apoio aos militares do que na coleta de inteligência no estrangeiro (ANDREW, 2001).

Em virtude da repressão violenta dos chekistas, o povo soviético rapidamente se tornou hostil ao trabalho da agência de segurança. Por isso, com a consolidação do poder, os comunistas decidiram fazer algumas mudanças no aparato de segurança do estado. No dia 6 de fevereiro de 1922, a *Cheka* foi formalmente abolida e substituída pelo GPU, o Diretório Político do Estado, que ficou subordinado à NKVD, o Comissariado do Povo para as Relações Internas, até à federalização da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1923, quando mudou o nome para OGPU, a Direção Política Conjunta do Estado. Essas modificações, no entanto, foram mais cosméticas do que estruturais, porque o OGPU herdou todo o pessoal da *Vecheka* e Dzerzhinsky continuou como diretor. A agência também expandiu a rede de informantes por toda a sociedade soviética, ajudou o estado a gerir os primeiros julgamentos farsescos e promoveu a prática dos campos de trabalhos forçados (BARRON, 1974).

Joseph Stálin delegou ao OGPU a tarefa de liderar a coletivização e a expropriação que envolviam 10 milhões de camponeses, dos quais 3,5 milhões morreram. A agência rapidamente adquiriu má reputação e as lideranças soviéticas, interessadas em ser admitidas na Liga das Nações e em outros apoios externos, decidiram novamente mudar o nome dos serviços de segurança. Em 1934, Stálin novamente reformou o OGPU, nomeando-o GUGB, Diretório Chefe para a Segurança do Estado, subordinado novamente à NKVD, a qual tinha o controle da polícia convencional, dos guardas da fronteira, das tropas internas, dos campos de concentração e de trabalho forçado, uma parte do sistema de transporte e empresas econômicas. A polícia secreta, incorporada no GUGB, foi responsável pelos grandes expurgos da década de 1930. Mas o público não sabia distinguir as ações desta agência com a da NKVD. Yagoda, o chefe da polícia política, foi removido do poder por Stálin em 1936, acusado de ser um espião estrangeiro. Foi substituído por Nikolai Yeshov, o qual, dois anos mais tarde, seria morto no mesmo local em que Yagoda fora assassinado (BARRON, 1974).

Por volta de 1941, a NKVD geria grande parte da indústria soviética e toda a Sibéria por causa da expansão dos campos de trabalhos forçados. Esse trabalho era oneroso e não estava relacionado com o trabalho básico de uma polícia política secreta. Por isso, foi decidido tornar o GUGB

independente da NKVD, que passou a ser chamada de NKGB ou Comissariado do Povo para a Segurança do Estado. Lavrenti Beria, discípulo de Stálin, passou a comandar as duas agências. Em 1946, tanto o NKVD quanto o NKGB adquiriram o status de ministérios. O primeiro tornou-se o Ministério dos Assuntos Internos (MVD) e o segundo recebeu o nome de Ministério para a Segurança do Estado (BARRON, 1974).

A estratégia soviética no pós-guerra visava intensificar as atividades clandestinas no exterior, atingindo em especial o “principal adversário”: os Estados Unidos. O ministro dos negócios estrangeiros, Vyacheslav Molotov, sugeriu a criação de uma organização encarregada exclusivamente por gerir a espionagem fora das fronteiras soviéticas. Em 1947, o tenente-general Viktor Abakumov criou o Comitê de Informação (KI) independente, que absorveu todas as seções estrangeiras do MGB, algumas unidades do MVD e também assumiu o controle do GRU, a inteligência militar soviética, que será discutida mais tarde. A espionagem e a subversão proliferaram no final da década de 1940. O KI passou a ser temido tanto pelos homens do GRU quanto por Beria por causa de sua crescente influência. Stálin decidiu aboli-lo e em 1951, o MGB recebeu novamente sua antiga responsabilidade de controlar as atividades de inteligência do exterior (BARRON, 1974).

Após a morte de Stálin, em março de 1953, começou uma luta pelo poder. Beria juntou o MGB ao MVD, assumindo responsabilidade pessoal. Ele tinha sob seu comando “a polícia política, as operações estrangeiras, a milícia, 300 mil tropas especiais, os campos de concentração e os seus presos, um segmento substancial da indústria soviética, incluindo os programas de mísseis e armas nucleares” (BARRON, 1974, p.447). Outros membros do Politburo, sob a liderança de Nikita Krushev, conseguiram planejar a prisão de Béria. A seguir, todo o aparato de segurança foi mais uma vez reorganizado, culminando na formação da KGB, em 13 de março de 1954. A “nova” agência ficou responsável por todas as operações clandestinas no exterior, exceto aquelas do GRU, as funções tradicionais de polícia política e a guarda das fronteiras (BARRON, 1974).

A KGB, desde a criação da sua antecessora *Vecheka*, nunca parou de crescer. O número de funcionários e seu orçamento são um dos segredos mais bem guardados até hoje. Antes do fim da União Soviética, segundo as estimativas, o aparato de segurança russo empregava 720 mil funcionários, dos quais 180 mil eram oficiais. E com o fim do bloco soviético, os homens da inteligência passaram a ter uma maior capacidade de vigilância sobre o território russo relativamente à população. Dados indicam que havia um chekista para cada 428 cidadãos soviéticos, agora há um para cada 297 cidadãos da Rússia (ALBATS, p.23, 1994).

E há trabalho para toda essa gente. Estruturalmente, a KGB, antes do golpe de 1991, tinha quatro diretórios-chefe: o primeiro (inteligência), o segundo (segurança doméstica e contrainteligência), o oitavo (comunicações e criptografia) e o inumerado diretório dos Guardas da Fronteira (ALBATS, p.26, 1994). Além desses quatro principais havia, pelo menos, mais nove

diretórios e estes, por sua vez, tinham departamentos subordinados. Depois da queda da União Soviética, o aparato de segurança passou por reformas e organizações – seguindo uma tendência histórica desde a Vecheka –, mas sua função de segurança principal permaneceu a mesma (ALBATS, 1994).

O Primeiro Diretório Chefe, responsável pela coleta de inteligência no exterior, é a espinha dorsal da agência. Devido ao processo de reestruturação dos serviços, o PDC ganhou independência e é hoje chamado de Serviço Estrangeiro de Inteligência (SVR), com a mesma estrutura. Foi esta agência que os líderes soviéticos usaram para expandir o seu poder. A KGB foi muito engenhosa em criar as chamadas “medidas ativas” e obteve estrondoso sucesso por todo o mundo, influenciando governos, financiando grupos terroristas e guiando a política mundial mais próxima aos seus interesses. A KGB estava presente em todos os cantos do mundo: nas Américas, nos continentes asiáticos e africanos, onde criou, sobretudo, movimentos de descolonização, e na Oceania. Seja em território soviético, seja no exterior, os soviéticos, e hoje os líderes russos, souberam utilizar muito bem todo aquele aparato gigantesco de uma agência, que na história dos serviços de inteligência, nunca teve um par com capacidade e estrutura semelhantes e que não deu mostra de que vai deixar de existir (ANDREW, 2001); (ANDREW, 2005); (ALBATS, 1994).

2.6 A inteligência militar soviética

O GRU – *Glavnoye Razvedyvatelnoye Upravleniye* – ou Diretório Chefe de Inteligência, é uma divisão do Estado maior russo. Fundado em 1920, é responsável primariamente pela coleta de inteligência militar estratégica, tática e técnica (BARRON, 1974). As suas atividades também envolvem espionagem industrial e a condução de atividades de guerrilha. O GRU está subordinado ao Ministério da Defesa, tem suas próprias escolas, conduz suas operações e praticamente todos os adidos militares russos pertencem a esta agência. O GRU, ao contrário da KGB, nunca mudou de nome desde a sua fundação. Os seus agentes são considerados mais patrióticos e, por isso, há muito menos deserções nessa agência do que na KGB, fazendo dela também a parte obscura da inteligência russa (PREOBRAZENSKY, 2012).

Historicamente, a inteligência militar russa sempre esteve em constante conflito e competição com a KGB. Esta tentou, por várias vezes, manter o domínio e controle sobre o seu parceiro militar. Na verdade, Stálin sempre alimentou a competição entre as duas agências. Quando muitos países, nas décadas de 1920 e 1930, retiraram o reconhecimento diplomático aos soviéticos, o GRU, que operava sobretudo por meio das embaixadas, teve que recorrer ao uso de ilegais. Durante a Segunda Guerra Mundial, o GRU obteve grandes sucessos porque seus agentes no Japão, na Alemanha, na Grã-Bretanha e na América do Norte sobreviveram aos expurgos de Stálin (BARRON, 1974).

Ainda sobre a relação entre o GRU e a KGB, na forma da inteligência exterior, isto é o SVR, a inteligência militar russa é sempre vigiada de perto pelos chekistas e isso tem também razões históricas. Os agentes do GRU no estrangeiro são monitorados pela contrainteligência do SVR, ao passo que aqueles que trabalham em território russo são acompanhados pela FSB (Serviço Federal de Segurança), herdeiro da KGB (PREOBRAZENSKY, 2012) que, por sua vez, recruta informantes entre oficiais do GRU. Os métodos desenvolvidos pela inteligência militar são os mesmos que a KGB aperfeiçoou ou até mesmo criou ao longo do tempo. Os seus oficiais trabalham harmoniosamente bem, no entanto, em caso de conflito entre as duas agências, a KGB sempre irá prevalecer (BARRON, 1974).

2.7 FSB: a nova nobreza russa ou os chekistas se tornam o estado

Como foi exposto, o aparato de segurança soviético sobreviveu ao colapso do bloco da Cortina de Ferro. Na verdade, até mesmo o Partido Comunista permaneceu. O líder russo Boris Yeltsin, que governou o país de 1991 até sua resignação em 1999, era um membro não votante do politburo do Partido, que hoje continua sendo uma das maiores forças políticas da Rússia. E o governante seguinte, o então desconhecido Vladimir Putin, era um ex-diretor da FSB, o Serviço Federal de Segurança, sucessor e herdeiro da KGB. Assim que chegou ao poder, Putin colocou os homens do aparato de segurança nos principais cargos do governo. E as maiores empresas russas – do ramo do petróleo e do gás – são atualmente comandados por pessoas com passado ligado aos serviços de segurança. Ou seja, a KGB descrita por Yevgenia Albats no seu livro “*KGB: the state within the state*” já não existe mais; na verdade, a KGB é o próprio estado (ANDERSON, 2006).

Como mostram Soldatov e Borogan, os serviços de segurança russos consideram-se a si mesmos como as únicas forças capazes de salvar o país de inimigos internos e externos (BOROGAN; SOLDATOV, 2010). A FSB continua a estar, nas palavras do ex-oficial da KGB Oleg Kalugin, em todo o lugar (ANDERSON, 2006). Os chekistas, tendo sido colocados ao leme de instituições fundamentais de natureza política, econômica ou militar, e sido envolvidos em ações de grande impacto como na colocação de oligarcas na prisão perseguindo opositores políticos, transformaram a Rússia na prática como a “primeira ditadura de serviço de inteligência do mundo” (PACEPA; RYCHLAK, 2015, p.362). No período entre 2001 e 2002, um em quatro oficiais do governo de Vladimir Putin vinha ou das forças armadas ou dos serviços de segurança. E 35% dos oficiais nomeados para os cargos de vice-ministros eram antigos oficiais das forças de inteligência ou militares. Os chekistas foram colocados não só em postos de segurança, mas também em ministérios econômicos e comerciais. Putin está cercado deles: 60% do seu círculo mais próximo é constituído por pessoas dos serviços de inteligência e segurança, os chamados *siloviki* – os funcionários que

trabalham ou trabalharam para os ministérios do estado responsáveis pelo uso da força e da coerção (ANDERSON, 2006) (ILARIONOV, 2009).

A KGB também não se limitou a estar em agências governamentais de São Petersburgo e Moscovo. Os chekistas também conquistaram postos regionais e federais por toda a Rússia. No campo político, os homens formados nas agências de segurança operam ou sob o partido Rússia Unida ou pelo próprio Partido Comunista, por meio dos quais mantém a vigilância sobre a atividade eleitoral dos opositores. As reformas administrativas e judiciais que Putin promoveu fizeram com que tanto o ramo da justiça quanto o braço legislativo ficassem significativamente dependentes da vontade do presidente (ANDERSON, 2006).

Vários antigos oficiais da FSB também foram colocados, além dos negócios, nos meios de comunicação social, na televisão, nos rádios, no setor bancário e até mesmo nos órgãos de desporto, mas ainda sendo subordinados aos seus antigos chefes da segurança. Na história milenar da inteligência, o poder da FSB é incomparável a qualquer agência de informação que já existiu. O papel originário dos serviços de segurança, do ponto de vista histórico, limitados à coleta de informação e à sua posterior análise para a tomada de decisão dos políticos, ainda existe e é bastante importante para qualquer país, sobretudo à Rússia. Como discutido, o aparato de segurança da União Soviética ficou intacto, sofrendo algumas reformas que, no entanto, não modificaram o caráter nem a função das agências. O GRU continua muito ativo e não teve seu nome modificado desde a sua fundação pelos bolcheviques. O Primeiro Diretório Chefe de Inteligência, o principal da KGB soviética, adquiriu independência e foi renomeado para SVR. Ao passo que a FSB herdou o restante, mas teve seu poder no estrangeiro alargado desde a chegada de Putin ao poder. Reformas e reorganizações dentro dos serviços não modificaram os seus objetivos: a Rússia tem intensificado a sua espionagem no Ocidente há 20 anos, alvejando sobretudo países como Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha (ANDERSON, 2006).

As técnicas de inteligência usadas pelos serviços de segurança russos para desestabilização dos seus alvos são as mais variadas e seguem uma tradição histórica. O uso da desinformação, do terrorismo, do crime organizado, da manipulação de grupos radicais islâmicos, da propaganda e do assassinato remontam ao período soviético e à *Okhrana* czarista. As medidas ativas soviéticas já eram usadas pela polícia imperial (ANDREW, 1989). Mas há, evidentemente, aperfeiçoamento dos métodos e ocultação dos meios que tornam mais difícil e sutil o mapeamento dos ataques. É importante, nesse sentido, buscar o conhecimento da história da inteligência russa, em especial soviética, porque é a partir dessa compreensão histórica que se conseguirá perceber a maneira russa de fazer a guerra atualmente, nomeadamente a guerra híbrida, e também as dimensões e capacidade de influência de uma agência como a KGB. Mas antes disso, também foi preciso perceber, pelo seu desenvolvimento, como a inteligência progrediu e como o ser humano fez uso dela. Nascida de uma

necessidade de conhecer o inimigo para lhe ser superior na guerra, as agências de inteligência se não democraticamente controladas podem ganhar tanto poder, seja por causa do desenvolvimento tecnológico, seja pelo crescimento da complexidade das relações estatais, que podem tornar-se o núcleo central ou mesmo o próprio estado, como parece ter acontecido na Rússia.

CAPÍTULO 3: A GUERRA HÍBRIDA RUSSA: CHECHÊNIA, GEÓRGIA E CRIMEIA

3.1 Os fundamentos da guerra híbrida

No Ocidente, o conceito de guerra híbrida está ligado à teoria do militar americano Frank G Hoffman, a partir da análise da experiência das Forças de Defesa de Israel (IDF) com o Hezbollah, no Líbano, em 2006 (FRIDMAN, 2018). Hoffman argumentou que “*the blurring of modes of war, the blurring of who fights, and what technologies are brought to bear, produces a wide range of variety and complexity that we call Hybrid Warfare*”. (HOFFMAN, 2007, p.14). E quem são os agentes envolvidos na condução dessa guerra? De acordo com Hoffman, atores estatais e não-estatais podem, ambos, conduzir esse conflito usando “capacidades convencionais, táticas e formações irregulares, atos terroristas, incluindo violência indiscriminada, coerção e desordem criminal” (HOFFMAN, 2007, p.14).

Embora Hoffman não tenha sido originalmente o estudioso a criar o conceito e a desenvolvê-lo, como ele próprio reconhece, o seu trabalho é de suma importância, porque iniciou, no Ocidente, o debate sobre ameaças híbridas contemporâneas, num contexto em que o termo guerra híbrida é entendido como nova maneira de conceptualizar os conflitos do século XXI (FRIDMAN, 2018). Em suma, no mundo ocidental, essa nova terminologia para caracterizar a guerra é geralmente apresentada como sendo produto do pensamento militar – dos membros das forças armadas - e acadêmicos americanos. E quais são as ideias que influenciaram esses centros de conhecimento a discutir e conceptualizar o termo guerra híbrida? Segundo Fridman, são quatro: os conceitos de guerra irrestrita, a guerra de quarta geração (4GW), a guerra composta e as ideias delineadas na Estratégia de Defesa Nacional Americana.

3.1.1 A teoria da guerra irrestrita

A teoria da guerra irrestrita surgiu em 1999 quando dois coronéis da força aérea do Exército de Libertação da China – Qiao Ling e Wang Xiangsui – publicaram o livro “Unrestricted Warfare”. Não faz parte dessa tese analisar minuciosamente o trabalho dos dois chineses, mas expor algumas de suas principais ideias que ajudaram pensadores americanos a definir o seu próprio conceito de guerra híbrida. Basicamente, no campo da estratégia, o livro contribuiu, primeiro, para a observação do fenômeno da guerra; segundo, para a análise da mudança da guerra no fim do século XX, a partir da Guerra do Golfo, de 1991, como símbolo dessa transformação; e em terceiro lugar, para a criação de um novo conceito dos conflitos futuros do século XXI (FRIDMAN, 2018).

Qiao e Wang argumentam que a integração tecnológica e a globalização do século XX obrigaram os estrategistas a cultivar e a implantar as ‘combinações que transcendem as fronteiras’. Observando o novo contexto mundial com base na era da tecnologia da informação, os autores identificaram que organizações não estatais e guerreiros não profissionais tornaram-se poderosos adversários, colocando em perigo, cada vez mais, as nações soberanas e seus exércitos, por meio de meios e métodos não militares, como atos de terrorismo, cyber crimes e manipulações financeiras. Ao fim da observação, Qiao e Wang desenvolvem um conceito estratégico de ‘combinações que transcendem as fronteiras’, fundamentado na constatação de que ‘a guerra moderna embarça as fronteiras técnica, científica, teórica, psicológica, étnica e tradicional’ (FRIDMAN, 2018).

Em seguida, os dois autores desenvolvem quatro novos tipos de combinações para conter as novas ameaças: o primeiro são as combinações supranacionais, reunindo organizações nacionais, internacionais e não estatais que, misturadas, combinam mais meios e têm um alcance muito maior do que o próprio problema. Em outras palavras, o mundo atual, cada vez mais influenciado por organizações internacionais é, conseqüentemente, ameaçado por grupos também supranacionais, cujos perigos transcendem as fronteiras do estado-nação. E as nações, com o objetivo de conterem esses perigos, devem também combinar meios supranacionais para neutralizar as novas ameaças (FRIDMAN, 2018).

O segundo tipo de combinação é a ‘combinação de supra-domínio’. A globalização e as novas tecnologias da informação misturam a política, a economia, as forças armadas, a cultura, a diplomacia e a religião. Por causa disso, surgiram novos domínios do campo de batalha, como as guerras de informação, financeira, comercial e psicológica. Nesse sentido, é preciso saber combinar da melhor maneira vários desses domínios de modo a direcionar os esforços àqueles mais favoráveis para o cumprimento do objetivo de determinado conflito (FRIDMAN, 2018).

O terceiro tipo são as combinações supranacionais, ou seja, trata-se de uma mistura de diferentes meios dentro de cada domínio da guerra, de modo a criar um efeito mais desejado sobre um adversário. Por fim, o quarto tipo e mais importante, é a combinação ‘supra-camada’, que reúne todos os níveis de conflito – tático, operacional, estratégico e super-estratégico – numa única campanha. Nos conflitos contemporâneos, argumentam Qiao e Wang, “as ações a nível tático podem ter conseqüências estratégicas e objetivos estratégicos podem ser conquistados por ações táticas”. Para Qiao e Wang, a Guerra do Golfo de 1991 é o principal ponto de referência deste novo tipo de conflito, pois os Estados Unidos verdadeiramente transcenderam as fronteiras da guerra na medida em que houve combinações supranacionais, uma coligação de mais de trinta países não necessariamente aliados, além de haver um apoio de quase todos os países das Nações Unidas junto com organizações internacionais e não estatais. Além da ação e da pressão militares, a operação

Tempestade do Deserto contou com constante bloqueio econômico, inspeções militares e outros meios de domínio psicológico (FRIDMAN, 2018).

Qiao e Wang, na análise de outros conflitos do século XX, identificam que há uma crescente diminuição da violência militar e um aumento na violência política e econômica. E esse fenômeno constitui a nova tendência geopolítica no campo de batalha do final do século XX e início do século XXI. Portanto, quais seriam as características da guerra contemporânea? São, no total, oito. A primeira se trata da omnidirecionalidade, isto é, o campo de batalha dos conflitos futuros estará não apenas nos domínios militares tradicionais, como também na política, na cultura e no domínio psicológico das nações envolvidas, incluindo os países neutros. A segunda é a sincronia das ações nas guerras, que serão conduzidas, por causa da globalização e da integração tecnológica, de maneira simultânea e em domínios diferentes. Portanto, os objetivos poderão ser alcançados em ocorrência, ação e conclusão simultâneas (FRIDMAN, 2018).

Já a terceira e quarta características da natureza do conflito contemporâneo estão ligadas, visto que a primeira – os objetivos limitados – é conquistada mediante a aplicação da segunda – a medidas ilimitadas. A combinação desses dois elementos forma a principal ideia de guerra irrestrita. Já a quinta característica é a assimetria, ou seja, a exploração dos pontos fracos e das vulnerabilidades do inimigo. Essa será uma tendência futura por causa da mudança do domínio militar tradicional para os domínios não militares. O sexto princípio defendido por Qiao e Wang é o consumo mínimo por meio da designação racional dos objetivos e dos recursos, que se dá pela combinação dos vários meios de combate nos diferentes domínios (FRIDMAN, 2018).

O sétimo princípio da guerra futura é a coordenação multidimensional, ou seja, uma vez que o conflito amplia o campo de batalha não apenas para o domínio militar, mas também para outros, como o cultural, o político e o econômico, é preciso haver simultaneamente uma coordenação e cooperação em todos os domínios para se alcançar os objetivos específicos. Por fim, a última característica se trata do ajustamento e do controle do processo inteiro, que se tornará cada vez mais difícil dado o número crescente de combinações possíveis (FRIDMAN, 2018).

Tanto Qiao quanto Wang reconhecem que não há grande novidade nas combinações que eles expõem. No entanto, os dois enfatizam que as mudanças sociais que ocorreram no final do século XX, desencadeadas pela globalização e pelo desenvolvimento tecnológico acelerou a transformação da guerra, que passou a incluir os domínios não militares (FRIDMAN, 2018).

3.1.2 A Guerra de Quarta Geração

O conceito de Guerra de Quarta Geração (4GW) foi introduzido no debate, pela primeira vez, por um grupo de oficiais do corpo de fuzileiros navais dos Estados Unidos. William Lind escreveu o

artigo ‘The Changing Face of War: into the Fourth Generation’ (1989), argumentando que a guerra moderna deveria ser analisada, em desenvolvimentos geracionais, a partir da Paz de Westfália, de 1648, que terminou a guerra dos 30 anos e estabeleceu o monopólio do estado sobre a guerra (FRIDMAN, 2018). A primeira geração baseava-se na mão de obra acumulada. Essa fase apresentou-se de maneira mais concreta nas Guerras Napoleônicas no começo do século XIX e foi resultado de “desenvolvimentos no sistema político, na economia, na geração de riqueza, nas estruturas sociais e nas tecnologias sustentadoras dos exércitos de massa da era napoleônica” (FRIDMAN, 2018). O resultado desse processo histórico que durou aproximadamente 200 anos culminou no desenvolvimento da tática de “linha e coluna”, “pela qual as batalhas eram formais e o campo de batalha ordenado”. O resultado dessa cultura da ordem produziu a distinção clara entre os civis e os militares, como as vestimentas, a saudação, cuidadosa hierarquia etc.

A segunda geração – o poder de fogo – começou a tomar lugar da mão de obra acumulada a partir da gradual introdução de ideias nacionalistas, durante e após as guerras napoleônicas, e das novas tecnologias militares adicionadas ao campo de batalha, derivadas das mudanças sociais produzidas pela industrialização – como o aperfeiçoamento nos transportes, na comunicação, na agricultura, na saúde e no aumento da população. O nacionalismo acentuou o sentimento de pertencimento do povo a determinado território. Por isso, foi possível o recrutamento de enormes exércitos. A guerra de segunda geração concentrou no poder de fogo em massa, ou seja, na artilharia. A partir da introdução desse novo tipo de tecnologia na guerra, foi possível a dispersão lateral das forças no campo de batalha e a concentração de poder de fogo numa escala nunca vista antes na história dos conflitos militares. A terceira geração culminou na Primeira Guerra Mundial e a transformação da guerra aconteceu na sua própria natureza conceptual. O desenvolvimento das táticas não lineares, fundamentadas nas manobras rápidas dentro do campo de batalha, destruiu a cultura da ordem presente na primeira e segunda gerações. A iniciativa tornou-se mais importante que a obediência (FRIDMAN, 2018).

A partir da quarta geração, a guerra passou a focar a destruição direta da vontade política do inimigo de lutar e não na sua eliminação física. Quais desenvolvimentos históricos surgiram para a caracterização da quarta geração? As mudanças sociais, econômicas, políticas e tecnológicas ocorridas desde o fim da Segunda Guerra Mundial, que foram cruciais para a nova transformação na natureza da guerra. Na guerra da era industrial, o objetivo principal das forças era destruir o exército do inimigo, ao passo que na era da informação e da globalização, o foco passou a ser a influência sobre as mentes dos tomadores de decisão do adversário (FRIDMAN, 2018).

Portanto, as principais características da guerra de quarta geração estão relacionadas, em primeiro lugar, às tendências de dispersão das forças e da sua própria indefinição, não havendo distinção clara entre guerra e paz. Em segundo lugar, os níveis táticos e estratégicos são combinados

quando “a infraestrutura política do oponente e a sociedade civil tornaram-se campos de batalha”. Por último, toda a rede disponível do combatente – social, econômica, militar, política – será usada para convencer o adversário de que seus objetivos estratégicos ou são inalcançáveis ou muito custosos para serem perseguidos. Foi assim que aconteceu em todos os conflitos analisados pelos defensores da teoria da guerra de quarta geração, em que a insurgência sempre derrotou as potências de terceira geração desde 1945, como na Revolução Comunista chinesa, na Guerra do Vietnã e na Intifada do Al-Qaqa. Basicamente, a guerra moderna constitui uma “forma evoluída de insurgência”, pela qual um poder inferior militar e economicamente pode derrotar um superior (FRIDMAN, 2018).

3.1.3 A teoria da guerra composta

A teoria da guerra composta foi desenvolvida no final da década de 1990 pelo historiador militar Thomas Huber. O conceito foi desenvolvido como tentativa de abordar conflitos em que forças regulares e irregulares são usadas de forma sinérgica (FRIDMAN, 2018). De acordo com Huber, a guerra composta tem duas características fundamentais: a primeira é a assimetria e a segunda a ocupação (HUBER, 2004). Basicamente, quando uma força mais poderosa ocupa parcial ou inteiramente o território da força menor, este está na condição de conduzir a guerra composta. Enquanto o poder mais fraco faz predominantemente uso dos meios da guerra composta, a potência interventora pode usá-los à medida que for capaz. Quais seriam esses meios? Os regulares e os irregulares, os quais são coordenados exclusivamente pelo operador da guerra (HUBER, 2004) (FRIDMAN, 2018)

O operador da guerra composta pode, de maneira mais bem-sucedida, aliar-se com uma potência mais forte que lhe dará todo o suporte de que precisar e um porto seguro para onde as forças regulares poderão se retirar e lá ficar por tempo indeterminado e de onde também poderão alimentar e proteger a força irregular de guerrilha. A isso, Huber chama de guerra composta fortificada (HUBER, 2004).

3.1.4 A Estratégia de Defesa Nacional de 2005

Segundo Fridman (2018), o último documento que influenciou o conceito de guerra híbrida é a Estratégia de Defesa Nacional, escrito pelo então secretário de defesa norte-americano Donald Rumsfeld (2001-2006) (FRIDMAN, 2018). O objetivo do documento consistia em fazer uma abordagem para lidar com duas questões: primeiro, os desafios não convencionais e a incerteza estratégica; e segundo, preparar o Departamento de Defesa para opor-se aos desafios do século XXI” (RUMSFELD, 2005).

O documento apresenta quatro principais grupos de desafios: o primeiro são os desafios tradicionais, isto é, estados que utilizam suas forças armadas – exército, marinha e força aérea – como forma de competição militar. O segundo desafio, por sua vez, apresenta sob a forma de forças irregulares, ou seja, adversários que fazem uso de meios irregulares com o objetivo de minar, a longo prazo, a influência, a paciência e o desejo político dos americanos. Os custos humano, financeiro, material e político serão tão grandes com a continuidade do conflito, que os Estados Unidos serão obrigados a se retirarem estrategicamente de uma região chave ou de um curso de ação. Os desafios catastróficos estão em terceiro lugar na lista da Estratégia de 2005 e constituem forças hostis que buscam adquirir, sobretudo, armas de destruição em massa (RUMSFELD, 2005) (FRIDMAN, 2018).

Por fim, os desafios disruptivos estão na quarta posição e compreendem aqueles potenciais adversários que buscam desenvolver tecnologias revolucionárias e capacidades militares associadas que têm um potencial para mudar fundamentalmente o conceito de guerra (RUMSFELD, 2005) (RUMSFELD, 2005). Esses adversários recorrem sobretudo a investigações e pesquisas no campo da biotecnologia, nas operações cyber, no espaço e nas armas de energia direcionada. O documento de 2005 conclui que “no futuro, os oponentes mais capazes poderão procurar combinar capacidades disruptivas com formas de guerra tradicionais, irregulares ou catastróficas” (RUMSFELD, 2005, p. 2).

3.2 A Guerra Híbrida de Hoffman

O teórico militar americano Frank G. Hoffman desenvolveu o conceito guerra híbrida com base em diferentes teorias e ideias estratégicas que foram desenvolvidas entre o final da década de 1990 e o começo dos anos 2000. Além dos quatro conceitos discutidos – a Guerra Irrestrita, a Guerra de Quarta Geração, Guerra Composta e a Estratégia de Defesa Nacional – Hoffman também reconhece que foi influenciado por outros estudiosos, estrategistas e pensadores militares de várias nacionalidades: russos, australianos e outros americanos, que discutiram a guerra sob a forma multimodal e multivariante (FRIDMAN, 2018).

A leitura e a análise dessas diferentes escolas de pensamento habilitaram Hoffman a “articular dois termos definitivos e conceptualmente interconectados” (FRIDMAN, 2018). O primeiro conceito é “guerra híbrida”, que “incorpora uma variedade de diferentes modos de guerra, incluindo capacidades convencionais, táticas e formações irregulares, atos terroristas, incluindo violência e coerção indiscriminada e desordem criminal” (HOFFMAN, 2007, p.29). Hoffman continua afirmando que “essas atividades multimodais podem ser conduzidas por unidades separadas ou até pela mesma unidade, mas são, em geral, operacional e taticamente dirigidas e coordenadas dentro do principal campo de batalha para alcançar efeitos sinérgicos” (HOFFMAN, 2007, p.29). Já o segundo

termo são as “ameaças híbridas”, ou seja, quando um adversário híbrido busca alcançar a vitória empregando, adaptável e simultaneamente, o uso combinado de armas convencionais, táticas irregulares, terrorismo e atividades criminosas no espaço de batalha para alcançar os seus objetivos políticos (HOFFMAN, 2007, p.29).

Para Hoffman, o uso da atividade criminosa é feito basicamente para “manter a força híbrida ou facilitar a desordem ou a ruptura da nação alvo. O objetivo também poderá incluir conflitos prolongados com um conjunto muito grande e difuso de capacidades de força para reduzir a resistência ou derrotar o governo orientado convencionalmente” (HOFFMAN, 2007, p.29-30).

As conclusões gerais da guerra irrestrita sobre ameaças e natureza combinadas do conflito moderno, bem como a uso de capacidades de alta tecnologia, como terrorismo e guerra cyber direcionadas contra alvos financeiros, são absorvidas por Hoffman para formular o seu próprio conceito. Do conceito de guerra composta, Hoffman utiliza a ideia de benefícios sinérgicos a partir de um emprego simultâneo de forças regulares e irregulares. A diferença é que na maioria dos conflitos, esses componentes (regulares e irregulares) se apresentaram em diferentes teatros ou formações, ao passo que nas guerras híbridas essas forças se combinam sob uma única força e no mesmo espaço de batalha (FRIDMAN, 2018). Do conceito da guerra de quarta geração, Hoffman adiciona à sua teoria a ideia de redes de sociedade, a natureza dispersa e não definida do conflito, a perda de monopólio e da violência do estado e sobretudo o objetivo de derrotar a vontade política dos tomadores de decisão. Porém, a guerra de quarta geração é basicamente um conflito de insurgência, ao passo que a guerra híbrida também pode ser promovida por estados, grupos não estatais e também por diferentes combinações (FRIDMAN, 2018).

Segundo Hoffman (2009)

“As ameaças híbridas combinam a letalidade do conflito do estado com o fervor fanático e prolongado da guerra irregular. Em tais conflitos, futuros adversários (estados ou atores auto-financiados) exploram o acesso a capacidades militares modernas, incluindo sistemas de comando criptografados, mísseis superfície-ar portáteis e outros sistemas modernos letais e promovem a insurgência prolongada que faz uso de emboscadas, dispositivos explosivos improvisados e assassinatos” (HOFFMAN, p. 5, 2009).

Qual é a importância do trabalho de Hoffman para esse debate? De acordo com Fridman, Hoffman faz uma conceptualização muito prática a nível operacional, sobretudo para os tomadores de decisão, fazendo das guerras híbridas um conceito que incorpora a amplidão da guerra irrestrita, mas também simples e útil para os militares. E qual é o principal caso histórico que Hoffman analisou para formar a sua própria terminologia? O escritor investigou diferentes conflitos, como a insurgência

irlandesa (1919-20), os mujahedeen na Guerra do Afeganistão (1980), o conflito nos Balcãs pós Iugoslávia e os rebeldes chechenos contra os russos (década 1990) (FRIDMAN, 2018). Em todos esses casos, segundo Hoffman, houve o uso de táticas irregulares e convencionais, a atividade criminosa e o terrorismo. No entanto, esses exemplos são apenas “protótipos originários” da guerra híbrida, porque nenhum deles teve o nível de “multidimensionalidade e integração operacional” como o que houve na Segunda Guerra do Líbano (2006), envolvendo o estado de Israel e o Hezbollah.

Hoffman faz quatro observações essenciais que caracterizam o Hezbollah como exemplo máximo de ameaça híbrida. Primeiro, esse grupo representa uma verdadeira fusão entre forças regulares e irregulares. Além disso, as suas forças são muito bem disciplinadas, treinadas e as suas unidades mais parecem um exército regular do que uma insurgência. Mas o grupo também recorreu à formação de células descentralizadas e o emprego de táticas de guerrilha tanto nos centros urbanos quanto nas áreas montanhosas do sul do Líbano. Segundo, o Hezbollah usou simultaneamente tecnologias aos níveis tático, operacional e estratégico. O armamento à disposição do grupo era composto por armas antitanques para alvejar veículos blindados israelenses, mísseis padronizados de curto alcance, veículo aéreo não tripulado e armado, mísseis de cruzeiro antinavios e tecnologia sofisticada para coleta de inteligência de sinal. Terceiro, o Hezbollah soube usar de maneira muito bem sucedida as ações militares com as operações de informação. Embora o grupo perdeu as forças terrestres mais dedicadas e melhor treinadas, o grupo conseguiu adquirir maior apoio ideológico, enquanto as forças de Israel caíram em descrédito. Por fim, o emprego de combinações simultâneas dessa organização – forças de milícia e altamente treinadas, com equipamentos tecnológicos e armamentos avançados, combinados a uma efetiva guerra de informação, num único espaço de batalha, num curto período de tempo, deu-lhe vantagens contra uma força estilo ocidental muito mais forte em termos militares tradicionais e também fez desse conflito um híbrido de vários modos de guerra. Portanto, a guerra do Hezbollah em 2006 representa apenas um exemplo de um conjunto de possibilidades híbridas disponíveis (FRIDMAN, 2018).

Depois de Hoffman, surgiram outros autores militares que também ajudaram a desenvolver o conceito de guerra híbrida, como o coronel Steven Williamson, que estabeleceu ligações conceituais entre a teoria da guerra de quarta geração e a guerra híbrida, a coronel Margaret Bond, que aplicou as ideias híbridas aos estados falhados; o tenente coronel Daniel Lasica, o major Larry Jordan, que fez uma análise da doutrina do exército americano pelo prisma da guerra híbrida e o major Sean McWilliams, que investigou o conflito na África do Sul (1976-1989) como guerra híbrida.

Mas um dos trabalhos mais importantes foi escrito pelos majores Timothy McCulloh e Richard Johnson no livro “Guerra Híbrida”. A partir do exame de alguns eventos históricos - a rede de partido soviética durante a Segunda Guerra Mundial e as táticas do Hezbollah durante a Guerra do

Líbano (2006), os autores dizem que é possível descrever o conflito híbrido, na sua generalidade, em sete princípios (JOHNSON, McCULLOH, 2013), a saber:

1. A composição, as capacidades e os efeitos de uma força híbrida são únicos aos cenários temporais, geográficos, socioculturais e históricos nos quais os conflitos acontecem”. Na guerra do Hezbollah contra Israel, contaram muito para o sucesso do grupo o fraco governo central do Líbano, a ideologia que lhe garantiu o apoio maciço da população xiita e o financiamento externo de Irão e Síria.

2. A ideologia dentro da força híbrida dá uma unidade de narrativa interna e coesa à organização. O Hezbollah apresentava-se como defensor da minoria xiita no Líbano, herdeiro da Revolução Islâmica iraniana, fundamentando seu status anti-israelita. A ideologia mantém a lealdade do pessoal. No caso soviético, o partido contava sempre com a fidelidade da sua rede partidária para angariar os recursos necessários para alcançar seus objetivos.

3. A ameaça existencial que um potencial adversário apresenta à força híbrida conduz esta a abandonar o conhecimento militar convencional para adotar outros métodos, como atividades não convencionais, terroristas e criminosas, para a sua própria defesa e para o apoio da organização.

4. Quando uma força é inferior à outra em termos de capacidades convencionais, ou seja, quando há uma assimetria, ela irá buscar uma compensação para essa aparente vantagem do seu adversário.

5. A força híbrida sempre tem elementos convencionais e não convencionais em termos de tecnologias, armas e táticas.

6. O objetivo primário das forças híbridas será sempre de natureza defensiva.

7. Por fim, o conflito híbrido é baseado sempre na guerra de exaustão ou de atrito, tanto no domínio físico quanto no cognitivo (JOHNSON, McCULLOH, 2013, p.16-17).

Basicamente, os estudos de Hoffman e McCulloh são as principais referências norte-americanas para a investigação e o estudo dos conflitos híbridos futuros. Os dois ajudam-nos a entender o próprio fenômeno e também a maneira como os estudiosos militares americanos o enxergam. Mas qual é a razão para a popularização do conceito de guerra híbrida? Fridman nos oferece três razões: a primeira, o conceito é novo, mas o fenômeno é existente desde a antiguidade. A novidade são os fatores específicos como tecnologias militares contemporâneas e os meios de comunicação – internet, telemóvel, redes sociais – que aceleraram a combinação entre as forças irregulares e regulares, os conceitos operacionais e os métodos organizacionais. Conceitualmente, porém, o termo guerra híbrida é factível operacionalmente e prático, que pode ser aplicado por profissionais militares. Por isso, em segundo lugar, os conceitos introduzidos por Hoffman – guerra e ameaça híbridas - descrevem problemas que podem ser resolvidos pelos militares. O terceiro aspecto

do sucesso da teoria é ela ter sido vista como uma alternativa ao caráter evolutivo moderno do que um conceito amplamente aceito (FRIDMAN, 2018).

3.3 A Guerra Híbrida segundo Evgeny Messner

Enquanto os pensadores, militares, estrategistas e acadêmicos americano e europeu entendem as guerras híbridas de acordo com os ensinamentos de Hoffman, os russos têm também a sua própria interpretação acerca da nova natureza da guerra. E um dos principais autores russos responsáveis pelo estudo da chamada guerra híbrida ou teoria de subversão é Evgeny Messner (1891-1974) um antigo militar da Rússia Imperial que lutou contra os bolcheviques durante a Guerra Civil. Deixou o território russo em 1920, mudou-se para Belgrado, onde teve um papel ativo acadêmico-militar dentro da comunidade emigrada russa. Durante a Segunda Guerra Mundial, Messner serviu no departamento de propaganda militar do exército do sudeste da Wehrmacht. Em 1947, mudou-se para a Argentina e desde então começou a publicar livros no campo da teoria e da tática militares. Suas principais obras são *Lik sovremennaya voyn* (O rosto da guerra contemporânea), *Myatezh-Imya Tret'yey Vseminoy* (Subversão – o nome da Terceira Guerra Mundial) e *Vseminaya Myatezhevoyna* (A Guerra de Subversão Mundial). Os trabalhos de Messner são caracterizados pela argumentação anticomunista. O autor afirmava que a moral que determinava as normas sociais da Europa durante a Idade Média começou a ser paulatinamente substituída, desde a Revolução Francesa, pelo niilismo. E no século XX, Rússia e China eram herdeiras dessa tradição antirreligiosa e anti-espiritual, que continuava a agir em prol do desmantelamento da sociedade, a qual estava fraca demais para combater seus inimigos. Pela ‘revolução cultural’, os líderes comunistas promoveram em todo o mundo, usando agentes legais e ilegais, a dependência nas drogas e a devassidão (sexualização de todas as idades, a homossexualidade e a pornografia) (FRIDMAN, 2018).

Observando as transformações sociais, políticas e militares que houve nas duas grandes guerras mundiais, Messner afirma que as sociedades passaram por uma ‘revolução mundial’ (*vseminnaya Revolutsiya*). As ideias causadoras dessas profundas transformações podem ser encontradas no Manifesto do Partido Comunista de Karl Marx, a invenção do motor a combustão, a rejeição da violência de Tolstói e a descoberta de Thomas Edison. Surgiram, a partir dessas ideias, diversos fenômenos, como a secularismo e o liberalismo, a urbanização e a descolonização, o aparecimento de poderosas instituições e organizações internacionais e o aumento da participação popular no processo político. Todo esse processo se acelerou com as grandes guerras mundiais e a União Soviética soube aproveitar e explorar essas tais transformações em prol dos seus objetivos políticos (FRIDMAN, 2018).

Segundo Messner, em virtude do cataclismo social, isto é, a revolução mundial, a própria natureza da guerra modificou-se, porque ela “será composta não apenas de elementos tradicionais de guerra aberta, mas também de elementos de guerra civil: sabotagem, greves, agitações e insurgências abalarão todo o organismo do estado”. Ou seja, o objetivo principal de uma guerra passava a ser o enfraquecimento político do inimigo por meio da influência sobre a mente da população adversária. A observação de Messner baseia-se na análise de estrategistas militares comunistas. Messner escreveu em 1926:

“Os (líderes) comunistas militares começam a se louvar afirmando que eles criaram algo novo na esfera militar e criaram a doutrina da guerra revolucionária. Como escreve Podwoisk, isso não consiste em tornar a artilharia a principal arma, como fez a Alemanha, mas sim o (o poder da) palavra. Os produtos dos atos revolucionários de guerra devem ser: a aniquilação da força de vida do inimigo por meio da propaganda, pela qual os inimigos se tornarão aliados” (FRIDMAN apud MESSNER, p.58, 2018).

Essa mudança na natureza da guerra, de acordo com Messner, resultou na “nacionalização da guerra”, isto é, nos conflitos contemporâneos, toda a população de um estado estará envolvida. Por isso, no teatro da guerra, não há mais divisão entre as forças armadas e o povo. Todos participam do conflito de diferentes maneiras. Nas guerras futuras “um exército e o seu povo vão destruir o exército e o povo inimigos; as pessoas serão participantes ativas da guerra e até poderão ser mais ativas que o próprio exército. Em guerras anteriores, a parte mais importante era considerada a conquista do território. A partir de agora, será a conquista das almas do inimigo”. Messner afirma que a crescente presença do povo em assuntos políticos e militares é resultado direto da revolução mundial (FRIDMAN, 2018).

Além disso, importante para a teoria de Messner é a ideia da dimensão da guerra, que se parece muito com a teoria de quarta geração dos pensadores americanos. O autor russo, em primeiro lugar, argumenta que a guerra, no começo, era praticada no espaço bidimensional terrestre ou marítimo. Mas o fenômeno evoluiu para uma terceira dimensão – terra/altitude e no mar altitude e profundidade. Essa tridimensionalidade transformou o conflito numa guerra total, em que a definição de alvo militar foi ampliada de tal forma que uma fazenda de leite se torna uma indústria militar (FRIDMAN, 2018).

A partir da crescente importância do envolvimento da população no conflito bélico, a guerra transformou-se de maneira mais drástica, evoluindo para a quarta geração – psicológica. Segundo Messner, o mais importante objetivo estratégico da guerra nessa geração tornou-se a alma da sociedade do inimigo. E para alcançá-lo, usa-se a propaganda da agitação. O autor faz aqui uma distinção entre propagandas ofensiva e defensiva. A primeira visa enfraquecer o inimigo, ao passo que a segunda objetiva preparar o espírito guerreiro doméstico. Messner conclui que nos conflitos

futuros “um ator empreendendo a guerra irá criar e apoiar um movimento partidário no território de um outro ator (inimigo), onde ele apoiará, ideológico e materialmente, pela propaganda e financiamento, partidos oposicionistas e derrotistas, a partir dos quais nutrirá a desobediência, a sabotagem, a subversão e o terror”. Pela dimensão psicológica, torna-se mais fácil degradar um estado adversário que conquistá-lo à força (FRIDMAN, 2018).

Messner interpretou a Guerra Fria seguindo a descrição de León Trótsky acerca do Tratado de Brest-Litovsk: nem paz, nem guerra. Ou seja, o mundo pós Segunda Guerra Mundial, de acordo com o escritor russo, foi marcado pelo confronto na dimensão psicológica entre as duas superpotências – Estados Unidos e União Soviética – e as guerras de procuração eram parte da estratégia para influenciar a moral da população do inimigo. Enquanto publicamente os soviéticos negociam pactos e acordos de não agressão e de desarmamento, secretamente fornecem armas, instrutores, dinheiro e suprimentos àqueles que combatem os Estados Unidos e também subvertem os próprios americanos. Justamente por causa do ofuscamento entre a guerra e a paz, continua Messner, a forma de guerra clássica de Clausewitz – de que a guerra é a continuação da política por outros meios – está ultrapassada (FRIDMAN, 2018).

Messner conceitualizou-a *myatezhevoyna* ou guerra de subversão. O autor identifica que as forças regulares perderam seu monopólio militar e que as irregulares passaram a ter até mesmo um papel mais combativo. Para Messner,

“esse novo fenômeno deve ser observado a partir de diversas perspectivas, no entanto, a mais importante é a psicológica. Se nas guerras clássicas a moral das forças em combate era de grande importância, na atual era das nações armadas e violentos movimentos populares, os fatores psicológicos tornaram-se dominantes. Um exército do povo é um organismo psicológico, portanto, um movimento popular é um fenômeno puramente psicológico. Uma guerra (combinada) de movimentos militar e popular – guerra de subversão – é uma guerra psicológica” (FRIDMAN apud MESSNER, p. 67-68, 2018).

Em suma, os objetivos da guerra de subversão podem ser os seguintes: a dissolução do espírito do inimigo; a derrota da parte ativa do adversário, isto é, o exército, as organizações partidárias e os movimentos populares violentos; a tomada ou a destruição de objetos de valor psicológico; a destruição ou tomada de objetos de valor material; e, por fim, a criação de uma expressão de ordem para obter novos aliados e esmagar o espírito dos aliados do inimigo. A arte da guerra de subversão, salienta Messner, está nas ações indiretas e não relacionadas que promovem desorganizações internas para alcançar seus objetivos políticos. E porque guerra de subversão é empreendida visando atingir a dimensão psicológica num ambiente de profundas contradições socioculturais e políticas, ela é caracterizada pela sua imprevisibilidade.

Com o fim da União Soviética, a conceitualização de Messner recebeu especial atenção na Rússia por aqueles que desejavam analisar a situação geopolítica contemporânea e os conflitos militares e econômicos que começaram a aparecer desde a década de 1990. Os pensadores militares russos e os próprios membros das forças armadas russas interessaram-se pela literatura produzida por Messner, sobretudo porque consideram que o conflito do futuro será desempenhado não mais por teatros de operações clássicos e tradicionais, mas pelo terrorismo, formações militares ilegais e meios de influência informacionais e psicológicos. A teoria de Messner foi, portanto, a principal referência para os mais importantes teóricos da guerra na Rússia atualmente, como Alexander Dugin e Igor Panarin. Apesar das particularidades que há nos escritos desses dois autores, eles não serão abordados nessa tese. Mas, basicamente, tanto Dugin quanto Panarin fazem parte da geração pós soviética que se debruçaram sobre as guerras de informação e a “*information warfare*”, cujos pressupostos são os mesmos dos fundamentos de Messner (FRIDMAN, 2018).

Segundo Fridman,

“Todas essas teorias afirmam que nas realidades geopolíticas e tecnológicas do século 21 é mais fácil conquistar objetivos políticos minando a autoridade política do adversário manipulando as suas elites políticas e gerando dissidência, separatismo e problemas sociais do que promover as guerras clássicas e as operações militares” (FRIDMAN, p.75, 2018).

Embora a discussão das teorias de Dugin e Panarin possam ficar para outra ocasião, é importante enumerar os seus principais aspectos compartilhados. Em primeiro lugar, ambos autores afirmam que o Ocidente (primeiro o Império Britânico e depois os Estados Unidos) interveio de propósito e continuamente no sistema político russo para miná-lo antes, durante e depois da Guerra Fria. Em segundo lugar, a principal estratégia ocidental tem sido promover uma ofensiva internacional que busca alvejar tanto a Rússia como a opinião pública por meio da manipulação da informação nos assuntos político, diplomático, financeiro econômico e militar. Em terceiro, na estratégia do ocidente está a criação de uma quinta coluna dentro da própria Rússia na tentativa de desmantelá-la internamente. Em quarto, ambos os autores reforçam que a Rússia deveria criar uma nova elite política suficientemente patriótica e que soubesse superar a guerra de informação do ocidente contra os russos e que tornasse aquele país um centro político, cultural econômico e militar da civilização eurásiana. Por fim, Dugin e Panarin aplaudem as conquistas de Putin quanto à guerra de informação que promove o projeto eurásiano e que alimenta uma nova elite capaz de se defender. E mais importante: que transfere o campo de batalha dessa guerra ao território do Ocidente (FRIDMAN, 2018).

Pensadores russos influenciados por Messner, Dugin e Panarin começaram a ter mais interesse pelo conceito de guerra híbrida discutido no Ocidente. Em 2013, por exemplo, um dos primeiros

artigos de Hoffman foi traduzido ao russo e publicado na revista *Geopolitika*, jornal da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Estatal de Moscovo. Surgiram debates nos círculos militares e acadêmicos de alto nível, organizados pela Universidade Militar do Ministério da Defesa da Federação Russa e pela Universidade de Finanças da capital. Conceitualmente, não há semelhança nenhuma entre a guerra híbrida russa e a *gibridnaya voyna* russa. Os estrategistas e pensadores russos enfatizam que esse conflito tem como objetivo quebrar o espírito da nação do adversário por meio da erosão gradual de sua cultura, valores e autoestima e a destruição do inimigo se dá não por meios físicos, mas por instrumentos políticos, informacionais (propaganda) e econômico. Depois da crise na Ucrânia, o conceito ficou ainda mais popular e o interesse sobre ele cresceu (FRIDMAN, 2018).

Mas qual seria, então, a diferença dessa terminologia russa com a guerra híbrida dos americanos? Basicamente, estes dão ênfase às atividades táticas e operacionais militares, direcionadas e coordenadas dentro do principal campo de batalha para alcançar efeitos sinérgicos. Já o conceito russo dá uma dimensão maior ao fenômeno, que envolve todas as esferas da vida pública: a política, a economia, o desenvolvimento social, a cultura. Conclui Fridman (FRIDMAN, 2018).

“Enquanto a teoria da guerra híbrida argumenta a favor de um amálgama de forças regulares e irregulares e incorpora métodos operacionais e táticos combinados, o conceito de *gibridnaya voyna* (russo) enfatiza um campo de batalha mais abstrato, em que os atores lutam para corroer a coesão sociocultural dos seus adversários e proteger a sua própria” (FRIDMAN, p.92, 2018).

Como dito anteriormente, o conceito de guerra híbrida cresceu em popularidade, tanto no Ocidente, quanto na Rússia, depois dos acontecimentos na Crimeia e a guerra no leste da Ucrânia. No entanto, também vimos que o caráter evolutivo da guerra não é um fenômeno novo que surgiu recentemente e que passou a ser usado com a anexação da península Crimeia pelos russos. Veremos que os políticos e militares russos souberam aproveitar das mudanças socioculturais e tecnológicas vindas da globalização – ou a revolução mundial de Messner – para alcançar seus objetivos políticos. Por isso, estudaremos agora três casos muito importantes para perceber como é o fenômeno da guerra híbrida na prática: a Segunda Guerra na Chechênia, a Guerra na Geórgia e, por fim, a Guerra na Ucrânia.

3.4 A Segunda Guerra na Chechênia

A Segunda Guerra na Chechênia começou oficialmente no dia 22 de setembro de 1999. Primeiro houve uma campanha aérea, seguida por uma invasão por terra no começo de outubro. A guerra na Chechênia foi chamada pelo Kremlin de ação antiterrorista. As ações do exército russo

durante os 10 anos de guerra – a qual terminou em 16 de abril de 2009, quando o governo russo declarou o conflito como vencido – consistiram de bombardeamentos, uso de soldados contratados (*kontraktniki*), operações de varredura (*zachistki*), instalação de pontos de filtração, desaparecimentos forçados e chechenização. Os russos combateram rebeldes chechenos que desejavam criar um califado islâmico naquela zona. Durante o conflito, os separatistas usaram táticas de guerrilha. A Rússia era muito superior militarmente, mas os russos transformaram o combate numa guerra civil intra-chechena, enquanto mantinham sempre o controle da situação (VAN HERPER, 2014).

Basicamente, o conflito checheno teve duas fases: a primeira foi a guerra secreta contra a população russa e a segunda a guerra propriamente contra o povo checheno. A justificativa russa para o início das ações foi o combate ao terrorismo islamita internacional. Em comparação com a Primeira Guerra na Chechênia, em que os soldados russos eram exclusivamente recrutas, na Segunda, havia também os soldados contratados. Ademais, enquanto na primeira, o lado russo consistia sobretudo de combatentes da etnia russa, na segunda, foram os chechenos que lutaram contra os outros de mesma etnia. A política de divisão para governar promovida pela elite do Kremlin foi um importante fator tanto para assegurar a vitória à Rússia quanto para aumentar a violência contra a população civil chechena (VAN HERPER, 2014).

Segundo os russos, a *causus belli* chechena foi a incursão do líder checheno Shamil Basayev junto com dois mil homens armados à República do Daguestão – uma parte da Federação Russa - em oito de agosto de 1999. Yeltsin imediatamente anunciou que a Rússia estava sob ataque do terrorismo internacional. No dia seguinte, nomeou Vladimir Putin como primeiro-ministro. No entanto, evidências indicam que o Kremlin, desde o princípio, tinha o controle da situação. Basayev teve um encontro com oficiais do GRU – o próprio Basayev foi recrutado pela inteligência militar soviética – e lhe prometeram que a Rússia não resistiria à invasão. De facto, poucas semanas antes do conflito começar, tropas russas instaladas na fronteira com o Daguestão retiraram-se, para a surpresa das autoridades locais (SATTER, 2016); (VAN HERPER, 2014).

No entanto, o simples ataque de Basayev ao Daguestão não seria suficiente para desencadear uma grande comoção no povo russo tendo em vista que esse território era muito distante dos assuntos da população. Por isso, era preciso haver justificativas mais pertinentes: uma série de explosões terroristas em apartamentos nas cidades de Buikansk (dia 4), Moscou (dias 8 e 13) e Volgodonsk (dia 16) em setembro de 1999. Os ataques ocorreram sempre no início da manhã, quando todos os residentes dormiam, de modo a eliminar o maior número possível de pessoas. Em Buikansk morreram 83 pessoas; em Moscou 228. Mais de 1000 pessoas ficaram feridas. A população ficou em pânico e o governo russo imediatamente culpou os chechenos pelos ataques, tendo o então primeiro-ministro Putin declarado vingança contra os responsáveis. No entanto, no dia 22 de setembro de 1999, na cidade de Ryazan, dois homens suspeitos foram vistos carregando sacos para o porão de um prédio.

Os sacos estavam ligados a um detonador, a baterias e a um relógio com um timer programado para o dia seguinte. A substância presente nos sacos era hexógeno, um produto altamente explosivo que havia sido usado nos atentados anteriores. Para a surpresa de todos, os dois homens presos pela polícia eram da FSB, o serviço de segurança do estado, herdeiro da KGB soviética. Nikolai Patrushev, diretor do serviço, alegou que os detidos estavam, na verdade, realizando um exercício de vigilância da população. E ainda acrescentou que a substância se tratava de açúcar (SATTER, 2016).

No dia 25 de julho de 2002, quase três anos após o atentado, foi instalada na Duma uma comissão para investigar as explosões. A primeira sessão contou com Alexander Litvinenko, ex-funcionário da FSB, que desertou do serviço e fugiu para a Inglaterra. Litvinenko alegava, junto com Yuri Feltshinsky, que era a inteligência russa a responsável pelos atentados de 1999. A Comissão, porém, não progrediu porque, como afirmou o seu presidente, Sergey Kovalyov, o governo russo recusava-se a cooperar e a fornecer as informações pedidas. Em 2003, o membro da Duma, Sergey Yuschenkov, e um dos mais atuantes da Comissão, foi morto à entrada do seu apartamento em Moscou. Poucos meses depois, Yuri Shchekochikhin, o deputado que iniciou as investigações sobre as explosões dos apartamentos, também foi morto por envenenamento (VAN HERPER, 2014). Em 2006, Litvinenko, que havia lançado o livro *Blowing Up Russia*, junto com Feltshinsky, acusando o governo russo pelos atentados à bomba nos apartamentos, foi morto ao ingerir polônio. A FSB foi culpada pelo seu assassinato segundo o inquérito londrino de 2016 (HARDING, 2016).

A segunda fase da guerra da Chechênia foi, portanto, marcada pelo conflito russo contra os chechenos. Os primeiros bombardeamentos massivos desconsideraram os efeitos colaterais sobre a população e sobre as propriedades. Os russos usaram o sistema de lança chamas (TOS-1) contra cidades e vilas chechenas durante a campanha do inverno de 2000 e também os mísseis balísticos Tochka e Tochka-U, armas de destruição em massa usadas contra alvos civis. É a chamada '*bespredel*', que na tradução literal significa "sem limites" e deriva da 'guerra total' de Trotsky, implicando que na guerra não deve haver nenhuma limitação quanto à condução da guerra, o que implica torturas, crueldade e atos gratuitos de violência. Durante os bombardeios, 250 mil civis chechenos fugiram para outras repúblicas. O governo russo, antes, deu um ultimato de cinco dias à população para que evacuassem daquele território (VAN HERPER, 2014).

Além disso, o governo russo introduziu um novo tipo de soldado, *kontraktnik* ou contratado. Esses combatentes eram, na maioria, homens das antigas forças armadas soviéticas, que se juntavam a empresas privadas de segurança. A mais conhecida era a firma Alfa, fundada por pessoas da Spetznaz, as forças especiais da KGB. De várias formas, essas empresas não podem sofrer processos legais da Corte Criminal Internacional. Os governos fazem uso desse tipo de atividade para poupar dinheiro, para ocultar sua ação direta e executar operações que seriam desaprovadas pelo público geral caso fossem empreendidas por forças militares convencionais. Sem receberem treinamento

adequado e uniformes militares, os *kontratniki* logo desenvolveram seus próprios códigos de vestimenta: bandanas, óculos de sol e tatuagem. Rapidamente, esses soldados ficaram famosos por cometerem atos criminosos e assassinos (VAN HERPER, 2014).

O segundo elemento muito presente nesse conflito eram os *zachistki*, ou expurgos, que eram operações de varredura, liderada pelo exército russo, com o objetivo de controlar os bilhetes de identidade da população chechena e identificar as formações ilegalmente armadas. Essas atividades logo desencadearam em execuções sumárias, torturas, pilhagem e incêndio. Os *zachistki* deixaram um resultado de aproximadamente dois a três mil mortos. O terceiro elemento eram os pontos de filtração, campos temporários de detenção, onde se praticavam torturas. Em quarto lugar, as operações secretas – ocultando a identidade dos soldados, os seus atos e os resultados destes. Quando foram descobertas valas comuns, os russos passaram a esconder os corpos das pessoas abduzidas explodindo-os. Tornou-se uma prática sistemática (VAN HERPER, 2014).

Por fim, os russos usaram aliados chechenos para conduzirem a guerra. Putin disse, em outubro de 1999, que seriam os chechenos e não os russos que combateriam bandidos e terroristas na Chechênia. Em 5 de outubro de 2003, Akhmad Kadyrov foi colocado no poder pelo Kremlin. Os informantes locais leais ao novo regime checheno passaram a ter um papel crucial pois ajudavam a identificar com mais certeza os seus adversários.

3.4.1 A Guerra na Geórgia

A guerra na Geórgia é facilmente tratada como conflito convencional sobretudo porque se acredita muito na justificativa russa para a guerra. Segundo os russos, no dia 7 de agosto de 2008, tropas georgianas entraram na Província da Ossétia do Sul e lançaram um ataque surpresa à capital Tskhinvali. Dois mil civis foram mortos, dentre os quais muitos russos e *peacekeepers* da Rússia. Com o objetivo de terminar com esse genocídio, tanques russos atravessaram a fronteira com a Geórgia para conter os agressores e começar uma intervenção humanitária. Assim que o conflito começou, o Kremlin lançou ataques cyber bloqueando os websites do governo e dos media georgianos. Basicamente, o conflito teve três fases: a primeira, entre dezembro de 2000 à primavera de 2008, é a chamada guerra fria russo-georgiana; a segunda fase é chamada de guerra morna e é compreendida entre primavera de 2008 até o dia 7 de agosto; já a terceira fase é a chamada guerra quente, que aconteceu entre os dias 7 e 12 de agosto de 2008 (VAN HERPER, 2014).

Em dezembro do ano 2000, o governo colocou algumas dificuldades aos cidadãos russos que trabalhavam na Geórgia obrigando-os a terem vistos. Esse foi o primeiro sinal mais agressivo do Kremlin de que a Rússia tomaria nos anos seguintes. Em 2002, as autoridades russas começaram a distribuir passaportes russos, em grande escala, aos habitantes da Abecásia e da Ossétia do Sul, duas

províncias em território georgiano com grupos separatistas. Criando, de repente, uma maioria de cidadãos russos, a Rússia dava o sinal de que estava se preparando para integrar aqueles dois territórios. Além disso, o vice ministro das relações exteriores da Abecásia declarou, em 2006, que o governo abecásio já havia distribuído, ilegalmente, a 80% da população passaportes russos, antes do Kremlin reconhecer sua independência. Com a dupla nacionalidade, os cidadãos abecásios tinham já uma série de direitos em território russo. Estrategicamente, a Rússia deixava em aberto duas opções: ou a independência da Abecásia ou a sua total integração a território russo (VAN HERPER, 2014).

Quanto à Ossétia do Sul, com o objetivo de evitar sua eventual integração à Geórgia, Moscou colocou no poder Eduard Kokoity, ex *apparatchnik* do Kommonsol, a antiga juventude leninista dos tempos soviéticos e membro do movimento eurasiático de Alexandre Dugin. Depois da Revolução Rosa, o relacionamento deteriorou-se mais ainda: na Geórgia identificaram-se quatro diplomatas russos suspeitos de serem espiões do GRU. A Rússia, em contrapartida, lançou uma guerra econômica e diplomática contra o governo georgiano e começou, dentro do próprio território, uma campanha contra os cidadãos da Geórgia que lá viviam e trabalhavam (VAN HERPER, 2014).

A segunda fase do conflito – a guerra morna – começou em março de 2007. Helicópteros russos bombardearam prédios da administração da Geórgia em Kodori Gorge, na alta Abecásia, que ainda estava sob controle georgiano. Em 13 de julho de 2007, os russos anunciaram a suspensão do Tratado de Forças Convencionais da Europa que excluía ataques surpresas. Portanto, Putin estava livre para usar toda a força militar disponível no norte do Cáucaso. Em março de 2008 a Rússia elevou as sanções contra a Abecásia. Depois da Cimeira de Bucareste da Nato, em que Alemanha e França recusaram-se em garantir um plano de ação à Geórgia, o Kremlin tornou-se mais agressivo: o governo russo começou a cooperar com autoridades da Ossétia do Sul e da Abecásia e a reconhecer alguns documentos emitidos por seus governos. A sensação de anexação cresceu quando foi revelada a presença de oficiais de alta patente da FSB no governo ossético. Em 20 de abril de 2008, um MIG-29 russo abateu um drone da Geórgia que sobrevoava a Abecásia. Oito dias depois, a Rússia enviou *peacemakers* para a mesma área. Porém, esses eram 400 soldados levando munição regular, incluindo material pesado, meios antiaéreos e artilharia. E em 31 de maio de 2008, mais 400 soldados da força ferroviária da Rússia entraram ilegalmente na Abecásia para consertarem a conexão entre Sukhumi, a capital da província, e Ochamchire, ao sul, perto da fronteira com a Geórgia (VAN HERPER, 2014).

No dia sete de agosto de 2008 iniciou-se a guerra quente, a terceira fase do conflito. A situação estava muito tensa e houve várias discussões acerca de qual lado deu o primeiro tiro. A Rússia alegou que foi a Geórgia. No entanto, quando as hostilidades começaram, tropas regulares do exército russo – que não eram das forças de paz – já estavam em território ossético sem autorização do governo georgiano. Tropas irregulares compostas por soldados chechenos e osséticos do norte também estavam

presentes na Ossétia do Sul violando a soberania da Geórgia e constituindo uma *causus belli* (VAN HERPER, 2014).

Os principais eventos que indicam que a Rússia se preparava para a guerra são: cyber war lançado por servidores russos antes da eclosão das hostilidades, paralisando os websites do governo; gigante exercício militar na Ossétia do Norte – exercício de forças combinadas do qual participaram a força aérea russa e a Frota do Mar Negro; a evacuação da população de Tskhinvali, capital da Ossétia do Sul; presença surpresa de um grupo de 50 jornalistas russos das principais mídias e emissoras de televisão da Rússia em Tskhinvali dois dias antes do conflito eclodir; preparação ativa de milícias cossacas russas antes da guerra; e a incursão de tropas regulares russas na Ossétia do Sul por meio do túnel de Roki antes do conflito estourar. Com o avanço das tropas russas e o bombardeamento de vilas georgianas, o líder da Geórgia Saakashvili ordenou que suas tropas entrassem na Ossétia do Sul e parassem o avanço das forças russas. Rapidamente, a máquina de propaganda do Kremlin começou a noticiar uma série de atrocidades cometidas pelas tropas da Geórgia contra a população ossétia. Seguiu-se a isso a acusação do presidente russo, Medvedev, de que a Geórgia estava praticando genocídio contra a população e os *peacekeepers*, embora mais tarde os números de baixas durante a ofensiva da Geórgia mostraram um número muito mais reduzido do que o alegado pelo Kremlin. Organizações não governamentais, porém, acusaram a Rússia pela limpeza étnica, promovidas sobretudo pelas milícias da Ossétia do Sul, e também pelo uso indiscriminado de bombas de fragmentação contra civis, o que o governo russo negou (VAN HERPER, 2014).

No discurso proferido em 21 de novembro de 2022 ao quartel-general do 58º Exército de Vladikavkaz à força que conduziu a invasão à Geórgia, o então presidente russo Medvedev finalmente admitiu que a razão da intervenção russa era frear a inserção desse país à NATO e para isso era preciso derrubar o regime. Segundo Felgenhauer “A principal tarefa da invasão russa era causar uma falha do estado e destruir totalmente o exército georgiano à força policial. A Geórgia falhada, dilacerada pela rivalidade política e por senhores da guerra regionais, não poderia se tornar um membro da NATO e seria facilmente controlada por Moscou” (VAN HERPER apud FELGENHAUER, p.188, 2014).

Pela descrição dos fatos que antecederam a guerra e os eventos do conflito, percebe-se que a Rússia soube fazer um uso muito bem sucedido de combinações híbridas. Desde o princípio, o Kremlin teve dominância diplomática e informacional sobre o desenvolvimento da guerra. Bem antes do conflito começar, os líderes do Kremlin já espalhavam o sentimento anti-geórgio nas regiões da Ossétia do Sul e da Abecásia, ao mesmo tempo que financiavam milícias irregulares e praticavam ataques cyber e terroristas. Um dos principais instrumentos de coerção não militar usado pela Rússia foi a guerra econômica que ajudou a estrangular o mercado da Geórgia e a guerra de migração, que garantiu a milhares de cidadãos abecásios e ossétios do sul a se tornarem cidadãos russos e

dificultando georgianos a entrarem em território russo. Mas tão logo a guerra quente eclodiu em sete de agosto de 2008, as forças convencionais tiveram uma proeminência. Dessa forma, em poucos dias a Rússia conseguiu vencer a guerra, deixando sob seu controle áreas muito importantes do ponto de vista geopolítico e mantendo o domínio sobre antigos territórios soviéticos.

3.4.2 A anexação da Crimeia

A Crimeia é historicamente uma terra povoada pelos tártaros, um povo turco e muçulmano. No final da Segunda Guerra Mundial, Stálin acusou os tártaros de colaborarem com os nazistas e mandou que fossem transferidos para a Ásia Central. Em 1954, Nikita Krushev passou o controle da Península aos ucranianos e quando a União Soviética caiu, a Crimeia foi internacionalmente reconhecida como parte da Ucrânia. Desde sempre, a questão mais significativa na Crimeia foi a posse da Frota do Mar Negro em Sevastopol e em que medida a manutenção desse grande aparato militar afetava a soberania da Ucrânia (DAYSPRING, 2015).

Quando a União Soviética desintegrou-se, a Ucrânia contava com 750 mil soldados, 6500 tanques, 1494 aviões de combate, 833 navios e 1850 armas nucleares (DAYSPRING, 2015). Em 1994, com a assinatura do Memorando de Budapeste, os ucranianos renunciavam ao seu arsenal nuclear em troca de respeito à soberania territorial e à independência política. Três anos depois, em maio de 1997, Rússia e Ucrânia assinavam um acordo que dividia a frota : os russos ficariam com 117 dos 254 barcos, perdoariam a dívida de \$500 milhões e começaria a pagar um arrendamento de \$100 milhões ao ano para a Ucrânia para manter a frota pelos próximos 20 anos. Kiev sempre buscou relacionar-se bilateralmente com Moscou e nunca foi membro pleno da Comunidade dos Estados Independentes por temer um novo controle total dos russos. Os governantes do Kremlin não aceitaram a independência da Ucrânia. Como disse Vladimir Putin a George Bush em 2008: “A Ucrânia não é nem um país”. E em tempos de paz, continuaram a minar e a violar a soberania do território ucraniano, seja por meios não militares, seja pela força militar convencional (DAYSPRING, 2015).

Antes da anexação da Crimeia, Putin sofria de baixa popularidade por causa das graves acusações de corrupção e nepotismo dentro do governo. Ao mesmo tempo, o Kremlin via-se cada vez mais ameaçado pela entrada de antigos países satélites soviéticos a organizações ocidentais. A Ucrânia, por sua vez, estava em vias de assinar o Acordo de Associação à União Europeia, uma afronta a Putin e a seu projeto de União Eurasiana. E a Crimeia, como já foi dito, é importante aos russos por causa da Frota do Mar Negro. Estrategicamente, Moscou projeta seu poder convencional do Mar de Azov ao Golfo Pérsico. Dessa forma, aquela zona não poderia ficar vulnerável às forças políticas de um governo estrangeiro na Ucrânia. Victor Yushenko, ex-presidente ucraniano, já havia afirmado que não renovaria a concessão da Frota aos russos em 2017. O presidente seguinte, Viktor

Yanukovich, no entanto, um aliado da Rússia, reverteu a política do seu sucessor e prolongou o empréstimo até 2042. Mas quando a Revolução de Maidan eclodiu no final de 2013, Putin e seus conselheiros perceberam que só era possível resolver o contencioso da Crimeia pela força militar (DAYSPRING, 2015).

Mas antes de Putin ordenar a anexação da Crimeia, a Rússia já promovia a guerra híbrida para desestabilizar Kiev e minar sua ordem territorial. Em 2004, por exemplo, durante as eleições presidenciais, o Kremlin gastou \$300 milhões para manipular o pleito conforme os seus interesses. Por causa das evidências e provas de manipulação e fraude, houve um segundo turno entre Yanukovich e Yushenko. Este ganhou, mas sofreu uma tentativa de assassinato por envenenamento, recordando as velhas operações soviéticas da KGB. Além disso, em 2008, a Rússia começou a emitir passaportes russos aos cidadãos de etnia russa que viviam na Crimeia (DAYSPRING, 2015) (VOLODARSKY, 2009).

No final de 2010, a Rússia conduziu uma guerra cyber contra a Ucrânia com o objetivo de espionar as comunicações do governo ucraniano, controlar os seus computadores e derrubar os sistemas de informação. A operação de anexação da Crimeia foi também precedida, anos antes, pelo forte recrutamento de generais do exército ucraniano, oficiais de inteligência e forças policiais. Quando tropas russas começaram a invadir a península, houve várias deserções por parte de oficiais, como foi o caso de Denis Berezovsk, almirante naval da Ucrânia. A Rússia também já tinha uma grande vantagem situacional, porque a FSB tinha penetrado o Serviço de Inteligência da Ucrânia (SBU). Somado a isso, o Kremlin fez uso massivo da propaganda e da desinformação para negar qualquer envolvimento de soldados russos na Crimeia (DAYSPRING, 2015).

Antes da Cimeira de Vilnius, capital da Lituânia, o presidente da Ucrânia, Yanukovich, era pressionado para assinar o Acordo de Associação com a União Europeia. No entanto, ele secretamente aprofundava os laços econômicos com a Rússia. O Kremlin, ao mesmo tempo, pressionava os ucranianos impondo embargos econômicos às exportações da Ucrânia à Rússia e, ao mesmo tempo, ameaçava cortar o fornecimento de gás em pleno inverno. No dia 21 de novembro de 2013, Yanukovich anunciava que havia retirado o acordo de associação da pauta, dando início aos protestos na praça de Maidan (DAYSPRING, 2015)

Um ano antes das forças convencionais da Rússia começarem a tomar a Crimeia, a Rússia já havia executado uma série de exercícios militares de grande escala na região do Mar Negro com o objetivo de ‘testar a prontidão’ da frota russa e de outras forças regionais. Outros exercícios ainda maiores foram feitos por todo território russo. Em janeiro de 2014, quando os protestos em Kiev alcançaram o seu auge, um agente russo, o político crimeio Sergei Aksyonov, começou a organizar centenas de russos étnicos na Crimeia com o objetivo de formar uma milícia pró-russa. Nota-se que, antes disso, não havia quase nenhum movimento separatista por parte da população crimeia.

Aksyonov recrutou sua força a partir de sua ligação com pessoas do crime organizado e da máfia da região. Quando Yanukovich fugiu de Kiev, a milícia de Akyonov já chegava aos milhares (DAYSPRING, 2015)

Quatro dias depois da fuga de Yanukovich para a Rússia – uma operação planejada pelo GRU, a inteligência militar russa – separatistas e voluntários restringiram o acesso a Simferopol, a capital da Crimeia. Putin, por conseguinte, ordenou que 15 mil tropas russas fossem deslocadas à fronteira com a Ucrânia. Em seguida, forças especiais da Rússia sem identificação começaram a tomar edifícios administrativos crimeios e também a liderar “forças de autodefesa” para dar a impressão de que se tratava de um movimento popular (DAYSPRING, 2015)

Mais tarde, as tropas de autodefesa, muito bem treinadas e equipadas para uma milícia formada em menos de um mês – também chamadas de “polite people” ou “little green men” - mais tarde confirmadas como pertencentes às forças da Spetsnaz, a tropa de elite do GRU, fizeram a segurança do parlamento da Crimeia enquanto Aksyonov começou a reunir deputados para se chegar ao quórum. Aksyonov foi eleito primeiro ministro da Crimeia, deu o aval para o referendo de separação da Ucrânia e apelou imediatamente para uma intervenção russa na península. Igor Girkin, coronel da FSB, confirmou um ano depois da invasão que a formação das milícias e do referendo foi obra dos militantes pró-russos, controlados pelo serviço de segurança da Rússia (DAYSPRING, 2015)

Os cossacos russos, os gângsteres de motocicletas e as forças de autodefesa, ex-membros das forças de segurança da Ucrânia foram incorporados à hierarquia das forças separatistas da Crimeia para servirem como mão de obra ao GRU, ao FSB e à Spetsnaz. E no dia 11 de março, forças convencionais e helicópteros MI-8 e MI-24 reforçaram a segurança da península. Duas semanas depois da tomada do parlamento, 20 mil soldados russos ocupavam a Crimeia junto com uma quantidade não numerada de forças milicianas. Em 16 de março, a Crimeia foi oficialmente declarada independente pelo referendo e dois dias depois a Rússia adicionou à constituição a península e a cidade de Sevastopol como parte da Federação Russa (DAYSPRING, 2015)

Putin e a elite militar russa souberam desenvolver combinações híbridas – como demonstrado pelos três conflitos descritos acima – de modo bem sucedido. Percebe-se que há uma capacidade aperfeiçoada ao longo do tempo que dá ao Kremlin uma superioridade muito grande perante aos seus adversários e também uma grande capacidade de resposta a eventos inesperados, como aconteceu quando eclodiram os protestos de Euromaidan. A Rússia, antes de agir convencionalmente, sempre busca degradar o seu inimigo em todos os campos possíveis – psicológicos, econômicos, diplomáticos e culturais. Ou seja, toda a coesão social e política do país-alvo foi muito bem corroída. Foi assim na Chechênia, na Geórgia e por fim na Crimeia. E os russos ainda não deram indicativos de que irão parar de fazer essa forma de guerra. Voltando a citar Messner, a arte da guerra está nas ações indiretas e não relacionadas que promovem desorganizações internas para alcançar seus objetivos políticos. E

as contradições produzidas por esses ataques subversivos criam todo um ambiente perfeito para a ação militar convencional (FRIDMAN, 2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução tecnológica e informacional que decorreu no século XX – ou seja, o processo de globalização – tornou a realidade política, econômica, social e cultural mais complexa, nomeadamente no que toca ao fenómeno da guerra. Nesse sentido, a conceitualização do termo guerra híbrida surgiu, no Ocidente, no contexto de profundas mudanças nas áreas da tecnologia e da informação. Na Rússia, no entanto, vimos que a observação desse fenómeno - que no Ocidente se convencionou chamar de guerra híbrida e a que os russos dão o nome de *gybridnaya voyna* – já havia sido feita por Evgeny Messner a partir da “guerra de subversão”, em que estão presentes, além do elemento militar convencional, os componentes da sabotagem, das greves, das insurgências e da busca pela deterioração da capacidade psíquica do oponente.

Messner foi um arguto observador das técnicas soviéticas usadas para corromper o Ocidente e percebeu, já na década de 1950, que as forças regulares haviam perdido o seu monopólio no campo de batalha e o domínio das forças de insurgência sobre as formas clássicas da guerra era um fenómeno incontrolável e inevitável. No conflito subversivo, surgido do contexto da revolução mundial, atores políticos explorariam essa nova forma de guerra, criando crises e problemas ao adversário de modo que a massa – ou seja, a população do país-alvo, começasse paulatinamente a se afastar do seu próprio governo e passasse a contestar a sua legitimidade política. Portanto, o principal objetivo no campo de batalha do conflito moderno seria travado na dimensão psicológica. Ainda de acordo com Messner, uma guerra de subversão bem-sucedida envolveria ações indiretas e aparentemente não relacionadas umas com as outras que encorajam confrontações internas (FRIDMAN, 2018).

O estudioso da Rússia atual, Mark Galeotti, chama a esta atitude ameaçadora da Rússia de “caos controlado”. “Além dos instrumentos usuais de influência estrangeira, como a diplomacia e alavancas econômicas, a Rússia está ativamente usando meios secretos e não convencionais, de operações de inteligência à pressão militar e até mesmo o crime organizado” (GALEOTTI, 2017), como parte do seu esforço para influenciar o mundo em geral e a Europa em particular, em especial os seus vizinhos do antigo bloco soviético. Basicamente, a Rússia tem prioridades diferentes em diversos países por causa do seu contexto específico: há estados com instituições nacionais mais fortes e há outros mais vulneráveis às investidas russas (GALEOTTI, 2017).

Os agentes do caos controlado de Moscou são o Ministério de Negócios Estrangeiros (embora a KGB tenha tido sempre uma influência maior na condução da política externa soviética do que a própria diplomacia russa, como nos mostra Christopher Andrew e Vasili Mitrokhin) (ANDREW, p.11, 2005); as forças armadas russas, a comunidade de *intelligence* (GRU, a FSB e o SVR), corporações e empresas dominadas pelo estado, think-tanks e lobbies intelectuais, a Igreja Ortodoxa Russa

(lembrando que o patriarca Cirilo I de Moscou era um agente pago pela KGB) (PACEPA, 2015), os mídia estatais e o crime organizado. Essa ampla capacidade de atuação disponível à Rússia depende da coordenação das agências de segurança e as atividades de maior potencial político necessitam da aprovação de Vladimir Putin e do seu gabinete presidencial, conforme ocorreu com o assassinato de Alexander Litvinenko, em território britânico (GALEOTTI, 2017). Em relação às capacidades do estado russo, Putin afirmou que “apenas mobilizando todos os recursos à nossa disposição, tanto administrativos quanto financeiros, seremos capazes de alcançar os resultados” (KREMLIN, 2013).

As palavras de Messner ajudam-nos a compreender o modo atual de guerra da Rússia e o seu caos controlado:

“Enquanto as insurgências pelo mundo poderão ser consideradas como eventos caóticos e não relacionados, esse caos é criado de maneira sistemática e organizado, pensado pelos centros estratégicos guiadores, os quais coordenam a guerra na dimensão psicológica para acelerar as contradições internas criadas pela revolução mundial com o objetivo de enfraquecer o adversário político” (FRIDMAN, p. 68, 2018).

Em Hoffman, vimos que os conflitos do futuro serão caracterizados mais pela combinação de diversos meios e capacidades não convencionais disponíveis ao ator beligerante do que pelo uso da força militar convencional. Aliás, o combate híbrido pode ser desencadeado tanto por agentes estatais quanto não estatais, mas a força militar não é de maneira alguma colocada, em termos de prioridade, a um nível inferior (DAYSPRING, 2015). Isso, portanto, não entra em contradição com a afirmação de Messner de que no conflito moderno o estado perdeu o monopólio da guerra. Segundo o estudioso russo, é preciso perceber que os objetivos de uma guerra precisam ser hierarquizados e essa seleção é, em si, difícil aos tomadores de decisão, porque os fins são abrangentes, ou seja, podem ser puramente psicológicos ou metade psicológicos e metade materiais. Portanto, em termos de hierarquia, é preciso em primeiro lugar dissolver o espírito do inimigo; em segundo, a parte ativa do adversário, como suas forças armadas e as organizações partidárias, deve ser derrotada; em seguida destroem-se os objetos de valor psicológico e material do inimigo e, por fim, corromper o espírito dos aliados do inimigo (FRIDMAN, 2018). A escolha dos objetivos também é difícil, porque precisa ser adaptada à realidade e ao contexto do país-alvo.

Dessa forma, não é razoável dizer que a guerra híbrida se limita ao uso de terroristas, voluntários, redes do crime organizado, forças irregulares e militares não convencionais. Pela descrição e análise das três guerras nesta tese – a Segunda Guerra na Chechênia, a Guerra na Geórgia e a Anexação da Crimeia – percebemos que a força militar sempre teve um papel crucial de em todo o processo de modo a garantir que, em última análise, a Rússia fosse bem-sucedida nas suas investidas bélicas. É interessante notar que no conflito híbrido, não há distinção nenhuma entre guerra e paz e, nesse sentido, o campo de batalha abrange não só as forças militares, mas também a sociedade civil.

“Guerra híbrida é a combinação de formas de guerra política e militar para alcançar objetivos estratégicos enquanto minimiza o custo e o risco associado com a campanha militar convencional. A guerra híbrida, por definição, não implica a ausência da força militar ou o uso da violência, ela o requer. A projeção do poder ofensivo é caro e politicamente arriscado, mais ainda quando há um aumento linear nas hostilidades e a vítima tem tempo para interpretar precisamente a intenção do agressor e se preparar para resistir” (DAYSPRING, 2015, p.175).

Um conflito militar convencional poderia trazer sérios problemas aos russos, como o número elevado de baixas militares – conforme aconteceu durante a Primeira Guerra na Chechênia e que ajudou a desestabilizar o governo de Yeltsin, bem como a intervenção de forças internacionais no campo de batalha. Para não ficarem vulneráveis a esses inconvenientes, os russos aprenderam que era preciso adotar outra forma de combate. Por isso, na Segunda Guerra da Chechênia, o Kremlin, em vez de colocar a prioridade absoluta no combate militar tradicional e enviar os seus soldados para o campo de batalha, aproveitou-se da luta pelo poder, entre independentistas e muçulmanos radicais, que havia em território checheno e apoiou o lado que lhe traria mais benefícios, isto é, a ala de Kadyrov, que Moscou alimentava com suprimentos, armas e outros tipos de apoio. Isso foi a chechenização do conflito guiada pela centralização e controle das forças de segurança russas (VAN HERPER, 2014).

Para reestabelecer a ordem em território checheno, Putin, ainda antes do começo da guerra – que os russos chamaram de operação anti-terrorista, nomeou Ahmad Kadyrov como chefe interino do governo checheno. Kadyrov era um antigo rebelde checheno que desertou para o lado russo. Com ele, foi também sua milícia pessoal, os *kadyrovite*. Com o desenrolar da guerra, a força militar de Kadyrov aumentaria exponencialmente e seria a principal arma de Moscou contra os chechenos inimigos do Kremlin. Somado à milícia chechena pró-Rússia, os russos também reuniram muitos homens das forças armadas melhor treinados para o combate em ambientes urbanos e também as forças especiais russas (GALEOTTI, 2014), introduzindo possivelmente o uso dos “pequenos homens verdes” que iriam ser identificados na Invasão da Crimeia.

A guerra híbrida russa nos três casos estudados alcançou um alto nível de sucesso, porque suas forças convencionais foram ocultadas e não declaradas pelo estado agressor (exceto no Geórgia, mas o seu fraco desempenho ainda reforçou mais a necessidade do uso dos outros meios) ao mesmo tempo que o Kremlin ativou a sua forte máquina de desinformação e propaganda. Mas, qual a razão de a Rússia se mostrar tão bem preparada para empreender um conflito dessa magnitude de modo a pegar de surpresa quase todos os estados? Para entender isso, a investigação se ateve aos estudos do desenvolvimento da inteligência mundial, em especial, ao surgimento do sistema de segurança

soviético. A história da ação da KGB pelo mundo está repleta de exemplos de combinações híbridas envolvendo o uso das forças especiais, *front organizations* controladas pelo Partido Comunista, estações de rádios clandestinas (KUZIO; D'ANIERI, 2018), a cooperação com outros serviços de inteligência do bloco comunista – o DGI cubano, a Stasi da Alemanha Oriental, a KGB checoslovaca e a Securitate romena, por exemplo, todos serviços baseados em imitações dos serviços da Lubyanka – além da propaganda, da desinformação e do financiamento do terrorismo internacional e da infiltração no crime organizado. Como vimos, a União Soviética ruiu, no entanto, toda a estrutura da KGB permaneceu – embora mudasse de nome – o que nos leva a inferir que toda a sua rede também ficou intacta.

Para dar um exemplo do espetacular planeamento de longo prazo que os soviéticos empreendem como parte de sua estratégia para domínio global, recorreremos ao famoso livro “*Red Cocaine: The Drugging of America and the West*”, de Joseph Douglass. O autor, com base no testemunho do desertor da inteligência checoslovaco Jan Sejna, explica o motivo pelo qual a KGB, com o auxílio dos serviços de inteligência de outros países comunistas, decidiu infiltrar-se no mundo do crime:

“A estratégia revolucionária básica formou-se nos anos de 1954 a 1956. Como detalhado por Sejna, havia cinco principais forças na estratégia modernizada. A primeira era o contínuo treinamento de líderes dos movimentos revolucionários. O segundo passo era o atual treinamento de terroristas. O treinamento do terrorismo internacional na verdade começou como ‘combatentes para a libertação’. O termo ‘libertação nacional’ foi cunhado para substituir o movimento de guerra revolucionário enquanto engano (*deception*) bidirecional: fornecer uma cobertura nacionalista para o que era uma operação de inteligência e rotular o que estava semanticamente separado do movimento de guerra comunista. O terceiro passo tratava-se das drogas internacionais e do tráfico de narcóticos. As drogas foram incorporadas na estratégia de guerra revolucionária como arma política e de *intelligence* para usar contra as sociedades burguesas e como mecanismo para recrutar agentes de influência pelo mundo. O quarto passo constituía em infiltrar o crime organizado e fundar sindicatos do crime organizado controlados e patrocinados pela União Soviética por todo mundo. E o quinto passo era planejar e preparar a sabotagem por todo o planeta. A rede para essa atividade devia estar pronta em 1972” (DOUGLASS, p.17-18, 1992).

Os russos também fizeram muito uso das “operações molhadas”, que no jargão de *intelligence* significa assassinato de indivíduos oponentes do regime soviético. Além disso, a União Soviética empreendeu guerras híbridas em vários outros continentes do mundo, além da Europa, como na África, América Latina, Ásia e Oceania e usou as suas forças especiais antes de invadir um país, bem como para treinar forças locais e “movimentos de libertação” (KUZIO; D'ANIERI, 2018). A Rússia

de Putin herdou todas essas experiências e capacidades, mas por causa da revolução tecnológica, as táticas adquiriram novas formas, as quais estão agora sendo usadas em novos domínios, como na guerra cyber.

Como estratégia bélica, antes de finalmente anexar um território, os russos promovem a deterioração da moral e da vontade de lutar do inimigo. Fica, porém, a questão: de que modo eles fazem isso? Pela guerra econômica, por meios diplomáticos e também pela fomentação da discórdia étnica ou racial entre diferentes grupos dentro de um território, dependendo do contexto histórico e geográfico e de outras características próprias presentes dentro do território do adversário.

Partindo do conceito de que a guerra híbrida é um conflito em que estão envolvidos o uso de forças militares convencionais e irregulares (guerrilhas, insurgentes e terroristas), incluindo tanto atores estatais quanto não estatais, com o propósito de alcançar um determinado objetivo estratégico e político, podemos concluir que, historicamente, esse tipo de abordagem existe há muito tempo, pelo menos desde a Guerra do Peloponeso e, portanto, não é um fenômeno novo (WHITTER, 2016).

No começo do século XXI, o termo “guerra híbrida”, no entanto, passou a ser muito comum, sobretudo por causa dos escritos de Frank G. Hoffman e da crescente letalidade e sofisticação dos atores não estatais e da guerra cyber. Hoffman caracteriza o conflito híbrido como “ameaças que incorporam uma ampla variedade de diferentes modos de guerra incluindo capacidades convencionais, táticas e formações irregulares, atos terroristas incluindo violência e coerção indiscriminada e desordem criminosa, conduzida por ambos os lados e uma variedade de atores não estatais” (HOFFMAN, 2007). De acordo com Fridman (2018), o conceito de Hoffman tornou-se muito aceito nos meios militares americanos, porque permitia caracterizar o ambiente operacional atual permitindo melhor entendimento das atividades militares operacionais e táticas em uso, identificando os possíveis desafios e ameaças que os Marine Corps enfrentariam no futuro. Hoffman, para fundamentar sua teoria, absorveu conceitos da teoria da guerra irrestrita, dos tenentes coronéis da força aérea chinesa, bem como a teoria da guerra composta, a teoria de quarta geração e também alguns dos argumentos contidos no documento da National Defense Strategy de 2005.

A Rússia, durante a Guerra na Geórgia, como vimos, usou forças armadas irregulares, milícias da Abecásia e da Ossétia do Sul e utilizou as suas forças especiais secretamente como tropas de defesa local. Como pudemos ver como as forças russas operaram em conjunto com milícias locais e auxiliares de modo a criar um contexto de negabilidade e legitimidade, provocando o governo da Geórgia a empreender o primeiro ataque (GALEOTTI, 2016).

A Rússia, nos anos anteriores à guerra, começou a emitir passaportes para uma grande quantidade de cidadãos da Abecásia e da Ossétia, de modo a justificar uma futura intervenção russa para proteger cidadãos russos naqueles territórios. As ações das forças armadas russas foram acompanhadas por ataques cyber contra centros de informação do governo e dos media da Geórgia.

Em seguida, houve um grande fluxo de voluntários e mercenários a território abecásio e ossétio. Além disso, uma forte campanha de desinformação inundou os noticiários mundiais com a informação de que o primeiro ataque da Geórgia havia matado 2000 civis. Nesse sentido, era justificável uma intervenção humanitária russa (NILSSON, 2018).

Diplomaticamente, o Kremlin procurou isolar a Geórgia da comunidade internacional e corroer a relação com os parceiros do Ocidente. Antes da guerra de 2008, o principal objetivo russo consistia em alimentar o esforço separatista da Ossétia e da Abecásia. Logo após a guerra, a Rússia reconheceu oficialmente esses dois territórios como estados independentes. Em 2006, o Kremlin adotou um embargo econômico à Geórgia em retaliação à expulsão de cidadãos russos acusados de espionagem. A atitude de Moscovo afetou sobretudo as exportações de vinhos georgianos ao mercado interno russo, que começou a reabrir para Tblisi somente em 2013. A dependência dos produtores georgianos de bens agrícolas à Rússia torna a Geórgia um país vulnerável às táticas híbridas de Moscovo. Ou seja, a imposição de um outro embargo russo de grande escala aos bens da Geórgia representaria uma drástica queda na qualidade de vida dos cidadãos georgianos e um desfalecimento da popularidade do governo. Além disso, há muitos imigrantes da Geórgia na Rússia. Novamente em retaliação ao escândalo de espionagem, o Kremlin deportou uma série de trabalhadores que viviam na Rússia e pode novamente voltar a fazê-lo. A Gazprom, que atua em território russo, também é arma de Moscovo, usada contra a Geórgia. Em 2006, gasodutos que passam pela Ossétia do Sul explodiram de maneira muito suspeita na época mais fria do ano, cortando a transmissão de gás e de eletricidade. Portanto, a dependência econômica da Geórgia aos insumos energéticos da Rússia torna-a ainda mais exposta às ações híbridas promovidas por Moscovo (NILSSON, 2018).

Mas o que difere o uso híbrido no planejamento do conflito russo atual para a guerra híbrida das formas históricas? Basicamente, no passado as forças convencionais e irregulares aconteciam simultaneamente, porém de maneira separada. Hoje em dia, as forças são todas integradas e a tecnologia usada pelos atores, sobretudo não estatais, é de alto nível. O Hezbollah, por exemplo, surpreendeu as forças de defesa israelense por causa dos sofisticados sistemas de comunicação e armamento que são geralmente associados às forças armadas dos estados. Somado a isso, o grupo terrorista conseguiu, apesar da derrota no campo militar, influenciar a opinião pública mundial a seu favor – numa espécie de guerra da informação – por causa da revolução informacional que eclodiu no final da década de 1990 (WHITTER, 2016).

A anexação da Crimeia pela Rússia chamou ainda mais a atenção para o conceito de guerra híbrida. No Ocidente, o termo tornou-se o preferido para descrever as ações de guerra dos russos. Em julho de 2014, o ex-secretário-geral da NATO, Anders Fogh Rasmussen afirmou, em um encontro com o ex-presidente norte americano, Barack Obama, que a Rússia estava empreendendo uma guerra híbrida, que ele caracterizou como uma “combinação da ação militar, operações cobertas e um intenso

programa de desinformação” (NEW YORK TIMES, 2014). No conflito com a Geórgia, os russos combinaram operações irregulares e convencionais, patrocinaram protestos e fomentaram sentimentos anti-georgianos dentro da Rússia e dentro do território da Geórgia, estabeleceram embargos econômicos e deram o aval para ataques cyber.

Na Crimeia, o primeiro passo para a anexação começou com o desdobramento de três forças distintas: os “homenzinhos verdes”, as forças especiais russas da Spetznaz, as forças de intervenção e a tropa da 810ª Brigada de Infantaria Naval Independente, uma unidade da marinha ligada à Frota do Mar Negro. Nenhuma dessas forças usava insígnia, enganando tanto os governos ocidentais quanto ucraniano acerca da origem russa dos combatentes. Todas essas unidades eram profissionais e tinham equipamentos avançados. Também foram apoiadas por elementos da Berkut, a força policial ucraniana. Aqui podemos perceber que os serviços de *intelligence* russos conseguiram uma forte penetração nas estruturas de segurança da Ucrânia. Além disso, uma rede de voluntários de forças de autodefesa local ligadas ao crime organizado, que é muito poderoso na península, juntou-se às forças pró-russas. Vestidos de maneira peculiar – uma mistura de roupas civis e militares – que os fazia parecer gângsters locais (GALEOTTI, 2016).

A Rússia também conseguiu uma incrível superioridade informacional. Como escreve John Whitter.

“Ao nível tático, a guerra eletrônica e os ataques cyber neutralizaram a habilidade das autoridades ucranianas em responder, ao mesmo tempo, manipulações técnicas mais amplas dos media obscureceu as linhas entre verdadeiro e falso, criando uma realidade alternativa àqueles observadores que aceitaram a visão dos media russos. A campanha de informação estratégica da Rússia na Ucrânia buscou explorar as vulnerabilidades sociais existentes, enfraquecer o governo e as instituições sociais e corromper a legitimidade do estado ucraniano” (WHITTER, p.77, 2016).

O contexto da península da Crimeia também foi muito importante para a fácil anexação à Rússia. A Frota Russa do Mar Negro já estava lá baseada. Ou seja, bases militares russas e também marinheiros russos residentes na Península serviram como “cavalo de Tróia” para a força invasora. A particularidade geográfica da Crimeia também favoreceu aos russos, tendo em vista que a estreita faixa que liga a península ao continente foi facilmente bloqueada. Dessa forma, os russos conseguiram limitar as fontes de informação e o Ocidente aceitou, sem objeções, a forte propaganda da Rússia (DAYSPRING, 2015). Uma característica muito peculiar da operação na Crimeia foi que o desenvolvimento das forças foi feito sob extremo secretismo. Não há indícios de que os serviços de *intelligence* do Ocidente tenham tido qualquer aviso seja de fonte humana, seja técnica (GALEOTTI, 2015).

A Rússia é um país com uma diversificada história, mas seus governantes sempre buscaram centralizar o poder nas mãos de uma elite. Culturalmente, os russos fundaram o estado emergente sob a religião cristã ortodoxa, graças ao príncipe Vladimir de Kiev. Muito cedo optou por se constituir como país asiático, aceitando ser uma província do império mongol quando Alexandre Nevsky, no ano de 1249, escolheu acomodar os principados russos ao vasto império asiático centralizado em Caracórum, na Mongólia, ao mesmo tempo resistia às cruzadas ocidentais conduzidas pelos suecos e cavaleiros teutônicos. Todos esses fatos contribuíram para o isolamento da Rússia em relação à Europa. Nesse sentido, os russos estiveram alheios aos eventos históricos que formaram a civilização europeia, como a Idade Média, o Renascimento e o Iluminismo (GVOSDEV; MARSH, 2014).

Aqui é preciso fazer algumas considerações acerca do desenvolvimento territorial do estado russo com base na sua história. Comparando a formação da Rússia com a de outros estados europeus, percebemos nuances que são de extrema importância para a compreensão do modo de agir dos governantes do Kremlin ao longo dos séculos. Primeiro, a Rússia construiu um império contíguo e continental, isto é, diferentemente de países como Portugal e Inglaterra que conquistaram territórios além-mar, a Rússia sempre anexou terras vizinhas contínuas. Em segundo lugar, com linhas de comunicação mais curtas por não ter que atravessar oceanos, era mais fácil reprimir oposições ao regime; terceiro, o processo de construção do império russo está intrinsecamente ligado ao próprio *state-building* da Rússia; em quarto lugar, a edificação do império russo aconteceu por interesses exclusivamente geopolíticos, especificamente para proteger as fronteiras russas dos invasores estrangeiros. Por fim, o processo de colonização da Rússia nunca foi linear ou irreversível. Pelo contrário: quando o Czar foi assassinado e os bolcheviques tomaram o poder, imediatamente diversos territórios sob o controle do Kremlin reclamaram a independência (VAN HERPER, 2014), como a Ucrânia, a Federação Transcaucasiana, a Bielorrússia e alguns povos da Ásia Central, os países bálticos e outros territórios na Finlândia, na Geórgia e na Turquia. Dessa forma, o governo bolchevique, no início, passou a controlar um território que correspondia ao do principado de Moscovo do século XV. No entanto, rapidamente o Estado servido por uma ideologia impositiva apoiada por serviços secretos operativos e um Exército Vermelho poderoso, os reconquistou. (RAMOS, 2017). Portanto, essas cinco características podem considerar-se parte da “genética russa” (VAN HERPER, 2014).

Quando a União Soviética ruiu, criou-se na Eurásia um vazio geopolítico e a Rússia imediatamente tratou de retomar o controle dos novos estados autônomos. Construiu a Comunidade dos Estados Independentes, a partir da qual o Kremlin afirmava seu papel central no planejamento das relações; teve início a guerra na Chechênia, continuaram as hostilidades contra a Ucrânia, a Rússia recentemente anexou a Crimeia, combateu na Geórgia, porque temia uma perda de influência no Cáucaso, além de continuar promovendo ataques cyber e intimidações aos países bálticos. Bzerzhinsky, por sua vez, afirmou: ou a Rússia é democrática ou imperial (BZERZHINSKY, 1997).

Não há compatibilidade entre esses dois fatores. Vimos, portanto, que os fatores geoestratégicos e os legados históricos permaneceram mesmo após grandes mudanças e fragmentações internas na Rússia.

Nesse sentido, buscamos discutir os fatores geoestratégicos que determinam o agir da Rússia. Primeiro, a sensação de vulnerabilidade do núcleo histórico e populacional concentrado na zona da planície, onde não há obstáculos naturais e que, por isso, o estado russo tem como prioridade garantir a segurança dessa zona. Tudo isso é feito usando como estratégia a expansão do território com o objetivo de adquirir fronteiras profundas e seguras. Decorrente disso, o sentimento russo foi sempre de estar cercado por uma periferia hostil aos seus interesses. Somado a isso, a dificuldade de ter acesso ao mar livre aumenta mais a sensação de insegurança da elite russa.

Para proteger o território e a si mesma, a elite russa sempre buscou ter um poder militar muito forte, apoiado também por um poderoso serviço de inteligência. Aquele famoso dito do czar Alexandre III resume a tendência histórica russa: a Rússia só tem dois amigos: o seu exército e a sua marinha (GVOSDEV; MARSH, 2014). Vimos que Ivan, o Terrível, apoiava seu poder autocrático numa estrutura de segurança com grande poder, os *Oprichniks*, a guarda imperial. A autocracia czarista de Alexandre I fundou um serviço de inteligência ainda mais poderoso. Internamente, fazia o papel de polícia política e tinha o objetivo de reprimir movimentos revolucionários e de vigiar a sociedade russa. Uma das suas funções, por exemplo, era checar todas as cartas que circulavam pelo império russo. A Terceira Seção da Chancelaria foi rapidamente transformada na *Okhrana*, uma estrutura de *intelligence* e segurança muito mais eficiente que a sua antecessora, que, mesmo bem equipada, não conseguiu evitar o assassinato do czar Alexandre II. A *Okhrana* contava com uma ampla rede de informantes em diversos países europeus. Seu quartel-general ficava em São Petersburgo e seu principal braço no exterior, entretanto, era a embaixada russa em Paris, onde estava grande parte dos revolucionários russos. De lá, os agentes da inteligência russa monitoravam os dissidentes russos e também os manipulava por meio da infiltração e, assim, conseguia desmobilizá-los. A *Okhrana* foi muito bem sucedida em penetrar os altos círculos bolcheviques, tendo como agente pago um dos homens de maior confiança de Vladimir Lênin, Román Malinovski, de modo a influenciar as ações dos bolcheviques em favor do czar.

A Revolução de Outubro criou uma estrutura ainda mais repressiva e abrangente que a polícia imperial dos czares russos: a Cheka, que logo viria a se tornar KGB, vindo a ser a principal força na União Soviética, infiltrando-se em todo ramo da sociedade russa e patrocinando todo tipo de atividade subversiva pelo mundo, desde o apoio ao terrorismo internacional até à infiltração do crime organizado. Não por acaso, quando o regime comunista de Moscovo caiu, a estrutura do KGB permaneceu. Mudando de nome para a FSB e dividindo alguns setores, a segurança do estado soviético fechou seus arquivos para os estudiosos e hoje continuam sendo segredo da Rússia. O GRU, por sua vez, a parte mais obscura da *intelligence* russa, também criado pelos bolcheviques, provou

ser também uma poderosa estrutura do poder russo nos últimos anos. Em todas as guerras estudadas nesta tese, a inteligência militar russa teve um papel crucial na coordenação e no fornecimento das unidades militares auxiliares, sobretudo na cooptação dos voluntários e mercenários que lutaram na Chechênia, na Geórgia e na Ucrânia. Quando as manifestações ucranianas alcançaram o seu clímax em janeiro de 2014, Viktor Yanukovich fugiu para a Rússia, graças a uma operação de resgate do GRU (BELLINGCAT, 2018).

Esta tese teve procurou desenvolver a relação entre a formação do estado russo e as suas peculiaridades históricas com a necessidade do apoio de poderosos serviços de inteligência, civis e militares, para a proteção das fronteiras da Rússia e também para a realização dos seus objetivos. O fenômeno da guerra híbrida, embora não seja novo, porque já foi adotado em outros conflitos históricos, adequou-se muito bem à realidade russa por causa das capacidades e dos recursos disponíveis aos tomadores de decisão russo, desenvolvidos ao longo da história da Rússia –, por causa da centralização e da coordenação do poder – aperfeiçoados pelos soviéticos e utilizados em novas áreas pelos *chekistas* atuais – Vladimir Putin e seus conselheiros –, por causa da revolução informacional que houve no final do século 20, como a ascensão da internet e dos telemóveis - e que mudou o mundo. Dessa forma conclui-se que esta é a contribuição que a tese buscou oferecer para os estudiosos da Rússia e do fenômeno da guerra híbrida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBATS, Yevgenia. *The State within a State: the KGB and its hold on Russia: past, present and future*. Farrar, Straus and Giroux, New York, 1994.
- ANDERSON, Julie. “The HUMINT Offensive from Putin’s Chekist State”. *International Journal of Intelligence and Counterintelligence* (2007) 258-316.
- ANDREW, Cristopher. From the Okhrana to the KGB: continuities in Russian foreign intelligence operations since the 1880s. 1989. Disponível em: <https://www.gwern.net/docs/terrorism/1989-andrew.pdf>
- ANDREW, Cristopher; MITROKHIN, Vasili. *The Sword and the Shield: The Mitrokhin Archive and the Secret History of the KGB*. Basic Books, New York, 2001.
- ANDREW, Cristopher; Mitrokhin, Vasili. *The World was going our way: the KGB and the Battle for the Third World*. Basic Books, New York, 2005.
- ANDREW, Cristopher. *The Secret World: a History of Intelligence*. Penguin Random House UK, United Kingdom, 2018.
- BARRON, John. *KGB: the secret work of soviet secret agents*. Corgi Books, New York, 1974.
- BOROGAN, Irina; SOLDATOV, Borogan. *The New Nobility: The Restoration of Russia’s Security State and the Enduring Legacy of the KGB*. Public Affairs, New York. 2010.
- BRZEZINSKI, Zbigniew, *The Grand Chessboard*, Basic Books, New York, 1997
- CHANDLER, Robert. *Shadow World: Resurgent Russia, the Global New Left, and Radical Islam*. Regnery, Washington, 2008.
- DAYSRING, Stephen M. *Toward a Theory of Hybrid Warfare: the Russian Conduct of War during Peace*. 2015. Naval Postgraduate School, California.
- DULLES, Allen. *The craft of intelligence*. Mentor Books, New York, 1965
- FRIDMAN, O. *Russian Hybrid Warfare: Resurgence and Politicization*. Oxford University Press, New York, 2018.
- GALEOTTI, Mark. Controlling Chaos: How Russia manages its political war in Europe. *European Council on Foreign Relations*. New York, 2017.
- GVOSDEV, Nikolas K; MARSH, Christopher. *Russian Foreign Policy, Interests, Vectors and Sectors*. Sage Publications, United States, 2014.
- HARDING, Luke. *A Very Expensive Poison: The Definitive Story of the Murder of Alexander Litvinenko and Russia’s War with the West*. Guardian Books, London. 2016.
- HOFFMAN, Frank G. Conflict in the 21st century: The rise of Hyrid Wars. *Potomac Institute for Policy Studies*. (2007) 5-72.
- HOFFMAN, Frank G. Hybrid Threats: Reconceptualizing the Evolving Character of Modern Conflict. *Strategic Forum* (2009) 1-8.

HUBER, Thomas M. *Compound warfare. That fatal knot*. University Press of the Pacific, Oregon, 2004.

ILLARIONOV, Andrei. "The Siloviki in charge". *Journal of Democracy*. (2009) 69-72.

JOHNSON, R. McCULLOH, Tim. *Hybrid Warfare*. Joint Special operations University Press, Tampa, 2013.

KREMLIM. Vladimir Putin chaired an expanded meeting of the Government. 2013. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/17396>.

LEGGET, George. *The Cheka: Lenin's Political Police*. Oxford University Press, New York, 1981.

PACEPA, Ion Mihai; RYCHLAK, Ronald J. *Desinformação: ex-chefe de espionagem revela as estratégias secretas para solapar a liberdade, atacar a religião e promover o terrorismo*. Vide Editorial, Campinas, 2015.

PACEPA, Ion M. The Secrets Roots of Liberation Theology. 2015. Disponível em: <https://www.nationalreview.com/2015/04/secret-roots-liberation-theology>

PREOBRAZHENSKY, Konstantin. GRU: Obscure Part of Russian Intelligence. *Journal of Defense Management* (2012).

RAMOS, António F. *A Reemergência da Rússia: entre carências sociais e ambições estratégicas*. Sintra, 2017.

RUMSFELD, Donald. The National Defense Strategy of the United States of America. Disponível em: <https://history.defense.gov/Historical-Sources/National-Defense-Strategy/>

SATTER, David. *The less you know, the better you sleep: Russia's road to terror and dictatorship under Yeltsin and Putin*. Yale University Press, New Haven, 2016.

WHITTER, JAMES K. Making Sense of Hybrid Warfare. *The Quarterly Journal*. (73-87). 2016.

VAN HERPER, M. *Putin's Wars. The Rise of Russia's New Imperialism*. Roman and Littlefield, Maryland, 2014.

VERNADSKY, George. *A history of Russia*. Yale University Press, New Haven, 1944.

VOLODARSKY, B. *The KGB's Poison Factory: From Lenin to Litvinenko*. Frontline Books, Yorkshire, 2009.